

## **GT19 – Trabalho e formação profissional nos campos da informação e cultura**

Coordenadores (a): Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari (UFMG); Prof. Dr. André de Souza Pena (UFMT); Prof. Dr. Leonardo Vasconcelos Renault (UFMG); Profa. Dra. Gabriela Belmont de Farias (UFCE)

**Ementa:** Os campos de trabalho informacional e cultural: atores, cenários, competências requeridas. Organização, processos e relações de trabalho em ambientes informacionais e culturais tais como: arquivos, bibliotecas, museus, centros culturais, centros de documentação, outros ambientes congêneres. Sociedade da informação, tecnologia e trabalho. Mercado de trabalho nas profissões da cultura e da informação. Saúde do trabalhador nos campos referidos. Formação profissional nos campos da informação e da cultura: limites, campos disciplinares envolvidos, paradigmas educacionais predominantes, estudos comparados. O trabalho em informação e cultura como campo de pesquisas: abordagens e metodologias.

### **Apresentação Oral**

Aline Aparecida Valente; Luciana Braga Silveira; Luciana Crivellari Dulci  
Interculturalidade, economia criativa e novas formas de pensar e produzir moda

Andre de Souza Pena  
Análise crítica do efeito da crise na composição do emprego do bibliotecário no Brasil (2006 a 2016)

Fabiana Pereira dos Santos; Leonardo Vasconcelos Renault  
A atuação do bibliotecário na mediação implícita da informação em bibliotecas universitárias

Jaqueline Abreu Vianna  
Trabalho mediado por TIC: uma nova modalidade de trabalho?

José Antonio Pereira do Nascimento; Ana Celeste Indolfo  
Serviços arquivísticos terceirizados na Petrobras

Márcia Cristine Althoff; Eliana Maria Dos Santos Bahia  
A multidisciplinaridade na formação de profissionais da informação

Márcia Romano; Ana Elisa Ribeiro  
Atuação do revisor de textos: uma experiência no SESC de Minas Gerais

Thiara dos Santos Alves  
Contribuições da Sociologia das Profissões para a análise das profissões de arquivista e museólogo no Brasil

---

## **INTERCULTURALIDADE, ECONOMIA CRIATIVA E NOVAS FORMAS DE PENSAR E PRODUZIR MODA**

**Valente, Aline Aparecida**<sup>1</sup> – alinevalente@ymail.com  
Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia.  
Campus Universitário, Centro, CEP 37200-000 – Lavras – Minas Gerais – Brasil.

**Silveira, Luciana Braga**<sup>2</sup> – lubragasil@gmail.com  
Universidade Federal de Lavras, Departamento de Administração e Economia.  
Campus Universitário, Centro, CEP 37200-000 – Lavras – Minas Gerais – Brasil.

**Dulci, Luciana Crivellari**<sup>3</sup> – ludulci@gmail.com  
Universidade Federal de Ouro Preto, Departamento de Educação.  
Rua do Seminário, s/n, CEP. 35420-000 – Mariana – Minas Gerais – Brasil.

***Resumo:** O presente artigo tem como objetivo relatar elementos relevantes do trabalho desenvolvido pelo estilista brasileiro Ronaldo Fraga, que possibilitam reflexões sobre a moda numa perspectiva sociocultural, considerando esta como uma forma de entendimento, representação e expressão da sociedade. Além de apresentar e recriar as dinâmicas sociais, a moda repercute e reverbera questões culturais e econômicas e, aqui especificamente, associadas à economia criativa. A partir de uma pesquisa exploratória qualitativa e da técnica de análise de conteúdo, buscou-se avaliar três coleções desenvolvidas pelo estilista, que configuram a moda numa perspectiva sociopolítica, mostrando a relação do trabalho de Ronaldo Fraga com cenários culturais e as questões econômicas próprias a estes ambientes, como os tipos de produção e trabalhos característicos, seus saberes, valores e riquezas materiais e imateriais a eles conectados.*

***Palavras-chave:** Economia Criativa. Interculturalidade. Moda. Ronaldo Fraga.*

---

<sup>1</sup> Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Extensão pela Universidade Federal de Lavras.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

## 1. INTRODUÇÃO

São crescentes no campo acadêmico, na prática de profissionais da moda e na atuação da sociedade civil organizada, as denúncias sobre as péssimas condições de trabalho, a mão de obra escrava e/ou infantil, para além dos impactos ambientais gerados no sistema da moda, relativos ao excesso no consumo de água, ao uso de produtos tóxicos, ao descarte de resíduos têxteis, dentre outros complicadores. A constatação de práticas irresponsáveis na indústria da moda e seus perversos efeitos sociais e ambientais tem estimulado a proposição de novas técnicas e possibilidades, bem como novas formas de pensar, produzir e consumir moda, caracterizando um processo de transformação e reorganização desse campo.

Tais reflexões têm incentivado o surgimento de diversas abordagens sobre a sustentabilidade nesse setor, tais como: *eco fashion*, moda artesanal, moda consciente, moda ética, moda responsável, *slow fashion*, *upcycling* e *zero waste*, que se propõem a minimizar os impactos ambientais e as práticas abusivas de todo o sistema da moda.

O debate gerado pelas propostas de sustentabilidade na moda se inserem em um contexto mais amplo de críticas ao modelo capitalista de desenvolvimento, pautado na sobreutilização de recursos naturais, no alto desperdício e produção de dejetos, com o objetivo de gerar o acúmulo de riquezas, agravando ainda mais o problema da desigualdade social. Dentro do próprio campo da Economia os princípios que respaldam esse modelo de desenvolvimento têm sido questionados por correntes como a Economia Ambiental, Economia Ecológica e, mais recentemente, pela Economia da Cultura e Economia Criativa, que tratam das dinâmicas sociais, culturais e econômicas, de produtos e serviços que têm como principal insumo a criatividade humana.

Para a Economia Criativa, a diversidade cultural, que abriga uma variedade de conhecimentos tradicionais, a memória dos grupos sociais, o seu patrimônio material e imaterial, bem como a prudência ecológica, são os ativos fundamentais para uma nova compreensão de desenvolvimento, que possam gerar localmente e distribuir globalmente bens e serviços com alto valor simbólico e econômico. Essa perspectiva econômica aponta para novas concepções de produção de riqueza e de geração de trabalho, que fomentem a solidariedade e a inclusão social.

A noção de Economia Criativa, que ganha relevância no Brasil como objeto de estudo e de políticas públicas a partir dos anos 2000, tem contribuído para uma profunda reflexão acerca do modelo moderno de desenvolvimento, fundamentado exclusivamente na acumulação da riqueza e no crescimento do Produto Interno Bruto, sem considerar os custos

ambientais e a exclusão social gerados nesse processo. De fato, a Economia Criativa se assenta em uma visão de desenvolvimento que considera os limites naturais e tem o propósito de promover a inclusão social e a diversidade cultural.

Segundo a definição adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), cujos apontamentos têm servido como referência para políticas públicas de cultura e desenvolvimento no Brasil e em todo o mundo, a Economia Criativa tem como vetores a criatividade humana, o conhecimento, a cultura, a tecnologia. Todos esses “ativos”, ao serem equacionados em projetos de desenvolvimento com foco na inclusão social e na prudência ecológica, contribuiriam para a redução da pobreza, promovendo geração de emprego e renda, sobretudo nos países em desenvolvimento. Os governos deveriam se concentrar em encontrar soluções locais para investir nos produtos e processos com maior possibilidade de retorno, após reconhecerem suas reais necessidades e avaliarem o potencial das especificidades culturais e identitárias (SANTOS, 2016).

Assim, cultura, criatividade e sustentabilidade estão inter-relacionadas na Economia Criativa e contribuíram, por meio das atividades criativas, com a autonomia dos produtores, reforçando valores e tradições (OLIVEIRA; ARAÚJO; SILVA, 2013).

O conceito de Economia Criativa tem sido alvo de debates no que se refere a sua visão instrumental da criatividade, que poderia direcionar a criação de políticas públicas voltadas apenas para atividades que geram renda e emprego, relegando a um segundo plano aquelas que não possuem esse potencial. Contudo, permanece o efeito positivo dessa abordagem da economia que, em razão da sua natureza multidisciplinar, demanda ações interministeriais mais amplas, que abranjam os setores cultural, tecnológico, ambiental, educacional e social e que se refiram a propostas de desenvolvimento pautadas em soluções locais. (SANTOS, 2014, 2016).

A moda é considerada um dos impulsionadores da Economia Criativa no Brasil, sendo considerada o segundo maior empregador da indústria de transformação do país (o primeiro é o de alimentação e bebidas, juntos). Segundo dados<sup>4</sup> do Programa de Internacionalização da Indústria da Moda Brasileira (TEXBRASIL<sup>5</sup>) referentes ao setor da indústria de moda nacional e seu desempenho em 2015, o faturamento foi de 36,2 bilhões de dólares. O setor

---

<sup>4</sup> Dados referentes ao ano de 2015.

<sup>5</sup> A TEXBRASIL atua junto às empresas do setor têxtil e de confecção no desenvolvimento de estratégias para conquistar o mercado global. O programa é fomentado pela Associação Brasileira de Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Disponível em: <<http://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor#sthash.rekZbDxM.dpuf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

têxtil brasileiro ocupa a posição do quinto maior do mundo, empregando cerca de 1,5 milhão de empregados diretos e 8 milhões contando com os indiretos, sendo 75% mão de obra feminina. O Brasil é autossuficiente na produção de algodão e esta é a indústria mais antiga do país, com aproximadamente 200 anos. E, segundo dados de 2013, da Associação Brasileira de Estudos e Pesquisas em Moda do Brasil (ABEPEM), já tínhamos “no Brasil cerca de 151 instituições de ensino que ofertam cursos na área de moda. Juntas elas ofertam 236 cursos dentre técnicos, tecnológicos, bacharelados, especializações, MBA's, mestrados e doutorados.” (DULCI, 2013, p. 9)

A moda é localizada no Relatório da Economia Criativa (REC) da UNCTAD no setor das “criações funcionais”, englobada pela área do design. O REC divide os setores criativos em quatro grupos: patrimônio, artes, mídia e criações funcionais, este último voltado para a produção de objetos e serviços com fins funcionais. Enquadra-se na categoria “criação funcional” porque o relatório considera que a sua produção no campo da moda destina-se a uma função específica: vestir. Dessa forma, a UNCTAD diferencia a moda das criações que não possuiriam uma função prática tão clara, como é o caso das artes visuais, por exemplo (SANTOS, 2014). Ressalta-se que a inserção da moda no grupo das criações funcionais merece questionamentos, principalmente se considerarmos todos os aspectos socioculturais que envolvem o ciclo de produção da moda e que terão grande relevo nesse artigo.

O REC destaca como a moda tem encontrado caminhos para contribuir com a solução de problemas sociais, ambientais e econômicos, por meio de práticas sustentáveis, como a utilização de fibras e tecidos produzidos e manufaturados de forma que não agridam o meio ambiente, a produção e comercialização com propósitos éticos e valorizando as identidades e culturas locais.

O trabalho do estilista Ronaldo Fraga, objeto específico desse trabalho, sintetiza e materializa a reflexão contemporânea sobre a exclusão social e os danos ambientais ocasionados pelo modelo hegemônico de desenvolvimento trazido pela Economia Criativa e contribui, sobremaneira, para este debate. Revela a moda como uma forma de entendimento, representação e expressão da sociedade, apresentando as dinâmicas sociais, deglutindo, recriando, repercutindo e reverberando questões presentes no imaginário coletivo, dentre as quais, a preocupação com a sustentabilidade do planeta, das comunidades e de suas culturas.

O estudo aqui apresentado é resultado de parte da pesquisa de mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, que teve como alvo de interesse a reflexão sobre como a moda tem contribuído com o debate

sobre sustentabilidade, repensando o uso adequado dos recursos naturais, mas também inspirando o questionamento sobre as relações sociais e os valores que sustentam a própria sociedade. Para empreender esta pesquisa optou-se por utilizar fontes documentais, visando avaliar o processo de desenvolvimento e apresentação das coleções do estilista. A análise e a interpretação dos dados coletados foram pautados pela técnica da análise de conteúdo, que permite aclarar detalhadamente os dados levantados e ainda, no sentido de assimilar melhor a leitura destes, buscar outros significados e simbolismos.

## **2. RONALDO FRAGA E SEU TRABALHO NA ECONOMIA CRIATIVA**

Ronaldo Fraga, mineiro de Belo Horizonte, é um estilista brasileiro formado em Estilismo e Modelagem, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Suas coleções sempre dialogaram com diversas áreas e temas, tais como, artes plásticas, artesanato, literatura, música, teatro, dança, regionalismo, dentre outros, o que evidencia a riqueza simbólica do seu trabalho e a sua capacidade de refletir e discutir sobre a vida em sociedade. No que tange ao universo da economia e do trabalho diversas coleções têm muito a dizer, especificamente, as que foram selecionadas para compor esse artigo: *Costela de Adão*, *A China de Ronaldo Fraga* e *Fúria das Sereias*.

A coleção *Costela de Adão* (Verão 2003/2004) retrata a força transformadora das mãos das mulheres. É um desfile baseado no trabalho feito à mão, que ilustra a essência da tradição do artesanato produzido no Vale do Jequitinhonha, no estado de Minas Gerais, Brasil. A coleção *A China de Ronaldo Fraga* (Inverno 2007), contextualizou a manufatura em série, a precarização das condições de trabalhado nas fábricas chinesas em uma produção de baixo custo para grandes marcas mundiais, além de abordar a tradição chinesa e como os produtos chineses estão inseridos no cotidiano brasileiro. A coleção *Fúria das Sereias* (Verão 2015/2016) é um desfile que resultou de um trabalho de intervenção do estilista junto a artesãs de uma comunidade em João Pessoa, no estado da Paraíba, Brasil. A obra foi desenvolvida, principalmente, com escamas de um peixe característico da região, reforçando a valorização do patrimônio material e imaterial do Nordeste, com sua exuberância natural e um olhar generoso que precisamos ter para o outro, pela história do outro, seus saberes e seu local de origem.

Observa-se como os temas elencados nessas coleções de Ronaldo Fraga evidenciam o seu engajamento político, revelam a intenção do estilista de desenvolver e apresentar a moda

como propulsora de ideias, valores e reflexões, como um instrumento que pode, inclusive, ser um vetor de transformação da própria sociedade. E, ainda, os caminhos que a moda pode percorrer ao desenvolver um trabalho aliado à cultura local, ao diálogo intercultural, à troca de saberes e à inclusão social. O estilista tem participado, ao longo de sua carreira, de diversas iniciativas como consultor e palestrante com o intuito de estimular e fortalecer a moda em diversas regiões do Brasil. O seu envolvimento com as questões relativas à política e à cultura o levou a receber a Comenda da Ordem Cultural, em 2007. Segundo Santos (2012) foi a primeira vez que a moda foi tratada como instrumento de reafirmação cultural por órgãos políticos.

A valorização da moda no cenário político corrobora para que projetos de desenvolvimento local, por exemplo, obtenham recursos públicos para financiamento. A forma como Ronaldo Fraga trabalha, acredita e apresenta a sua moda, conduz o observador a perceber a associação intrínseca da moda aos aspectos culturais de cada tempo, lugar, ideias, valores e conceitos, mas indica também um posicionamento político. Em uma declaração no período em que decidiu não apresentar coleção no São Paulo *Fashion Week* (SPFW), no Inverno/2012, Ronaldo Fraga critica a sociedade de consumo e dispara: “a moda brasileira pode muito mais<sup>6</sup>”. Nesse sentido, o trabalho do estilista aponta para outras formas de pensar a moda, para além de sua relação com o mercado e os objetivos de lucros crescentes, característicos do sistema capitalista. O estilista fala da moda como um movimento cultural que representa, mas que reflete e transforma a sociedade. Nessa perspectiva, o trabalho desenvolvido pelo estilista permite-se pensar em uma nova forma de produzir e consumir moda, para além das questões materiais e processos de produção, abarcando os seus aspectos culturais, sociais e éticos, as diversas formas de viver no mundo e a cultura local.

### **3. CULTURA BRASILEIRA, ARTESANATO E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

No desfile *Costela de Adão*<sup>7</sup> identifica-se o diálogo entre a moda e a cultura brasileira traduzindo as histórias das pessoas e do local, através do artesanato típico do Vale do Jequitinhonha. O título do desfile faz uma referência à história do personagem bíblico Adão. Deus tomou-lhe uma costela enquanto ele dormia, e, da costela fez uma mulher. Dessa forma,

---

<sup>6</sup> OBNISKI, Luciana. **TPM**, 06 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/ronaldo-fraga>>. Acesso em: 4 de maio de 2016.

<sup>7</sup> Adão é um personagem bíblico. Na Bíblia (2004, p.50), em Gênesis 2, 21-22 “Então o Senhor Deus mandou ao homem um profundo sono; e enquanto ele dormia, tomou-lhe uma costela e fechou com carne o seu lugar. E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e levou-a para junto do homem”.

observando o próprio título da coleção, pode-se considerar a mulher como sendo a protagonista desse trabalho. Para o desenvolvimento da coleção *Costela de Adão*, o estilista foca na mulher artesã.

Esta coleção tratou do artesanato local do Vale do Jequitinhonha, que tem como importante material o barro, o recurso mais abundante da região. O Vale do Jequitinhonha fica situado no nordeste de Minas Gerais, uma mesorregião muito seca do Brasil. Em uma entrevista dada à Revista Sagarana<sup>8</sup>, Rita de Podestá discute a origem do trabalho das mulheres artesãs do Vale do Jequitinhonha,

Os trabalhos com barro que criam as cerâmicas tão características do Vale têm origem no trabalho das mulheres chamadas popularmente de Viúvas de Marido-vivo ou Viúvas da Seca. Devido à seca e às dificuldades de encontrar trabalho, os homens da região foram sempre obrigados a deixar as famílias para trabalhar em outras cidades, principalmente São Paulo. Com isso, restava às esposas ficar em casa com os filhos e ir atrás de fontes de renda. A solução estava no único recurso abundante dali. A fonte veio da terra seca. As mulheres encontraram no barro a matéria-prima de vasilhas, panelas e potes e futuramente bonecas, animais e objetos de decoração (PODESTÁ, 2014).

As características e as histórias do trabalho desenvolvidas no Jequitinhonha, como aborda a reportagem acima, podem ser observadas no cenário do desfile *Costela de Adão*. Para a cenografia, o piso da passarela remetia à terra seca do Vale, uma representação da matéria-prima do artesanato local e a extensão da passarela era composta por muitas flores de cerâmica. As cores das roupas e a maquiagem dos modelos remetiam às bonecas de barro que são feitas no Vale do Jequitinhonha. Observa-se na composição do cenário e, até mesmo nas cores das roupas, o enfoque nas características geográficas do Vale do Jequitinhonha e no trabalho que é desenvolvido na região.

Em entrevista à Terra Online<sup>9</sup> (2003), nos bastidores da apresentação do desfile, o estilista Ronaldo Fraga declarou: “é um trabalho muito feminino, muito delicado e que já estava na hora de ser apropriado pela memória do país. Só se fala de pobreza no Vale do Jequitinhonha, mas se esquecem de dizer que elas (as artesãs) sabem transformar barro em ouro”. No desfile foi possível perceber seu discurso político, a partir de representações sobre questões relacionadas ao desenvolvimento humano, por meio da criatividade do trabalho manual local. As artesãs contam suas histórias através do trabalho que desenvolvem, vivências de luta, de resistência, de autonomia, transformando o local, o meio onde vivem. O desfile mostrou a vida interiorana através dos bordados de flores e galinhas d’angola nas

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://revistasagarana.com.br/artesas-do-vale-do-jequitinhonha/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://moda.terra.com.br/spfw2004verao/interna/0,,OI117244-EI1526,00Ronaldo+Fraga+busca+inspiracao+em+bonecas+de+barro.html>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

roupas, em tecidos de algodão, arrematando a riqueza do trabalho manual com o barro, típico da região.

A promoção e a valorização das culturas nas políticas públicas é uma condição para o desenvolvimento humano, para a qualidade de vida, haja vista que a cultura é um modo de ser e de se relacionar com o mundo. De acordo com o relatório *Nossa Diversidade Criadora* (1997, p.32), “o papel da cultura também deve ser considerado como um fim desejável em si mesmo, que é o de conferir sentido à nossa existência”. No relatório, encontra-se a seguinte consideração sobre cultura,

A cultura de um país reflete sua história, seus costumes, suas instituições e atitudes, seus movimentos sociais, seus conflitos e suas lutas, e suas configurações de poder político no âmbito interno ou mundial. A cultura é, por conseguinte, dinâmica, está em evolução contínua (CUÉLLAR, 1997, p. 34).

Importante considerar a cultura como um processo em transformação. E preservar a cultura pressupõe conhecê-la. O desfile *Costela de Adão* representou a tradição local onde é produzida materialmente a história de uma população e, dessa forma, a importância de seu aspecto histórico, cultural e social. Da terra seca do Vale do Jequitinhonha nasce a atividade tradicional do artesanato mineiro com o barro, sua história e tradições familiares. A estética do desfile ressaltou como a moda pode contribuir para divulgar e fortalecer a cultura e a história de um povo, fomentando a identidade regional e sua respeitabilidade perante outras culturas.

O desfile representou o Vale do Jequitinhonha, as mulheres e o trabalho que é desenvolvido no local, por elas. Para tanto, a pele dos modelos estava da cor do barro de que são feitas as bonecas do Vale do Jequitinhonha, como pode ser observada na maquiagem das pernas e do rosto, representando, além do próprio barro, a cor bronzeada que têm as mulheres que moram em lugar de muito sol e saem caminhando para buscar a matéria-prima de seu trabalho (Figura 1). As roupas apresentavam simplicidade, delicadeza e uma atmosfera interiorana, como pode ser visto nas estampas e bordados das roupas (Figura 2). Os modelos desfilaram penteados e maquiados tal como as bonecas de barro que são produzidas no Vale (Figura 3).

Figuras 1, 2, 3 – Desfile Costela de Adão, do estilista Ronaldo Fraga. Coleção Verão 2003/2004.



Figura 1. Fonte: FFW Fashion Forward (2003). Disponível em:

<<http://ffw.uol.com.br/app/uploads/desfiles/2003/07/184511-desfiles-ronaldofraga-spverao2004rtw-120.jpg>>.

Figura 2. Fonte: FFW Fashion Forward (2003). Disponível em:

<<http://ffw.uol.com.br/app/uploads/desfiles/2003/07/184514-desfiles-ronaldofraga-spverao2004rtw-123.jpg>>.

Acesso em: 6 mar. 2017.

Figura 3. Fonte: Galeria Brasileira Arte Popular Contemporânea. Disponível em:

<[http://www.galeriabrasiliana.com.br/conteudo/index.php?option=com\\_easygallery&act=categories&cid=158&Itemid=99999999](http://www.galeriabrasiliana.com.br/conteudo/index.php?option=com_easygallery&act=categories&cid=158&Itemid=99999999)>. Acesso em: 6 mar. 2017.

#### 4. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA MODA

A coleção *A China de Ronaldo Fraga* apresentou questões acerca do multiculturalismo, do global e do local. O cenário escolhido para o desfile mostrava um refeitório de uma fábrica chinesa. A extensão da passarela por onde os modelos desfilavam era como se fosse uma grande mesa de refeitório. Homens e mulheres, com traços orientais, estavam sentados em almofadas no chão na passarela e todos estavam com uma caixinha de comida chinesa. Estas pessoas caracterizavam os operários no horário da refeição. Estes “operários” estavam uniformizados com calças, jaquetas e bonés azuis. Na parte de trás das jaquetas encontravam-se estampadas as logomarcas<sup>10</sup> de algumas empresas, com expressivas representações no mercado globalizado, tais como a *Nike*, *Microsoft*, *Volkswagen*, *Adidas*, *Puma*, dentre outras (Figura 4).

<sup>10</sup> Marca é um nome, termo, sinal, símbolo ou desenho que serve para identificação dos produtos ou linha de produtos. A parte que pode ser pronunciada é chamada marca nominal. O logotipo é uma representação gráfica que tenha algum relacionamento com a empresa (logomarca) (LAS CASAS, 2009, p.192).

Figura 4 – Desfile A China de Ronaldo Fraga, do estilista Ronaldo Fraga. Coleção Inverno 2007.



Figura 4. Fonte: FFW Fashion Forward (2007). Disponível em: <<http://ffw.uol.com.br/app/uploads/desfiles/2007/01/84866-rfra-d-fm-i07-067-654x434.jpg>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

A referência a estas empresas também anunciava o debate que envolve marcas que buscam mão de obra barata para produzir seus produtos, se utilizando, inclusive, de mão de obra escrava para esta produção. Por diversas vezes e em diferentes mídias foram divulgadas denúncias sobre trabalho escravo e exploração infantil, além das precárias condições de trabalho nas confecções, relacionado à algumas marcas de moda. Berlim (2012) destaca como em diversas confecções ainda é frequente, mais do que se possa imaginar, a presença de emigrantes trabalhando em condições de segurança e higiene altamente comprometedoras, em total desrespeito às leis trabalhistas e aos princípios da dignidade humana. Essas práticas se configuram em uma moderna forma de escravidão, que cresce com o aumento de trabalhadores emigrantes (colombianos, chilenos e até chineses) sem nenhum contrato legal de trabalho e atuando em condições extremamente precárias.

Diante deste cenário, observa-se a importância de repensar as formas de atuação da moda e o diálogo necessário da moda com a sustentabilidade social. A dimensão social da sustentabilidade, de acordo com Nascimento (2012) implica em criar condições para que todos os cidadãos tenham uma vida digna, utilizando com parcimônia os bens naturais e energéticos.

A moda é um mercado economicamente representativo. Diante disso, a sustentabilidade social se torna um desafio. Foladori (2002) chama a atenção para os limites da sustentabilidade social em decorrência do capitalismo. Para o autor existem barreiras para

a efetividade da sustentabilidade social colocadas pela própria lógica paradoxal de funcionamento do sistema capitalista, que pressupõe a produção e consumo infinitos diante de um cenário de finitude e escassez dos recursos naturais.

O estilista Ronaldo Fraga, com a coleção *A China de Ronaldo Fraga*, faz referências à necessidade de alinhar o pensamento da moda com uma reflexão crítica acerca dos problemas gerados pela sociedade contemporânea. Chama a atenção para questões que abarcam as consequências perversas da globalização e o capitalismo, observadas na produção de grande quantidade de peças de vestuário. Com o objetivo de agilizar a produção, diminuir custos e potencializar lucros, esse processo pode demandar mão de obra barata, grande geração de resíduos sólidos e uso de produtos tóxicos.

No *release*<sup>11</sup> desta coleção, o estilista identifica como a presença da China na economia e cultura mundial contribui para a fluidez das fronteiras, característica do fenômeno da globalização. Os produtos que podemos consumir no Brasil e que são fabricados na China são, por exemplo, os mesmos produtos que podem ser consumidos no Congo. Outro ponto relevante apresentado nesse *release* refere-se à importância de se ‘humanizar todos os processos da criação, da produção à venda’. A indústria da moda ainda está na contramão dessa perspectiva de humanização, já que, questões como mão de obra escrava, o uso de produtos químicos e descarte de produtos no meio ambiente são questões que caracterizam a produção de moda industrializada e de massa.

No desfile *A China de Ronaldo Fraga* o estilista também apresentou a cultura milenar do país que, mesmo tão distante, pode ser considerado tão familiar no Brasil (Figuras 5 e 6). Revelou a rica tradição chinesa nas estamparias, tingimentos, modelagens, volumes, inspirados nos trajes da China Imperial e nos uniformes comunistas (QUEIROZ; BOTELHO, 2007).

---

<sup>11</sup> Documento no qual o estilista expressa o seu envolvimento com o tema da coleção, traduz um pensamento e faz uma reflexão sobre o tema abordado na coleção. *Release* e Ficha Técnica do desfile *A China de Ronaldo Fraga*, disponível em: <<http://www.ronaldofraga.com.br/port/index.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

Figuras 5 e 6 – Desfile A China de Ronaldo Fraga, do estilista Ronaldo Fraga. Coleção Inverno 2007.



Figura 5. Fonte: FFW Fashion Forward (2007). Disponível em: <<http://ffw.uol.com.br/app/uploads/desfiles/2007/01/167107-desfiles-ronaldofraga-saopauloinverno2007rtw-117.jpg>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

Figura 6. Fonte: FFW Fashion Forward (2007). Disponível em: <<http://ffw.uol.com.br/app/uploads/desfiles/2007/01/167122-desfiles-ronaldofraga-saopauloinverno2007rtw-132.jpg>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

## 5 DIÁLOGO INTERCULTURAL E TROCA DE SABERES

A inspiração para o desenvolvimento da coleção *Fúria das sereias* veio da participação e intervenção do estilista Ronaldo Fraga em um projeto social<sup>12</sup> junto a um grupo de mulheres de uma comunidade no litoral de João Pessoa/Paraíba/Brasil, a comunidade da Praia da Penha.

Em entrevista à TV Paraíba<sup>13</sup>, o estilista Ronaldo Fraga destacou que a cultura local foi considerada como referência fundamental para o desenvolvimento da coleção *Fúria das Sereias*.

O restante do Brasil que me perdoe, mas a grande amálgama da cultura brasileira tá no Nordeste e o epicentro é a terra da Paraíba. Aqui cultura e gente é uma coisa só. [...] Quando eu fui convidado, muito em função de projetos que eu tinha desenvolvido na Amazônia com biojoias, com sementes, eu fui convidado para

<sup>12</sup> O projeto é uma iniciativa entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), o Projeto João Pessoa Artesã, o Sebrae, o Governo Federal através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)/Mulheres Mil e as artesãs da comunidade da Praia da Penha. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/paraiba-comunidade/videos/v/sereias-da-penha-estilista-ronaldo-fraga-fala-sobre-o-amor-ao-artesanato-da-pb-bloco-2/4641032/>>. Acesso em: 15 abr. 16.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/paraiba-comunidade/videos/v/sereias-da-penha-estilista-ronaldo-fraga-fala-sobre-o-amor-ao-artesanato-da-pb-bloco-2/4641032/>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

pensar alguma coisa com as escamas de peixe e na comunidade da Penha. E, naquela ocasião foi muito bacana, porque é muito raro você ver entidades e grupos de poder público e privado num alinhamento de uma gestão compartilhada, e isso aconteceu aqui. Daí já nasceu a Sereias da Penha. Imediatamente eu sentei e desenhei a marca e hoje é uma grife. Uma grife que não vende só biojoia, não só o colar, não só o brinco, mas vende o lugar, vende a cultura de um estado e um projeto que tem tudo para influenciar outros projetos do Brasil (SEREIAS DA PENHA, 2016).

Leff (2010) apresenta a importância de se reconstruir as relações sociais e produtivas, por meio da complementaridade das diversas formas de conhecimento, do diálogo entre os saberes científico e popular, da memória local, de forma a propiciar uma convivência humana mais pacífica, em um mundo de diversidades e diferenças culturais. O desfile *Fúria das Sereias* propõe que a moda possa ser um vetor de reflexões acerca da diversidade cultural, um caminho para um novo pensamento sobre o diálogo intercultural, contribuindo, porventura, com a construção desse “diálogo de seres e saberes”, como ressalta Leff.

Nesse sentido, a moda fomenta a reflexão sobre a importância da autonomia e empoderamento das culturas locais e da equidade das relações sociais. Também permite vislumbrar a construção de uma sociedade sustentável com enfoque em um processo justo e integrador e com a valorização do local, promovendo respeito e dignidade de comunidades locais, desenvolvimento e melhora da qualidade de vida dos povos e de suas gerações futuras.

A palavra ‘fúria’ presente no título da coleção parece estar relacionada à exaltação da força feminina transformadora. Ronaldo Fraga declarou em entrevista à TV Paraíba, “eu costumo dizer que a mudança, a força da transformação do Brasil não está nas mãos masculinas, está nas mãos femininas. É a mulher que transforma”. Com a apresentação da coleção *Fúria das sereias*, além de ressaltar o trabalho manual transformador da mulher, o estilista Ronaldo Fraga aborda a questão dos estereótipos femininos ao apresentar na passarela diversas mulheres com idades e corpos diferentes. As mulheres que estavam sentadas em pneus espalhados na passarela vestiam-se somente com uma peça confeccionada como uma calça de sereia, com os seios descobertos e segurando um espelho. Os espelhos apresentavam-se voltados para o público que assistia ao desfile, para que esse pudesse se olhar e apreciar a sua própria beleza (Figuras 7 e 8).

Figuras 7 e 8 – Desfile Fúria das sereias, estilista Ronaldo Fraga. Coleção Verão 2015/2016.



Figura 7. Fonte: FFW Fashion Forward (2015). Disponível em:

<<http://ffw.uol.com.br/app/uploads/desfiles/2015/04/ronaldo-fraga-spfw-verao2016-2-654x983.jpg>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

Figura 8. Fonte: Terra (2015). Disponível em: <<https://moda.terra.com.br/spfw/desfiles/ronaldo-fraga-traz-sereias-de-todas-a-idades-e-seios-de-fora,360883f51cebc410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 6 mar. 2017.

O cenário, composto por alguns pneus empilhados na passarela, em cima de um plástico-bolha, chamava a atenção para a poluição ambiental e a degradação do meio ambiente. Em entrevista à TV Paraíba, o estilista Ronaldo Fraga sinalizou alguns aspectos abordados no desfile relacionado à sustentabilidade ambiental e social,

Primeiro, tenho que chamar muito a atenção quando eu fiz um pacto com elas. Não vai ter um metalzinho chinês, tudo vai ser feito à mão. Ah, o abotoamento que a gente usa. Esquece. Nada de produto que vem de fora. E ainda brinquei: Isso você sabia que tem metal pesado, sabia que tem trabalho escravo por trás disso, então é isso que vocês querem colocar nos seus produtos? Não. E aí usamos a escama desse peixe e é uma coisa maravilhosa. É um peixe de águas profundas, o camorupim, que ele desova só nas águas doces da Paraíba e do Ceará e cuja escama parece uma madrepérola e quando as pessoas viram isso no SPFW e a imprensa internacional: mas isso é madrepérola! De longe parecia uma pérola. E todo esse trabalho também por trás da questão estética tem um fundo também da busca da sustentabilidade, com a apropriação e o cuidado com o meio ambiente (SEREIAS DA PENHA, 2015).

Nota-se que o trabalho desenvolvido pelo estilista Ronaldo Fraga junto às mulheres da comunidade da Penha destaca o sentimento de pertencimento, a questão da preservação local e o trabalho manual feminino. Borges (2011, p.216-217) ressalta o reflexo da relação entre o designer e o artesão, que “funcionam como o que Ronaldo Fraga chama de ‘mecanismo de

apropriação<sup>14</sup> cultural’ do lugar onde vivem. As mudanças atingem a família, o marido, os filhos, o grupo social, a vizinhança”. Esta coleção remete ao fato de que boas condições de vida, de trabalho e o cuidado com o meio ambiente podem representar uma nova forma da relação entre cultura e economia, pautada nos princípios da sustentabilidade. Ainda de acordo com a autora, os produtos artesanais são poeticamente diferenciados, trazem um sentido de pertencimento, diferentemente da uniformidade e padronização dos objetos industriais (BORGES, 2011).

Martins apud Borges (2011), do Mapinguari *Design*, de Belém/Pará/Brasil, empresa que atua em diversos projetos de identidade visual de marcas artesanais e locais e design participativo, afirma a importância da construção das marcas que levem o consumidor a identificar sua procedência e o valor da produção local. Segundo Martins, os produtos manufaturados das comunidades tradicionais tendem a ser pouco valorizados na sua origem. Dessa forma, a marca e demais produtos gráficos, como poderosas ferramentas de comunicação, possibilitam que o consumidor compreenda melhor a realidade distante, criando uma ligação entre o produtor e o consumidor. Em conformidade com Borges (2011, p.119), “num momento em que crescem o consumo consciente e a condenação a práticas de exploração de trabalhadores em países como a China, todas as ações servem como um atestado de procedência, ajudando o produto a se destacar dos concorrentes”.

Conforme apresenta o Relatório Mundial da UNESCO, há ainda muito o que se aprender com as populações locais rurais ou indígenas acerca da gestão dos recursos naturais, em termos de estratégias polivalentes de apropriação, de produção em pequena escala, pouco excedentária e pouco consumidora de energia, conservando a terra e os recursos naturais e evitando o desperdício e o esgotamento de recursos (RELATÓRIO MUNDIAL DA UNESCO, 2009). Dessa forma, a valorização da memória, das identidades culturais, do saber-fazer das populações locais, além de serem fundamentais para a promoção da dignidade humana, ainda nos apresentam alternativas de desenvolvimento humano inclusivo, atentas às diversidades, aos limites biofísicos, solidários com as gerações que ainda estão por vir.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

<sup>14</sup> No livro *A retórica da perda*, José Reginaldo Santos Gonçalves (2002) apresenta a questão da apropriação, com embasamento e referência teórica de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Aloísio de Magalhães. Sobre apropriação, Gonçalves (2002, p.63-64) escreve, “apropriação como qualquer outra palavra na vida cotidiana, pode ser diferentemente usada para múltiplos propósitos: defender uma “tradição” para “civilizar” (como na narrativa de Rodrigo) ou preservar a “heterogeneidade cultural” para garantir o “desenvolvimento” (como no caso da narrativa de Aloísio). Nesse processo, o que é apropriado, quem se apropria e com quais propósitos são questões que trazem diferentes respostas”.

Dentre todas as manifestações culturais, a moda tem um papel de destaque em função de sua representatividade no que diz respeito às expressões culturais de todos os povos. É uma das áreas da cultura que melhor retrata tendências de comportamento e que suscita debates políticos, econômicos, sociais e ambientais, caracterizando, dessa forma, a sociedade de um determinado tempo e lugar. Desde a sua configuração inicial, a moda caminhou alinhada ao desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Foi propugnada por este sistema e, ao mesmo tempo, responsável por uma produção que envolve aspectos perversos do capitalismo. Nas duas últimas décadas, constatações e denúncias de práticas irresponsáveis pela indústria da moda, seus efeitos sociais e ambientais, têm estimulado reflexões e orientações alternativas para o sistema da moda, caracterizando um processo de transformação e reorganização desse campo.

Os debates e as iniciativas gerados a partir das críticas feitas à forma como o sistema da moda produz se relacionam a propostas e reflexões ligadas à Economia Criativa. São caminhos opcionais ao sistema vigente, pois abrangem as dinâmicas sociais, culturais e econômicas, de forma não desvinculada do desenvolvimento humano, da geração de riqueza a ser distribuída de forma mais equitativa, gerando assim trabalhos dignos e com significado para os trabalhadores e, conseqüentemente, permitindo maior inclusão social.

As coleções desenvolvidas pelo estilista Ronaldo Fraga sempre foram temáticas e sublinham questões da sociedade, tratando de memória afetiva e ressaltando, em muitas delas, elementos que representam culturas regionais brasileiras. Através do desenvolvimento de temas com conteúdo sociopolítico e cultural, Ronaldo Fraga conta histórias, apresenta e discute ideias e valores, nas criações e apresentações de suas coleções e desfiles. O estilista mostra como a moda pode contribuir para o reconhecimento, para a valorização e para a preservação da cultura brasileira. As culturas carregam símbolos e revelam os modos de existência humana, com toda a sua diversidade, estilos de vida e formas de viver no mundo. Tendo em vista que a riqueza do indivíduo e da sociedade está na diversidade cultural, na liberdade do ser humano ser quem ele é e/ou quer ser, aceitar e proteger a diversidade cultural são princípios fundamentais para o desenvolvimento humano e sustentável.

O reconhecimento da importância da preservação da memória de cada cultura é trabalhado na obra de Ronaldo Fraga e, especificamente, nas três coleções apresentadas neste artigo. É comum que o discurso de desenvolvimento subestime o passado e o considere como algo sem importância, em uma consideração refletida e proposital para fomentar a renovação constante, em qualquer área da vida social e, principalmente, na moda. A memória, contudo, é

um fator essencial da dimensão cultural, pois proporciona a transmissão de conhecimento e a preservação da cultura. Assim, o trabalho de Ronaldo Fraga foi escolhido como objeto de reflexão, pois instiga pensar sobre o potencial da moda em acolher, interpretar e apresentar aspectos relacionados a valores e expressões culturais, as formas diferenciadas de ser e estar no mundo. Seu trabalho tem relevância não só pela produção material em si, mas pela concepção voltada para o ser humano e sua cultura, para além dos propósitos de lucratividade presentes na lógica de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

- BERLIM, Lilyan. **Moda e sustentabilidade: uma reflexão necessária**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2012.
- BONADIO, Maria Cláudia; PENNA, Gabriela Ordonez. Conversas com Ronaldo Fraga. **IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte**, São Paulo: Centro Universitário Senac, v. 9, n. 1, p. 171-180, setembro de 2016.
- BORGES, Adélia. **Design + artesanato: o caminho brasileiro**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- CUELLAR, Javier Perez de. (Org.). **Nossa diversidade criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e desenvolvimento**. Tradução de Alessandro Warley Candeas. Campinas, SP: Papirus, Brasília: Unesco, 1997.
- DULCI, Luciana Crivellari. O conhecimento nos cursos superiores brasileiros: a constituição da formação em Design de Moda. In: XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia, 2013, Santiago, Chile. XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia, 2013.
- FOLADORI, Guillermo. Avanços e limites da sustentabilidade social. **Revista Paranaense de Desenvolvimento: economia, estado, sociedade**, Curitiba, n. 102, p. 103-113, janeiro/junho de 2002.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Iphan, 2002.
- LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. Tradução Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.
- OBNISKI, Luciana. Estilista critica a sociedade de consumo e dispara: “A moda brasileira pode muito mais”. **TPM**, 06 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/ronaldo-fraga>>. Acesso em: 4 de maio de 2016.

OLIVEIRA, João Maria de; ARAÚJO, Bruno César de; SILVA, Leandro Valério. **Panorama da Economia Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

PODESTA, Rita de. Da terra brotam as bonecas de barro. **Revista Sagarana – Turismo e Cultura em Minas Gerais Online**, Belo Horizonte, n. 46, 2014. Disponível em: <<http://revistasagarana.com.br/artesas-do-vale-do-jequitinhonha/>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

QUEIROZ, João Rodolfo; BOTELHO, Reinaldo (Organização). **Ronaldo Fraga**. Coleção Moda Brasileira. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

RELATÓRIO DE ECONOMIA CRIATIVA, 2010. **Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável**. Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD): São Paulo, SP, 2010.

RELATÓRIO MUNDIAL DA UNESCO. Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2009.

SANTOS, Heloisa Helena de Oliveira. Moda e Economia Criativa: agenciamentos em torno da produção de vestuário no Brasil. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS - 27 a 31 de Outubro, Caxambu, 2014.

\_\_\_\_\_. A definição da moda em contextos de economia criativa: o relatório da UNCTAD/ONU e suas repercussões no Brasil. **IARA – Revista de Moda, Cultura e Arte** Vol. 9 no 1 – Setembro de 2016, São Paulo: Centro Universitário Senac.

SANTOS, Rochelle Cristina dos. **Tramas da memória social: A poética de Ronaldo Fraga e a coleção de Moda Nara Leão 2007/2008**. 2012. 181 p. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SEREIAS DA PENHA: estilista Ronaldo Fraga fala sobre o amor do artesanato da PB, G1/TV Paraíba, 29 de novembro de 2015. Entrevista. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/paraiba-comunidade/videos/v/sereias-da-penha-estilista-ronaldo-fraga-fala-sobre-o-amor-ao-artesanato-da-pb-bloco-2/4641032/>>. Acesso em: 15 abril de 2016.

TERRA ONLINE. São Paulo, 30 de junho de 2003. Ronaldo Fraga busca inspiração em bonecas de barro. Disponível em: <<http://moda.terra.com.br/spfw2004verao/interna/0,,OI117244-EI1526,00-Ronaldo+Fraga+busca+inspiracao+em+bonecas+de+barro.html>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2017.

**INTERCULTURALITY, CREATIVE ECONOMY AND NEW WAYS OF  
THINKING AND PRODUCING FASHION**

**Abstract:** *This article aims to report relevant elements of the work developed by the Brazilian stylist Ronaldo Fraga, which allows reflections on fashion from a sociocultural perspective, considering this as a way of understanding, representing and expressing society. Besides presenting and recreating social dynamics, fashion reverberates cultural and economic issues and, specifically in this article, associated with the creative economy. Based on a qualitative exploratory research and the technique of content analysis, we sought to evaluate three collections developed by the stylist, which shape the fashion from a sociopolitical perspective, showing the relation of Ronaldo Fraga's work with cultural scenarios and the economic issues specific to these ambiences, such as the types of production and characteristic works, their knowledge, values and material and immaterial riches connected to them.*

**Keywords:** *Creative Economy. Interculturality. Fashion. Ronaldo Fraga.*

---

## **ANÁLISE CRÍTICA DO EFEITO DA CRISE NA COMPOSIÇÃO DO EMPREGO DO BIBLIOTECÁRIO NO BRASIL (2006 a 2016)**

**André de Souza Pena** – e-mail: andresouzapena@gmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais –  
Curso de Biblioteconomia

Avenida dos Estudantes, 5005 – Bairro Sagrada Família

CEP: 78-735.901 – Rondonópolis – MT – Brasil

***Resumo:** O artigo apresenta as transformações do emprego do bibliotecário no Brasil, comparando os anos de 2006 a 2016, usando a base da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, tendo em vista a crise econômico de 2008. Desta forma, o estudo analisa e compara dois momentos cruciais. Para especificar o estudo do emprego do bibliotecário, atualmente subsumido na atual Classificação Brasileira de Ocupação sob a denominação de profissional da informação. Desse modo, é feita uma comparação das classificações das profissões em três países diferentes, com vistas a entender se também houve mudanças no nome da profissão tal como ocorreu no Brasil. Verificou-se de modo sucinto os efeitos da crise internacional no mercado de trabalho brasileiro, para a partir dos dados levantados averiguar a situação do bibliotecário. Verificou-se que os bibliotecários foram afetados pela crise, mas ainda mantém um emprego de remuneração razoável principalmente no setor público, em parte esta estabilidade foi adquirida em função do fortalecimento das políticas públicas do Estado no momento anterior à crise. Aponta-se, finalmente, a necessidade de uma readequação da Classificação Brasileira de Ocupações, tendo em vista a manutenção do nome bibliotecário, pois reflete melhor a real atribuição deste profissional, minimizando erros de preenchimento nas bases de dados ao reduzir a ambiguidade gerada pelo do nome profissional da informação, contribuindo para a construção de uma identidade mais próxima do real papel desse profissional na sociedade.*

***Palavras-chave:** Bibliotecário. Crise. Emprego.*

## 1. INTRODUÇÃO

Vive-se um período bastante conturbado no mundo com reverberações da crise econômica em quase todos os países. O Emprego tem sido alvo de medidas de precarização das condições de trabalho e redução de direitos trabalhistas, mesmo o mercado formal – centro da análise deste trabalho – tem sofrido as consequências da desregulamentação do emprego, inclusive no setor público, por vezes considerado um dos vilões da atual crise. Com isso, o fantasma do desemprego se tornou realidade e ronda o mundo a criação de empregos de pior qualidade, principalmente em países de capitalismo periférico como o Brasil.

O texto traz à baila a repercussão da atual crise sobre o emprego do bibliotecário no Brasil à luz da Relação Anual de Informação Social (RAIS). Os anos de análise foram selecionados a partir de apontamentos de estudo anterior realizado por Crivellari e Pena (2008), os quais verificaram um crescimento de 1.000 % do emprego bibliotecário no ano de 2005 no setor de ensino, quando comparado ano-a-ano desde 1985. A seleção do intervalo 2006 a 2016 permitiu atualização dos dados de outros estudos (PENA et al. 2014; PENA, 2015) e comparação com o momento atual.

A controvérsia da denominação Profissional da Informação, designação atribuída aos Bacharéis em Biblioteconomia, tem também espaço neste trabalho, tanto porque em termos metodológicos é a forma de recuperação dos dados na RAIS, quanto sobre esta dimensão se de fato contribuiu a mudança de nome a partir da CBO de 2002 para o incremento do emprego no chamado setores informacionais, além de comparação do nome com outros países, com possíveis reflexos da sua própria identidade profissional.

O artigo, portanto, tem como objetivo analisar criticamente o mercado de trabalho do bibliotecário brasileiro no contexto da crise. A questão norteadora da pesquisa é saber como está a constituição do emprego formal do bibliotecário diante do cenário de crise atual. Para responder estes questionamento e alcançar o objetivo da pesquisa, valeu-se da análise de literatura técnico-científica e também da análise da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) comparada com o sistema de classificação das profissões de outros dois países, bem como as novas sugestões de atualizações propostas pela Organização Internacional do Trabalho e dos dados do mercado formal de trabalho divulgados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O artigo se justifica por analisar a CBO enquanto fonte de dados e também sua

possível influência na denominação do profissional bibliotecário tal como fez Crivellari, Alves e Frota (2017) para a profissão de arquivista e museólogo. Espera-se também que o trabalho sirva de inspiração para pensar a formação e atuação do bibliotecário consoante sua função social precípua.

Assim, este artigo na próxima seção inicia uma comparação da Classificação das Profissões no cenário internacional, particularmente no Brasil (América), Espanha (Europa) e Moçambique (África), para servir de discussão metodológica e conceitual do profissional bibliotecário. Em seguida, apresenta o cenário do emprego no Brasil e no Mundo *vis a vis* a crise internacional, para na seção seguinte apresentar a discussão sobre o mercado de trabalho propriamente dito do bibliotecário no Brasil. Encerra-se o trabalho com algumas considerações finais.

## **2. CLASSIFICAÇÃO DA PROFISSÃO BILIBOTECÁRIA NO BRASIL, ESPANHA E MOÇAMBIQUE: CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS**

A classificação das profissões é uma representação mundial utilizada para fins estatísticos, mas também pode auxiliar na elaboração dos currículos e organização das carreiras (CRIVELLARI; ALVES; FROTA, 2017). Percebe-se a profissão bibliotecária relacionada à cultura, arte e a ciência, conforme estabelece o Grande Grupo 2 da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO– sigla em inglês). No Brasil, na classificação das ocupações, o Grande Grupo 2 é denominado “profissionais das ciências e das artes”. Na classificação das profissões da Espanha os bibliotecários estão na categoria dos “Técnicos e profissionais científicos e intelectuais”. Em Moçambique, também no Grande Grupo 2, os bibliotecários são incluídos como “Especialistas de profissões intelectuais e científicas”.

No Brasil, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a partir de 2002, identifica a família ocupacional “profissional da informação” (código 2612) para aqueles com bacharelado em biblioteconomia e documentação e que podem ocupar cargos de bibliotecário, documentalista ou analista de informações (pesquisador de informações de rede). Na versão anterior, a CBO 1994 incluía no mesmo grupo, bibliotecários, arquivistas e museólogos. Com a notoriedade da informação no novo *ethos* do capitalismo, o profissional bibliotecário mudou de nome e, na descrição sumária das atribuições do trabalho acrescenta “a prestação de serviços de assessoria

e consultoria” (Quadro 1). Contudo, a consultoria não identifica o processo de trabalho biblioteconômico, tampouco é uma atividade exclusiva da categoria dos bibliotecários.

Além disso, a “conservação do acervo bibliográfico”, própria do trabalho das bibliotecas, foi excluída na nova classificação numa alusão ideológica contrária ao impresso, em desprestígio do objeto da alta cultura por excelência, o livro (PENA, 2015). Mesmo que a nova classificação o aspecto da “difusão cultural” tenha sido incluído, indicando necessidade de pensar o papel de inclusão cultural, isso possa indicar “um acúmulo de tarefas, a intensificação do trabalho e superestimação profissional” (CRIVELLARI; ALVES; FROTA, 2017, p. 59).

Quadro 1 – Descrição sumária dos bibliotecários na Classificação Brasileira de Ocupações.

CBO 1994	CBO 2002
Organiza, dirige e executa trabalhos técnicos relativos às atividades biblioteconômicas, desenvolvendo um sistema de catalogação, classificação, referência e <b>conservação do acervo bibliográfico</b> , para armazenar e recuperar informações de caráter geral ou específico, e colocá-las à disposição dos usuários, seja em bibliotecas ou em centros de documentação:	Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; <b>realizam difusão cultural</b> ; desenvolvem ações educativas. <b>Podem prestar serviços de assessoria e consultoria.</b>

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE, 2015).

Na atual *Clasificación Nacional de Ocupaciones*, versão 2011, da Espanha, na desagregação de dois dígitos (código 29) os bibliotecários pertencem aos “profissionais da cultura e do espetáculo”. No nível inferior, com três dígitos (código 291), os bibliotecários estão juntos com os arquivistas, conservadores de museus e afins. O nível mais desagregado – com quatro dígitos (código 2912) - reúne os “bibliotecários, documentalistas e afins”, cuja atribuição é selecionar, ampliar, organizar e manter os serviços de bibliotecas, além de fornecer informação aos usuários (INE, 2012a). Em relação à Classificação Nacional de Ocupações de 1994 para a atual de 2011, os bibliotecários permanecem no mesmo grupo profissional.

Semelhante à Espanha, a Classificação das Profissões de Moçambique, na Revisão 2 de 2012, os arquivistas, bibliotecários, conservadores de museus e profissionais similares (código 262) estão reunidos em um mesmo subgrupo. No nível mais desagregado (código 2622) são

classificados os “bibliotecários, documentalistas e profissões similares”, cujas principais funções, descritas a seguir, permitem associar as atribuições tradicionais dos bibliotecários, quais sejam:

- Organizar, adquirir, avaliar e conservar coleções [sic] de livros, documentos, manuscritos, publicações periódicas ou outras recebidas ou existentes na biblioteca, a fim de facilitar ao investigador ou ao leitor comum um acesso fácil à fonte de informação pretendida;
- Conceber e planejar serviços e sistemas de informação;
- Estabelecer e aplicar critérios de organização e funcionamento dos serviços;
- Seleccionar, classificar e indexar documentos sob a forma textual, sonora, visual ou outra para o que utiliza, desenvolver e adaptar sistemas de tratamento automático ou manual, de acordo com as necessidades específicas dos utilizadores;
- Definir procedimentos de recuperação e exploração de informação;
- Apoiar e orientar, quando solicitado pelo utilizador do serviço;
- Promover acções [sic] de difusão, a fim de tornar acessíveis as fontes de informação primária, secundária e terciária;
- Supervisionar o pessoal e as actividades a desenvolver (INE, 2012b, p. 169).

Verifica-se nos países analisados que o Brasil, mesmo mantendo o pré-requisito do bacharelado em biblioteconomia, foi o único a “transformar” o bibliotecário em profissional da informação na sua Classificação Oficial das Profissões, mesmo sendo o único, entre os três países, com um Conselho Federal de Biblioteconomia, decorrente de uma lei que regulamenta a profissão desde os anos de 1962. Sobre isso Moreira González (2014) destaca um paradoxo sobre a questão profissional: que as atividades desenvolvidas pelos profissionais da informação podem ser realizadas também por informáticos, jornalistas, gestores administrativos ou comerciais. Denota, portanto, ambiguidade no nome e dificuldade inclusive na dimensão da análise das estatísticas.

Ademais, no plano internacional, a última reunião realizada em 2007 por especialistas de estatísticas do trabalho do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), responsáveis pela discussão e implementação da Classificação Internacional Uniforme das Ocupações (CIUO), mesmo reconhecendo a validade da estrutura geral da CIUO-88, fizeram as seguintes recomendações:

1. El sistema de clasificación de ocupaciones de grandes grupos, subgrupos principales, subgrupos y grupos primarios que figura en el Anexo a la presente resolución es aprobado por la Reunión de Expertos de Estadísticos del Trabajo y se le denomina Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones, 2008 (CIUO-08).
2. En la CIUO se clasifican los empleos. Para los fines de la CIUO-08 se define el empleo como “un conjunto de tareas y cometidos desempeñados por una persona, o que se prevé que ésta desempeñe, incluido para un empleador o por cuenta propia”.
3. Se define la ocupación como “un conjunto de empleos cuyas principales tareas y cometidos se caracterizan por un alto grado de similitud”. Una persona puede estar

asociada a una ocupación a través del empleo principal desempeñado en ese momento, un empleo secundario o un empleo desempeñado anteriormente.

4. Los empleos se clasifican por ocupación con respecto al tipo de trabajo realizado o que se ha de realizar. Los criterios básicos utilizados para definir el sistema de grandes grupos, subgrupos principales, subgrupos y grupos primarios son el “nivel de competencias” y la “especialización de las competencias” requeridos para efectuar eficazmente las tareas y cometidos de las ocupaciones.

5. Al recopilar y procesar estadísticas clasificadas por ocupación (es decir, para utilizar en ámbitos tales como el análisis del mercado laboral, la planificación educativa, la planificación de la enseñanza, la planificación de los recursos humanos, el análisis de ocupaciones sanitarias y de seguridad, el análisis de salarios, etc.) cada país debe tratar de compilar datos que se puedan convertir al sistema de la CIUO-08, para facilitar el uso y la comparación internacionales de la información sobre las ocupaciones.

6. Los países deben proporcionar información a la OIT sobre la manera más apropiada de relacionar los grupos definidos en la clasificación (o clasificaciones) de ocupaciones utilizada con fines nacionales con la CIUO-08. (OIT, [200-], p. 1-2.).

Diante do cenário de atualização na classificação internacional faz-se necessário rever a CBO, especialmente para fins deste trabalho a profissão de bibliotecário, representada na Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, 2008 (CIUO-08), no nível mais desagregado como 2622 - *Bibliotecarios, documentalistas y afines* inserido no grupo 26 - *Profesionales en derecho, en ciencias sociales y culturales*. Com isso, mesmo sem interferir nas relações de trabalho o pertencimento a esta categoria pode-se inferir que a profissão apresenta certa distinção social.

Portanto, em função de *status* profissional melhor definido pela regulamentação profissional e, particularmente, a presença do Estado como grande empregador possibilitou ao bibliotecário brasileiro um melhor enfreteamento da crise econômica de 2008 (PENA et al., 2014). Apesar de alguns indícios da superioridade do mercado de trabalho do bibliotecário brasileiro em relação ao cenário internacional analisado por Pena et al. (2014; PENA, 2015), atualiza-se os dados comparando o ano de 2006 com a situação atual, representada pelo ano de 2016 *vis a vis* a aparente piora do cenário nacional pós-crise de 2008.

### **3. A CRISE E O BRASIL: BREVE APRESENTAÇÃO DO CENÁRIO**

A crise econômica, iniciada no Estados Unidos decorrente de forte especulação do mercado financeiro, espalhou-se para as demais economias, mas passados quase 10 anos ainda persiste na liberalização financeira com implicações deletérias sobre o mercado de trabalho no mundo.

O capitalismo do século XXI, conforme apontou o denso estudo de Piketty (2014), rendeu-se ao rentismo em detrimento do investimento no setor produtivo, responsável pela geração consistente de trabalho, ocasionando precarização do trabalho e, com isso, “desde a década de 1970, a desigualdade voltou a aumentar nos países ricos, principalmente nos Estados Unidos, onde a concentração de renda na primeira década do século XXI voltou a atingir – e até excedeu – o nível recorde visto nos anos 1910-1920” (PIKETTY, 2014, p. 22).

Apesar de amargar um dos piores níveis de desigualdade social do mundo, o Brasil vinha superando os efeitos da crise financeira de 2008 de modo mais consistente que as crises dos anos 1980 e 1990, com fortalecimento das políticas de inclusão social (BOYER, 2014). No entanto, talvez o próprio sucesso desse modelo refletiu em um agravamento político e social da crise, culminando com uma piora significativa no cenário econômico, particularmente a partir de 2016, com aumento expressivo do desemprego, atualmente representada por 12.740.000 trabalhadores desempregados, segundo dados do IBGE (2017).

Uma das formas de mitigar a crise seria, de acordo com estudo comparado realizado por Boyer ([2014?] *apud* BOYER, 2014, p. 14), a ampliação do estado de bem-estar social conjuntamente com aumento da capacidade de produção, sobretudo com o desenvolvimento da indústria, como se observou em alguns países nórdicos. Contudo, No Brasil para sanar tal situação grave de desemprego implementou medidas de flexibilização do trabalho. Tais medidas, entretanto, insistem na redução de direitos trabalhistas e piora dos salários, indicando que “a estratégia de reformas liberais centrada na redução de custos e maior flexibilidade de um mercado de trabalho historicamente desorganizado e já flexível, revela uma dimensão regressiva do ponto de vista econômico e social para um país continental como o Brasil” (SANTOS; GIMENEZ, 2017, p. 7).

Assim, de modo sintético, nota-se uma piora no mercado de trabalho em geral. Portanto, a partir destas constatações analisa-se – a seguir - o quanto tais alterações impactaram no mercado de trabalho do bibliotecário.

#### **4. EMPREGO DO BIBLIOTECÁRIO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

A CBO é, mais especificamente, na família profissionais da informação a referência utilizada pela RAIS para classificar a ocupação principal do Bibliotecário. Para efeitos deste trabalho optou-se pela utilização dos níveis mais agregados, dado que quanto mais se entra na especificidade possivelmente aumente as incongruências. Exemplo disso é se for especificado a escolaridade como variável, observar-se-á indivíduos sem a escolaridade adequada ocupando o cargo de bibliotecário, algo absolutamente ilegal, porque para exercer o cargo de bibliotecário é necessário possuir o ensino superior em biblioteconomia. Ademais, tal situação pode ocorrer devido a própria ambiguidade que gera a atribuição do nome profissional da informação, pois eventualmente outras ocupações ocupam esta função, dificultando o preenchimento destas informações por parte dos empregadores. Apesar disso, para fins deste trabalho, utilizou-se os dados mais amplos, dado que estas falhas de incompatibilidade com a formação e atuação acontecem também com outras profissões, como a de contador e jornalista, ao se verificar na RAIS 2016 o número de 60 pessoas com o vínculo de contador e 114 pessoas com a 5ª série incompleta exercendo a atividade de jornalista, enquanto o número de bibliotecários nesta situação foi muito menor (4).

#### **4.1 Setores de atuação do bibliotecário**

Em termos gerais o número de profissionais com vínculos formais de trabalho quase dobrou no período de 2006 a 2016, passando de 15.691 para 28.212 bibliotecários no mercado de trabalho formal, um acréscimo de 180% (Tabela 1). Mesmo com números ligeiramente inferiores aos observados por Crivellari e Pena (2008), cujo crescimento no período de 1985 a 2005 foi de 190%, nota-se que esta movimentação do emprego acompanhou o número de concluintes do ensino superior, com crescimento de 153% também no período de 2006 a 2016, conforme dados do último Censo do Ensino Superior (BRASIL, 2016).

No tocante a composição do emprego e sua evolução no período em análise é evidente os efeitos da crise. Inicialmente impressiona a queda em número absolutos do número de empregos na Administração Pública, tradicionalmente o emprego de melhor qualidade e empregadora principal da categoria. No ano de 2006, antes da crise, esse segmento contava com 3.653 vínculos (ou 23,28% do emprego dos bibliotecários), com a chegada da crise, logo em 2008, houve redução para 2.747 bibliotecários (15,40% de todo o emprego – ver Tabela 1). A queda continuou nos demais anos pós crise até atingir o número de 2.520 postos de trabalho em 2016, com a representatividade de apenas 8,93% do emprego total da categoria, sendo que já chegou

a 48% do emprego em 1995 na administração pública direta, conforme Crivellari e Pena (2008). Isso se explica em parte pelo agravamento da crise e possível culpabilização do funcionalismo público como responsáveis pelo déficit público com vistas a fortalecer políticas de um Estado Mínimo.

Tabela 1 - Setores de atividade da categoria do Bibliotecário no Brasil.

<b>CNAE 2.0 Seção</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2014</b>	<b>2016</b>
Indústrias de transformação	904	1.120	1.235	1.445	1.749	1.632
construção	169	254	406	475	491	360
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	550	981	1.012	1.086	1.137	1.211
Transporte, armazenagem e correio	184	237	238	342	476	342
Informação e comunicação	1.431	1.698	1.775	2.317	3.533	3.025
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	272	437	643	889	1.170	1.108
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.056	1.226	2.956	4.064	5.032	6.545
Atividades administrativas e serviços complementares	971	2.079	2.263	2.787	2.058	1.891
Administração pública, defesa e seguridade social	3.653	2.747	2.870	2.607	2.714	2.520
Educação	5.025	5.383	5.968	6.761	7.384	7.629
Saúde humana e serviços sociais	295	331	398	544	624	573
Artes, cultura, esporte e recreação	116	110	128	156	159	173
Outras atividades de serviços	803	945	955	1.024	1.049	957
Demais setores*	262	284	261	285	356	252
<b>Total</b>	<b>15.691</b>	<b>17.832</b>	<b>21.108</b>	<b>24.782</b>	<b>27.932</b>	<b>28.218</b>

Fonte: RAIS/MTE.

\* setores em que possuíam em média 100 ou menos vínculos de emprego foram agrupados.

No setor educacional, outro espaço histórico de atuação do profissional bibliotecário, não obstante com menor intensidade também sentiu os efeitos deletérios das políticas de austeridade. No ano de 2006 representava o vínculo formal de emprego de 5.025 bibliotecários (ou 32% do emprego), foi crescendo gradativamente, mas em termos de representatividade do emprego foi reduzindo, chegando a 26,44% em 2015 e subindo um pouco em 2016, constituindo 27,04% dos vínculos dos bibliotecários (Tabela 1). Esse segmento é bastante influenciado pelo setor público, mesmo que o ensino superior no Brasil se concentre no setor

privado, o governo federal fornece subsídios fiscais para as universidades particulares, instituições que abrigam as bibliotecas universitárias, grande empregadora de bibliotecários.

Se no ensino superior a situação da contratação de bibliotecários para gerenciar as bibliotecas está melhor resolvida, graças a exigência do Ministério da Educação da presença de bibliotecário nas bibliotecas universitárias como um dos quesitos na avaliação e credenciamento de cursos, na biblioteca escolar ainda há a promessa de cumprimento da chamada Lei da Biblioteca Escolar<sup>1</sup>. Os dados indicam certa estagnação do cumprimento da lei, com implicações negativas para a melhoria da qualidade da educação básica e deslocamento do emprego bibliotecário para outras atividades menos relacionadas com seu processo de trabalho, conforme se pode verificar na Tabela 1 a presença de 1.211 vínculos em 2016 de profissionais atuando em atividades de reparação de veículos (Comercio, reparação de veículos automotores e motocicletas), bastante distante do esperado para atuação de um bibliotecário, enquanto atividade ligadas à artes e cultura – bem mais representativas do fazer bibliotecário - empregavam menos bibliotecários, 957 profissionais no ano de 2016.

Por outro lado, *atividades profissionais, científicas e técnicas*, que apresentavam 1.056 vínculos (6,73%) em 2006 subiu para 6.545 vínculos dos bibliotecários (23,19%), algo aparentemente positivo, pois tais atividades têm relação direta com o *savoir faire* da categoria. Do mesmo modo, com o propalado advento da sociedade da informação o setor de informação e comunicação foi crescendo, passando de 1.431 vínculos em 2006 para 3.025 bibliotecários atuantes no setor em 2016, no entanto, em termos de representatividade do emprego passou de 9,12% em 2006, chegou a 12,65% em 2014 e reduziu para 10,72% do total de vínculos no ano de 2016. Diante disso, faz-se necessário saber qual a natureza jurídica do empregador a fim de conhecer qual o peso do setor público e privado na composição do emprego, a ser verificado na seção seguinte.

#### **4.2. Composição jurídico-institucional do emprego**

A grande transformação ocorreu com a migração maciça do emprego do bibliotecário para o setor privado, mais susceptível as oscilações advindas da crise e as medidas de redução dos direitos trabalhistas. No ano de 2004 o número de vínculos totais no setor público chegou a 4.719, representando 39% do emprego total, segundo Pena, Crivellari e Neves (2008). Embora

---

<sup>1</sup> Lei 12.244 que universaliza a exigência de biblioteca em todas as escolas e a contratação de bibliotecários até 2020.

tenha crescido em números absolutos (6.450), somando-se todas os setores relacionados ao público em 2016, conforme Tabela 2 abaixo, em termos de representatividade do emprego passou para apenas 22,86% de todos os vínculos formais de emprego. Já a iniciativa privada, mais especificamente Entidades Empresas Privadas (Tabela 2) totalizavam 4.349 vínculos no ano de 2004, aproximadamente 36% do emprego geral (PENA; CRIVELLARI; NEVES, 2008) subiu para 17.562 vínculos, passou a representar 62,24% de todo o emprego do bibliotecário no ano de 2016 (Tabela 2). Isso indica *per se* uma piora na qualidade do emprego bibliotecário, cuja vinculação ao setor público está na essência da biblioteca como instituição não lucrativa. A iniciativa privada pode prestar serviços gratuitos à sociedade, mas geralmente com piores condições salariais e de garantias do emprego, conseqüentemente, um serviço de pior qualidade.

Tabela 2 - Natureza jurídica do estabelecimento empregador do bibliotecário no Brasil.

<b>Natureza Jurídica Especial</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2012</b>	<b>2010</b>	<b>2014</b>	<b>2016</b>
Setor Público Federal	1.133	2.009	3.012	2.641	3.327	3.410
Setor Público Estadual	1.235	1.251	1.170	1.356	1.260	1.126
Setor Público Municipal	2.750	1.432	1.636	1.550	1.642	1.538
Setor Público - Outros	0	0	6	1	6	3
Entidade Empresa Estatal	497	399	428	414	403	373
Entidade Empresa Privada	6.319	9.119	14.737	11.685	17.119	17.562
Entidades sem Fins Lucrativos	3.168	3.325	3.768	3.449	4.151	4.173
Pessoa Física e outras Organizações Legais	13	42	25	12	24	33
<b>Total</b>	<b>15.115</b>	<b>17.577</b>	<b>24.782</b>	<b>21.108</b>	<b>27.932</b>	<b>28.218</b>

Fonte: RAIS/MTE.

De modo mais detalhado é possível verificar na Tabela 2 uma redução em todas as esferas da administração pública, com exceção da instância federal que manteve um crescimento de 1.133 profissionais (7,5% do total em 2006) para 3.410 vínculos em 2016 (12,8% do emprego). As demais esferas apresentaram queda tanto em número absoluto quanto em representativa, principalmente o Setor Público Municipal, que de 2.750 profissionais em 2006 (18,19% do total) reduziu para 1.538 bibliotecários em 2016 (5,45% do total de vínculos). Esses dados reforçam a tese de que as bibliotecas escolares e públicas – sob à jurisdição das prefeituras – foram bastante prejudicadas com a crise, porque o município é o elo mais fraco em termos econômicos na organização do Estado brasileiro, em última instância, cabe à sociedade local atribuir maior ou menor peso ao desenvolvimento cultural de sua população, situação diretamente relacionada com mais ou menos investimento na manutenção e desenvolvimento de suas bibliotecas, mesmo num período de crise.



Até 5,0	6.672	42,5 2	9.049	50,75	9.982	47,3	12.377	49,9	14.355	51,4	15.716	55,69
5,01 a 10,00	4.955	31,5 8	5.006	28,07	6.806	32,24	7.914	31,93	8.870	31,76	8.437	29,90
10,01 a 15,00	1.984	12,6 4	1.825	10,23	2.397	11,36	2.572	10,38	2.836	10,15	2.595	9,20
15,01 a 20,00	954	6,08	1.074	6,02	1.159	5,49	1.185	4,78	1.138	4,07	854	3,03
Mais de 20,00	1.090	6,95	804	4,51	679	3,22	634	2,56	627	2,24	491	1,74
{ ã class }	36	0,23	74	0,41	85	0,40	100	0,40	106	0,38	125	0,44
	<b>15.69</b>											
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>100</b>	<b>17.832</b>	<b>100</b>	<b>21.108</b>	<b>100</b>	<b>24.782</b>	<b>100</b>	<b>27.932</b>	<b>100</b>	<b>28.218</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS/MTE.

Por outro, ainda sobre a questão salarial, sob o ponto de vista da dimensão do gênero, observa-se uma melhor inserção no mercado de trabalho para as mulheres bibliotecárias, representantes da grande maioria dos profissionais atuantes na área. Os dados da tabela 04 indicam que as mulheres ganham ligeiramente mais que os homens, pois na faixa de menor rendimento (até 5,00 SM) embora exista um número maior de mulheres (9.433), em termos percentuais esta faixa de rendimento representa menos para as mulheres (55,00%) quando comparado aos homens (56,77%). Já na faixa de maior rendimento (mais de 20,00 SM) o número de mulheres é maior (325) que o de homens (166), assim como em termos percentuais o número mesmo pequeno para ambos é melhor para as mulheres, pois representam 1,90% dos vínculos enquanto o percentual de homens bibliotecários com remuneração maior que 20 salários mínimos foi de apenas 1,50%.

Tabela 4 – Remuneração média em salário mínimo do bibliotecário por gênero em 2016.

Faixa Remuneração Média (SM)	Masculino	%	Feminino	%
Até 5,00	6.283	56,77	9.433	55,00
5,01 a 10,00	3.269	29,54	5.168	30,13
10,01 a 15,00	1.032	9,32	1.563	9,11
15,01 a 20,00	289	2,61	565	3,29
Mais de 20,00	166	1,50	325	1,90
{ ã class }	29	0,26	96	0,56
<b>Total</b>	<b>11.068</b>	<b>100</b>	<b>17.150</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS/MTE.

Uma explicação possível do maior salário feminino é a vinculação de maior número de mulheres ligadas ao setor público. Assim, faz-se necessário averiguar a relação do salário com a natureza jurídica do estabelecimento empregador, pois segundo Boyer (2009) um dos elementos centrais da economia é a relação salarial, que somada ao Câmbio, a regulação da concorrência, constituição do estado nação e a forma de inserção na economia internacional, constituem fonte fundamental de verificação de como o país lida com as crises. Conquanto o grupo dos bibliotecários seja pequeno, representam as profissões ligadas à cultura, expressando em parte a opção de desenvolvimento do país.

Apesar da crise, com base nos dados da Tabela 5, ainda é possível verificar que o Estado oferece melhores salários aos seus servidores quando comparado ao setor privado, muito embora haja um movimento de precarização contínuo do serviço público em termos de qualidade do emprego. É possível verificar que 2.206 (64,69%) dos empregados no setor público federal percebem remuneração entre 5 e 10 salários mínimos, enquanto no setor privado (entidade empresa privada) nesta mesma faixa salarial estão 4.321 (24,60%) dos bibliotecários, mesmo com números absolutos menores (2.645) representam a grande maioria (65,23%) na faixa de remuneração menor (até 5,00 SM). O mesmo raciocínio é válido para as faixas de remuneração maior (mais de 20 SM), que no setor público federal estão 64 profissionais (1,88% do total), enquanto no setor privado mesmo com 136 profissionais representa apenas 0,77% dos bibliotecários com remuneração mais elevada (Tabela 5).

A exceção, conforme apontamento inicial, é o setor público municipal, pois a maioria (71,98%) dos bibliotecários (1.107) estão nesta na faixa de remuneração menor (até 5 SM), muito embora haja 2,21% dos bibliotecários na faixa salarial mais elevada (mais de 20 SM), mesmo que em números absolutos sejam pouco expressivos (34). Por outro lado, nas entidades do chamado terceiro setor (*Entidades sem fins lucrativos* – Tabela 5) também os 2.645 dos bibliotecários (63,38%) percebem remuneração na menor faixa salarial e apenas 30 indivíduos (0,72% dos empregados neste setor) tem remuneração na faixa de renda mais alta.

Tabela 5 – Natureza jurídica e salário médio do bibliotecário em 2016.

Natureza Jurídica Especial	Até 5,00	5,01 a 10,00	10,01 a 15,00	15,01 a 20,00	Mais de 20,00	{ñ class}	Total
Setor Público Federal	229	2.206	728	183	64	0	3.410

Setor Público Estadual	234	314	256	190	131	1	1.126
Setor Público Municipal	1.107	312	53	19	34	13	1.538
Setor Público – Outros	2	1	0	0	0	0	3
Entidade Empresa Estatal	24	74	80	98	96	1	373
Entidade Empresa Privada	11.455	4.321	1.285	297	136	68	17.562
Entidades sem Fins Lucrativos	2.645	1.198	192	66	30	42	4.173
Pessoa Física e outras Organizações Legais	20	11	1	1	0	0	33
<b>Total</b>	<b>15.716</b>	<b>8.437</b>	<b>2.595</b>	<b>854</b>	<b>491</b>	<b>125</b>	<b>28.218</b>

Fonte: RAIS/MTE.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da gravidade da crise atual paradoxalmente permanece uma convergência para o capitalismo financeiro em desfavor do mundo do trabalho, com conseqüente crescimento da desigualdade e instabilidade social. Embora o capitalismo apresente vários momentos de crise, os “trinta gloriosos” mostraram que é possível a construção de um “Estado de Bem-Estar Social” com o fortalecimento das instituições – assentadas nas profissões - para promoverem políticas no sentido de desenvolver certa harmonia na relação capital-trabalho. Um imposto progressivo sobre a renda e uma tarifação justa na transmissão da herança tiveram um papel importante na redução das desigualdades econômicas e sociais após a segunda guerra mundial favorecendo a implantação e permanência do Estado de Bem-Estar (PIKETTY, 2014).

Diante dos dados levantados, conclui-se que, de maneira geral, especialmente no momento atual a economia no Brasil não está favorável à geração de emprego e à melhoria das condições de trabalho. Especificamente em relação ao bibliotecário o grande destaque foi a migração maciça do emprego para o setor privado, com redução na administração pública direta, mesmo que o setor educacional permaneça como um grande empregador, nota-se a prevalência nas bibliotecas universitárias, enquanto o setor público municipal está bastante enfraquecido com

a crise e as bibliotecas sob sua gestão foram prejudicadas, pois contratam menos bibliotecários se comparado com o período anterior, além de oferecer salários menos atraentes. Apesar disso, o setor público em geral, mesmo não isento da crise, mantém-se como um importante empregador, oferecendo melhores salários, situação que as mulheres souberam aproveitar melhor que os homens, dado que em geral estão mais presentes nas faixas salariais de maior remuneração.

No aspecto da CBO como fonte de dados, urge uma possível reestruturação para que o bibliotecário permaneça com esta denominação, amplamente disseminada pela sociedade em geral, facilitando a identificação desse profissional para a realização de concurso público e permitindo um melhor acompanhamento do mercado de trabalho da categoria, ao possivelmente reduzir inconsistências no preenchimento da RAIS, bem como permitir uma melhor comparabilidade internacional, uma das características importantes da classificação das profissões. Apesar do crescimento do emprego no setor de *Informação e Comunicação* não justifica uma alteração de um nome consagrado como o de bibliotecário, pois o incremento do setor implicou também em piora da qualidade do emprego, particularmente quando se observa os menores salários presentes na iniciativa privada.

## REFERENCIAS

BOYER, R. How has institutional competitiveness emerged out of the complementarity between Nordic welfare and innovation system. In: BORRAS, S.; SEEBROOKE, L. (Ed.). **Sources of National Institutional Competitiveness. Sense-making and institutional change**. New York: Oxford University Press, [2014?]. p. 12-147.

\_\_\_\_\_. O Brasil como pioneiro no crescimento inclusivo da América Latina: o próximo passo da política social. **Revista Política Social e Desenvolvimento**, ano 2, nov. 2014. Disponível em: < <https://plataformapoliticasocial2.files.wordpress.com/2014/11/revista-08.pdf> >. Acesso em: 12 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Teoria da regulação**: os fundamentos. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior 2016**: principais resultados. [S.n.l.]: [2016]. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2016/censo\\_superior\\_tabelas.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/censo_superior_tabelas.pdf)>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CRIVELLARI, H. M. T.; ALVES, T. S. ; FROTA, M. G. C. Arquivistas e Museólogos: uma reflexão crítica sobre o posicionamento destes profissionais na Classificação Brasileira de Ocupações. **INCID: Revista de Documentação e Ciência da Informação**, v. 8, p. 46-67, 2017.

\_\_\_\_\_.; PENA, A. S. Transformações políticas e mudanças no trabalho do profissional da informação: 1985 a 2005. **Revista Educação & Tecnologia**, v. 12, n.3, p. 1-4, 2008.

Horizonte, 2015.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE/PNAD Contínua). **Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência**. [S.n.l.], 2017. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA - INE. **Clasificación Nacional de Ocupaciones 2011 (CNO2011): notas explicativas**. [Madrid]: [INE], 2012a. Disponível em: <[http://www.ine.es/daco/daco42/clasificaciones/cno11\\_notas.pdf](http://www.ine.es/daco/daco42/clasificaciones/cno11_notas.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Classificação das Profissões de Moçambique (Rev.2)**. Maputo: INE, 2012b.

Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. Aún em torno a la formación universitaria, el empleo y la recesión. **Anuario Think**, v. 8, p. 15-23, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Resolución sobre la actualización de Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones**. Ginebra: [OIT], [2007?]. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/docs/resol08.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

PENA, A. S. et al. Elementos de comparação do emprego bibliotecário em tempos de crise. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/17421>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Reflexões críticas sobre aspectos produtivo e do trabalho na biblioteca universitária em tempos de crise: comparação Brasil, Espanha e Moçambique**. Tese (Doutorado em Ciência da

\_\_\_\_\_.; CRIVELLARI, H. M. T.; NEVES, J. A. O mercado de trabalho do profissional: um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; L. M. L. G. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008, p. 207-218.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SANTOS, A. L.; GIMENEZ, D. M. **Desenvolvimento, competitividade e reforma trabalhista**. Campinas: Cesit/Unicamp, 2017. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2017/11/Texto-de-discuss%C3%A3o-8-Desenvolvimento-competitividade-e-reforma-trabalhista.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

## **CRITICAL ANALYSIS OF THE EFFECT OF CRISIS ON THE COMPOSITION OF THE LIBRARIAN'S EMPLOYMENT IN BRAZIL (2006 to 2016)**

***Abstract:** The article presents the transformations of librarian employment in Brazil, comparing the years 2006 to 2016, using the basis of the Annual Report of Social Information of the Ministry of Labor and Employment, in view of the economic crisis of 2008. In this way, the study analyzes and compares two crucial moments. To specify the study of the employment of the librarian, currently subsumed in the current Brazilian Classification of Occupation under the name of information professional. Thus, a comparison of the classifications of the professions in three different countries is made, in order to understand if there were also changes in the name of the profession as it happened in Brazil. The effects of the international crisis on the Brazilian labor market were succinctly verified, based on the data collected, to ascertain the situation of the librarian. It was found that librarians were affected by the crisis, but still maintain a reasonable remuneration job mainly in the public sector, in part this stability was acquired due to the strengthening of public policies of the State in the moment before the crisis. Finally, it is necessary to readjust the Brazilian Classification of Occupations, in view of the maintenance of the librarian's name, since it better reflects the real attribution of this professional, minimizing errors of filling in the databases by reducing the ambiguity generated by the professional name of the information, contributing to the construction of an identity closer to the real role of this professional in society.*

***Keywords:** Librarian. Crisis. Employment.*

---

## **A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NA MEDIAÇÃO IMPLÍCITA DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS**

**SANTOS, Fabiana Pereira dos** – fabiana.ufmg@gmail.com

Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação

Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil

**RENAULT, Leonardo Vasconcelos** – lvrenault@gmail.com

Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil

***Resumo:** Este trabalho discute a mediação implícita no contexto do trabalho bibliotecário. Em um primeiro momento se discute os aspectos introdutórios do conceito de mediação e sua categorização em explícita e implícita. Logo em seguida se aprofunda na conceituação de mediação implícita e sua configuração no mundo do trabalho bibliotecário. Na seqüência, faz-se uma discussão sobre as funções exercidas pelos bibliotecários e suas implicações para a mediação implícita no contexto das bibliotecas universitárias. O argumento utilizado é da necessidade de conscientização do bibliotecário da relevância de sua ação mediadora implícita. Dessa forma, se demonstra a importância das atividades de desenvolvimento de coleções, processamento técnico e preservação como atividades de mediação implícita, complementares às de circulação e referência como atividades explícitas. Neste sentido, a conscientização visa tornar o profissional bibliotecário protagonista de suas ações e com a dimensão do impacto social que podem gerar. Dessa forma, se problematiza a suposta neutralidade em que se ancora, por exemplo, a atividade de processamento técnico, visto que, a indexação traz consigo uma subjetividade inerente que, ao invés de ser combatida, deve ser compreendida e por vezes enfrentada.*

***Palavras-chave:** Profissional bibliotecário. Mediação implícita. Mediação. Bibliotecas Universitárias.*

### **1. INTRODUÇÃO**

A universidade tem como uma de suas responsabilidades a produção e desenvolvimento de conhecimentos que podem ser utilizados por toda a sociedade e, para isso, ela deve oferecer

um ambiente propício. É importante dele se apropriar para a construção de práticas que auxiliem e incentivem os estudantes a serem sujeitos criativos, autônomos e críticos no desenvolvimento de habilidades de construção de conhecimento.

O atual contexto da Universidade tem se caracterizado por mudanças tecnológicas, culturais e científicas muito rápidas, o que exige capacitações e habilidades de formação continuada, bibliotecários sintonizados com a dinâmica da informação e capazes de agirem como mediadores no acesso às suas fontes, bem como prontos para atuarem também como educadores (SANTOS, 2015, p. 18).

Em uma biblioteca universitária, os trabalhos podem ser divididos em catalogação, preservação e conservação, circulação e referência. O setor de catalogação será responsável por inserir os itens na base de dados e entregá-los prontos para guarda na estante ou referenciá-los para acesso remoto, no caso dos livros e artigos de revistas eletrônicas por exemplo. O setor de preservação e conservação deverá cuidar da integridade dos livros, por meio de consertos e reparos, para que eles possam ter maior vida útil. O setor de circulação e referência será responsável pela gestão dos empréstimos e devoluções, bem como orientação e capacitação dos usuários para utilização da Unidade de Informação e dos serviços e produtos oferecidos por essa.

Vale ressaltar que nem todos os profissionais exercem todas as funções citadas acima, definições que dependem de sua posição dentro da Unidade de Informação, de seu perfil e do objetivo do órgão em que cada um atua. Porém neste trabalho acreditamos que em todas estas funções o profissional bibliotecário faz ações de mediação da informação. O objetivo desse ensaio é pensar as atividades de mediação implícitas realizadas por bibliotecários que atuam em bibliotecas universitárias.

Este trabalho partiu de um levantamento de literatura, identificando materiais que contribuíssem para construção do mesmo. Ele está dividido em quatro seções, esta primeira introdução; a próxima seção em que abordaremos a mediação da informação em suas duas formas: implícita e explícita; a terceira seção em que falaremos sobre o fazer e as ações dos bibliotecários na mediação implícita da informação; e a última seção que consiste das considerações finais.

## 2. MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Para se entender o conceito de Mediação da Informação ao qual queremos evocar neste trabalho é fundamental entender e refletir sobre que Informação estamos pensando em mediar, e quais são as premissas básicas que esta definição traz para o nosso contexto.

Almeida Júnior afirma

A mediação da informação permite exige a concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação. Dessa forma, defendemos que o usuário é quem determina a existência ou não da informação. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 97)

Capurro (2003), Capurro e Hjørland (2007) ao tentarem trazer um conceito científico de informação encontram três vias possíveis para o compreender: informação física, em sentido cognitivo ou como um fenômeno social. Aqui acreditamos que o ultimo nos representa, pois a informação é aqui percebida como transformadora, inquietante, contextualizada, propulsora de mudança social e também modificada pelo meio. Ao falar das reflexões de Capurro sobre a informação como fenômeno social, Araújo acredita que

Antes, o modelo de informação “social” entende que informação é uma construção (algo é informativo num momento, em outro já não é mais; tem relevância para um grupo mas não para outro; e assim sucessivamente). E mais, é uma construção conjunta, coletiva – ou melhor, intersubjetiva. O que é informação não é produto de uma mente única, isolada, mas construído pela intervenção dos vários sujeitos e pelo campo de interações resultante de suas diversas práticas. (ARAÚJO, 2010, p. 97)

Almeida Júnior ainda afirma que

[...] a informação é efêmera e se concretiza apenas no momento em que se dá a relação a relação do usuário com o suporte que torna possível a existência dela, informação. Assim, ela não existe a *priori*. Não existe antes da relação usuário/suporte, que redundaria em defendermos que o profissional da informação trabalha com uma informação latente, um quase- informação. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 98)

A mediação da informação sempre foi comumente vista e pensada no setor de referência de uma biblioteca, porém neste estudo partimos do pressuposto que as ações de mediação perpassam todo o fazer biblioteconômico. Ainda mais se pensarmos em contextos universitários, uma vez que é necessário engajamento e entrosamento entre os profissionais da

biblioteca e instituição a qual ela faz parte para que se alcance a missão da universidade. Sanches e Rio corroboram esta ideia e acreditam que

Pensando de forma mais abrangente o trabalho do profissional da informação, em particular a biblioteca universitária, sua atuação deve apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro da universidade e, assim, comprometer-se com o desenvolvimento da sociedade, faz-se necessário no presente momento da história rever e reavaliar os conceitos e práticas até agora exercidas. O que se faz presente nos estudos referentes à linha de pesquisa Mediação da Informação. (SANCHES; RIO, 2010, p. 103)

Desse modo, já eliminamos um pensamento comum das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação que trata a mediação como ponte. Tratada como algo estático, imóvel, imparcial e sem atividade. Na ideia de mediação da informação aqui utilizada não há, e nem poderá existir a tão sonhada neutralidade por parte do trabalho bibliotecário, nem por parte do usuário. Nesta concepção de mediação, o usuário é sujeito ativo, pensante. É modificado e modifica a relação e o contexto no qual atua.

O conceito de mediação da informação pode ser visto como uma contraproposta ao de disseminação da informação, pois o último trás a ideia da entrega de uma informação que atendesse uma determinada demanda, sem interferências. Grosso modo, neste pensamento, existe um emissor e um receptor, em que um não sofre influencias do outro. Talvez daí advenha o mito da neutralidade do trabalho bibliotecário.

Refletir sobre as ações de mediação é de grande importância para a consolidação de uma Ciência da Informação, Biblioteconomia e para a prática do profissional bibliotecário, porém este conceito ainda necessita de ser mais bem fundamentado e pesquisado. Silva afirma que

Todavia, embora a mediação seja um conceito trabalhado na Ciência da Informação, especialmente em fins do século XX e início do século XXI compreende-se que a mediação na Ciência da Informação ainda se configura como conceito embrionário e premente de uma construção de sentidos mais sólida. (SILVA, 2015, p. 94)

Assim, o conceito de mediação da informação, apesar de sua fluidez, e como já dito anteriormente, está presente em todas as atividades do bibliotecário, embora existam controvérsias sobre a consciência dessa atuação por parte destes profissionais, posto que, para Almeida Júnior

Mediação da Informação é toda a ação de interferência – realizada pelo profissional da informação -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. [...] a mediação não estaria restrita apenas a atividades relacionadas diretamente ao público atendido, mas em todas as

ações do profissional bibliotecário, em todo fazer desse profissional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 46)

O direcionamento em torno da questão profissional é uma forte tendência dentro dos estudos em Ciência da Informação, ou seja, neste sentido é a própria prática bibliotecária que vai municiar a construção teórica do conceito de mediação da informação. Dessa forma, para Sanches e Rio

Mediar é construir em conjunto espaços que ative no profissional bibliotecário, agora não mais um profissional passivo, uma postura comprometida com sua classe profissional e com a comunidade a qual atende culminando em um compromisso com a sociedade fazendo que seu ramo de atividade seja reconhecido socialmente por sua importância. (SANCHES; RIO, 2010, p. 110)

No entanto, dentro do espectro social, a que o termo está inserido, importante perceber a sua característica cultural e seus desdobramentos como potência de significado e encontro entre o objeto e o sujeito, pois para Ortega (2015, p. 76)

A mediação da informação implica intervenção, ação propositiva, intencionalidade, cujo objetivo é a apropriação da informação. É realizada sobre base material, por meio de metodologias de rigor científico. Identificação, seleção, produção de registros, ordenação, preservação, exposição de todo e qualquer objeto são atividades documentárias no sentido de que constituem – de modo articulado entre si – ações de mediação a partir das quais se dá a transformação do objeto em documento. (ORTEGA, 2015, p. 76)

Ainda sobre a conformação cultural, importante notar a mediação sob as relações de conflito, tensionalidades e intencionalidades, visto que o sujeito é construtor de sua realidade com vistas a manutenção ou transformação da mesma. Neste sentido, Silva afirma que,

a mediação da informação é um construto que parte dos ‘seres sociais’ (relações múltiplas, plurais e coletivas entre os seres) e se consolida na formação da consciência do ser (passível de singularidade interpretativa de cada ser). De outro modo, a mediação é um construto social que se estabelece entre o ser e o mundo aproximando a teoria conhecimento) da prática (ação), sendo que a construção de conhecimento deve ser composta a partir do real ou concreto (das configurações sociais, materiais e históricas), com vistas a transformação da realidade do(s) ser(es). (SILVA, 2015, p. 102)

Almeida Júnior, após leituras, reflexões e avanços nas discussões em um grupo de estudo sobre esta temática, ainda se propõe reformular o conceito de mediação da informação, por acreditar ser necessário atender um novo entendimento. Assim, o divulga em um capítulo de livro publicado em 2015 que

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de

maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (ALMEIDA JÚNIOR, p.25, 2015)

Assim, a mediação da informação perpassaria todas as ações do bibliotecário em seu fazer diário dentro de uma biblioteca ou unidade de informação. Para Almeida Júnior

A mediação estaria presente, de maneira não explicitada, na seleção, na escolha dos materiais que farão parte do acervo da biblioteca, em todo o trabalho de processamento técnico, nas atividades de desenvolvimento de coleções e, também, no serviço de referência e informação. (ALMEIDA JÚNIOR, p.46, 2015)

É perceptível então, a necessidade de se fazer a distinção entre a mediação da informação implícita, presente na seleção, processamento técnico, desenvolvimento de coleções e preservação do acervo; da mediação explícita contida no Serviço de Referência e Informação. Almeida Júnior afirma que

A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física, concreta e presencial do profissional da informação. (ALMEIDA JÚNIOR, p.93, 2015)

Vale ressaltar que o serviço de referencia não era visto como apenas constituído de atendimento ao usuário, esta seria apenas uma das etapas do trabalho de um bibliotecário que atua no setor de referencia de uma biblioteca. O atendimento ao usuário é a etapa final, pois para que ele aconteça é necessário que haja seleção, aquisição e organização dos materiais informacionais. De acordo com Hutchins

A seleção e organização de materiais com este fim em vista é uma parte tão importante do trabalho de referência quanto sua interpretação para o leitor individual. É a força motriz sem o qual o alvo não pode ser atingido. Para obter um serviço de referencia eficiente a administração da biblioteca precisa supri-lo tanto com os necessários livros e instalações quanto com uma equipe treinada em seu manuseio. (HUTCHINS, 1973, p. 4)

Porém este mesmo movimento não era sentido com a mediação da informação. Assim, percebemos que a mediação não pode ser discutida somente do ponto de vista do atendimento ao usuário no Serviço de Informação e Referência, mas também sob o olhar da organização para o acesso. Esses pontos de vista estão dialeticamente imbricados, o mesmo valendo para o contrário. E é neste contexto que vem a tona o conceito de mediação implícita da informação. O que nada mais é que todas as atividades do fazer biblioteconômico para dar suporte ao atendimento ao usuário, sem a presença do mesmo. Para que este atendimento ocorra de forma a dar acesso de maneira eficiente e eficaz. Para Almeida Júnior

A mediação implícita ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses

espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação. (ALMEIDA JÚNIOR, p.93, 2009)

Silva (2015) ao tentar identificar e explicitar alguns tipos de mediação passíveis de serem aplicados principalmente em Centros de Informação enuncia três tipos: mediação técnica da informação, mediação pedagógica da informação, e por fim, mediação institucional da informação. Neste trabalho, o que ele chama de mediação técnica da informação é o que mais nos interessa, pois concerne às ações de organização, representação da informação. Em uma biblioteca universitária a mediação implícita da informação está nas atividades de seleção, processamento técnico, catalogação e preservação, ou seja, nas ações de organização e representação da informação. São sobre estas ações que iremos refletir na próxima seção.

### **3. O FAZER DO BIBLIOTECÁRIO NA MEDIAÇÃO IMPLÍCITA DA INFORMAÇÃO**

É perceptível que as ações de interferência estão indissociadas do fazer do bibliotecário, porém não é assim que os profissionais tendem a perceber suas práticas. Santos Neto e Almeida Júnior ao analisar os discursos de bibliotecários que atuam em uma biblioteca universitária captam que ainda falta a consciência por parte do profissional de que as ações de mediação estão em todos os processos biblioteconômicos e afirmam que

Os bibliotecários, em sua maioria, ainda não têm uma noção clara de que seu trabalho nos serviços meios são também trabalhos de mediação da informação. Também não têm claro que interferem o tempo inteiro em seus processos e práticas informacionais. Defende-se que as ações de interferência dos bibliotecários, não só asseguram um fazer ético, mas procuram também desempenhar sua função social nos processos informacionais que fundam a sociedade biblioteconômica e continuam a ser processados nos novos ambientes e contextos. (ALMEIDA JÚNIOR, 2017, p. 261)

O que se pretende aqui é mostrar como a intencionalidade nas ações de interferência no fazer do bibliotecário influencia e torna possível o processo de mediação implícita da informação.

Para Almeida Júnior (2008, p. 48)

Retomando o conceito de mediação da informação, é mister que se reafirme a importância da interferência no fazer do profissional da informação. Mesmo buscando a imparcialidade – e sabendo que ela nunca será alcançada – o profissional deve se preocupar com a relação muito próxima entre interferência e manipulação. Esta, sim, deve ser totalmente abolida das ações do profissional, embora no trabalho cotidiano, mesmo que inconscientemente, todo o profissional está sujeito a se defrontar com ela em seu fazer. A linha que separa a interferência da manipulação é

extremamente tênue. Apesar disso, o profissional da informação deve procurar o difícil equilíbrio sobre essa linha. (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 48)

Em uma biblioteca universitária o processo de mediação implícita se inicia na seleção dos materiais que irão compor o acervo. Vários são os fatores a serem levados em consideração na seleção: o assunto, a quantidade em números do item na coleção, o estado físico, o valor monetário e até mesmo o doador. Por exemplo: materiais de assuntos não correlatos à área de conhecimento que à biblioteca atende são separados e não entram para a coleção; livros doados por professores da entidade e que serão utilizados em suas aulas tem lugar garantido. Enfim, o processo de seleção é coberto por escolhas que vão depender de cada instituição e sua missão, assim o profissional deve estar atento a cumprir estas determinações, bem como empenhar sua experiência para tomar estas atitudes.

No processamento técnico, as interferências poderão ocorrer ao se dar preferência em se trabalhar com determinados materiais em função de outros. Como ao acreditar ser mais importante carimbar, colar fitas de segurança em teses e dissertações produzidas por alunos da instituição antes que em livros doados. Ao se decidir que após a catalogação é mais importante fazer primeiro as etiquetas dos livros comprados em relação aos doados. Além disso, fundamental lembrar que as políticas de indexação dos materiais tem papel fundamental na recuperação da informação por parte dos usuários. Neste sentido, o processamento técnico é quem produz a linguagem mediadora entre a coleção e o usuário.

Na oficina de conservação de materiais a mediação da informação pode ser dar ao decidir se livros em péssimo estado físico irão ser consertados ou se irão ser descartados, pois o custo não vale a pena. Ou se materiais com determinados tipos de fungos podem ou não voltar a ser utilizado pelos usuários.

É perceptível, que as tomadas de decisões do bibliotecário interferem diretamente nos materiais e nas informações disponibilizadas, bem como traz consequências na vida dos usuários e rotina da Biblioteca. Assim, as ações de mediação implícita realizadas pelo profissional têm alto poder de transformação e mudança social.

E por isto a importância de não negar a interferência, pois uma vez reconhecida ela deverá ser auto vigiada, tornada consciente e crítica, para que o bibliotecário possa lidar com ela de forma madura, com objetivo de eliminar ou diminuir a manipulação e conseqüentemente, prever seus riscos e conseqüências. De acordo com Almeida Júnior

O profissional da informação, a partir da consciência da interferência, passa a ser entendido em uma outra esfera, em um outro extrato profissional, o daqueles que fazem história, são sujeitos na sociedade e participam efetivamente da construção do destino da humanidade. (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 48)

De acordo com Almeida Júnior (2009, p. 93) “A mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo”.

Enfim, muito ainda se tem a caminhar com relação ao entendimento da mediação da informação no âmbito do fazer biblioteconômico, uma delas é implantar e firmar disciplinas com esta temática nos cursos de graduação e pós-graduação da área. Acreditamos que este passo seria uma confirmação do papel central que tem a mediação não somente nas ações do Serviço de Referência e Informação, mas em todas as etapas do trabalho do profissional da informação. Almeida Júnior finaliza seu trabalho fortalecendo esta questão ao afirmar

[...] defendo que a experiência da disciplina “Mediação da Informação” do curso de Biblioteconomia UEL seja assumida, no âmbito da graduação em Biblioteconomia, nas outras escolas brasileiras da área. Quando adequado, a Mediação da Informação deve fazer parte dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação tanto *lato*, como *stricto sensu*. (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 52)

Assim, o entendimento e apropriação da mediação da informação enquanto ações que se desenvolvem em todos os setores de uma biblioteca universitária, bem como em todas as atividades do profissional bibliotecário tem se colocado como uma necessidade premente diante dos novos desafios surgidos na atualidade, em contextos cada vez mais ricos e variados, e sujeitos, cada vez mais diversos culturalmente em razão da ampliação das facilidades de acesso aos meios tecnológicos e ao ensino superior.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É perceptível o empenho de vários pesquisadores da área de ciência da informação e biblioteconomia em definir e avançar em estudos sobre mediação da informação, tanto implícita como explícita. Assim este estudo não deve estabelecer conclusões definitivas, mas contribuir em para enriquecimento do campo com novas discussões sobre esta temática.

Ressalta-se com esta revisão acerca dos conceitos de mediação da informação a multiplicidade de abordagens que podem ser aprofundadas de acordo com o objeto que se propõe. O olhar pode ser direcionado desde o empírico em sua essência mais imediata assim como pra abstrações teóricas e construção de conceitos que podem ser interessantes para a discussão epistemológica em Ciência da Informação.

Importante ressaltar que são necessárias ações prementes no intuito de realçar para a sociedade e para o próprio profissional bibliotecários as consequências de suas atividades para mudança social e desenvolvimento. Assim, percebemos a relevância de estudos com este escopo para desenvolvimento da área.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <[http:// inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/17/39](http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/17/39)>. Acesso em: 01 dez. 2017.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008. p.41-54.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278p. p.9-32.

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Inf. & Soc.:Est., João Pessoa**, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/6951/4808>>. Acesso em: 18 out. 2017.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. Disponível em: <[http://www.capurro.de/enancib\\_p.htm](http://www.capurro.de/enancib_p.htm)> Acesso em: 15 out. 2017

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148- 207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/download/54/47>> . Acesso em 20 out. 2017.

HUTCHINS, M. **Introdução ao trabalho de referência em bibliotecas**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1973. 294 p.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Da mediação em ciência da informação**. Niterói, 2015. 122 f. Relatório final de pesquisa de pós-doutoramento (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI) Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2015.

SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do. Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das ações culturais. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 103-121, jul./dez. 2010. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/incid/article/download/42323/45994>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de .O caráter implícito da mediação da informação. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.27, n.2, p. 253-263, maio/ago. 2017. Disponível em: < [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjYn6HygIPYAhXPQd8KHUW8BkUQFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ies.ufpb.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fies%2Farticle%2Fdownload%2F29249%2Fpdf&usg=AOvVaw1RqRtJHK5xm2uem5\\_oWhX](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwjYn6HygIPYAhXPQd8KHUW8BkUQFggoMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ies.ufpb.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fies%2Farticle%2Fdownload%2F29249%2Fpdf&usg=AOvVaw1RqRtJHK5xm2uem5_oWhX)>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SANTOS, Fabiana Pereira dos. **O saber-fazer de bibliotecários de referência no desenvolvimento do letramento informacional acadêmico de graduandos**. Belo Horizonte, 2015. 146f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local) - Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2015.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/incid/article/download/89731/96288>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

## **THE LIBRARIAN LABOR IN THE IMPLICIT MEDIATION OF INFORMATION IN UNIVERSITY LIBRARIES**

***Abstract:** This work discusses the mediation implicit in the context of the labor of librarians. In a first moment it discusses the introductory aspects of the concept of mediation and their categorization in explicit and implicit. Then deepens in the conceptualization of the implicit mediation and its configuration in the world of librarian labor. In the sequence, it is a discussion about the functions performed by librarians and their implications for the mediation implicit in the context of university libraries. The argument used is the need for awareness of the librarian for the relevance of their mediator action implied. That way, it demonstrates the importance of the activities of collection development, cataloguing and preservation as mediation activities implied, that, in the turn, are complementaries to the*

*explicit reference activities. In this sense, the awareness aims to become the professional librarian protagonist of their actions and with the size of the social impact that can generate. That way, if discusses the supposed neutrality in that found, for example, in the activity of cataloguing, since the indexing brings a subjectivity inherent in that, instead of being combated, must be understood and sometimes faced.*

**Keywords:** *Libranship. Implicit mediation. Mediation. University Libraries.*

---

## **TRABALHO MEDIADO POR TIC: UMA NOVA MODALIDADE DE TRABALHO?**

**VIANNA, Jaqueline Abreu**<sup>1</sup> – jaquelineabreuvianna@yahoo.com.br  
Instituto de Educação Tecnológica – IETEC  
Rua Tomé de Souza, 1065 - Savassi  
30140-138 - Belo Horizonte - MG

**Resumo:** *O presente artigo analisa a presença de Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC na mediação de diversas atividades de trabalho, bem suas implicações e a dificuldade de configuração dessa modalidade de trabalho. A discussão apresentada é um dos pontos centrais de uma tese de doutorado, no âmbito de um programa nacional em Ciência da Informação, pesquisando profissões com uso intenso das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC. A ênfase da reflexão reside na extensão do espaço laboral e a conseguinte ambiguidade presente, tanto no que se refere ao lugar como ao tempo do trabalho. Evidenciou-se, também, que a não regulamentação desta modalidade de trabalho, é parte de um fenômeno de complexidade maior: a ampliação de espaços de trabalho e a invasão do mundo privado. As interlocuções entre as variáveis que configuram essa modalidade de trabalho perpassam aspectos sociais, políticos, organizacionais, que repercutem nas relações de trabalho como, também, na vida do trabalhador.*

**Palavras-chave:** *Trabalho mediado por TIC. Teletrabalho.*

### **1. INTRODUÇÃO**

Pode-se dizer que o uso das TIC, bem como os seus impactos sobre os trabalhadores, ainda não foi suficientemente estudado pela CI brasileira. Para se chegar a esta conclusão foi realizado um estudo de base bibliométrica, investigando artigos publicados em periódicos brasileiros de Ciência da Informação, divulgados no portal da Associação Nacional de

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG

Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Dos dez periódicos pesquisados<sup>2</sup>, dezenove artigos foram encontrados abordando, de modo específico, as relações de trabalho e a tecnologia. A busca no portal ANCIB foi feita através da recuperação de palavras-chave e de expressões contidas em todo o documento. Outras fontes bibliográficas também foram consultadas, onde foram identificados os termos escolhidos para a pesquisa, sendo estes os mais evidenciados: teletrabalho, trabalho à distância, trabalho domiciliar, virtualização do trabalho, trabalho virtual, trabalho flexível, flexibilização do trabalho, trabalho mediado por tecnologias de informação e comunicação. Pelos dados coletados, observa-se que o número de artigos publicados foi relativamente pequeno, o que aponta para a pertinência de novos estudos sobre esse tema na área da Ciência da Informação brasileira, visando ampliar e aprofundar o debate sobre a questão. Os artigos identificados destacam as consequências do próprio paradigma informacional, mas o que se pode perceber é que não existe uma terminologia própria ou, pelo menos, não se configura, no universo pesquisado, uma uniformidade de conceito que defina a modalidade de trabalho mediada por TIC no contexto informacional.

Vale enfatizar que a pesquisa bibliométrica, aqui referida, propôs-se não somente a levantar o número de publicações sobre o tema, mas, precisamente, identificar conceitos relacionados ao tema e compreender de que forma essa modalidade de trabalho tem sido percebida na Ciência da Informação brasileira.

A necessidade de definição do trabalho mediado por TIC, enquanto uma modalidade de trabalho que possui especificidades, diferindo-o, portanto, do teletrabalho e de outras formas de organização do trabalho, está relacionada não apenas a um tipo de trabalho a ser nomeado, mas importa, sobretudo, observar que essa modalidade guarda importantes aspectos que vem sendo ignorados nas relações de trabalho.

## **2. O TRABALHO MEDIADO POR TIC: A NECESSIDADE DE DEFINIÇÃO COMO UMA MODALIDADE DE TRABALHO**

---

<sup>2</sup> Periódicos pesquisados: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO; DATAGRAMA ZERO; ENCONTROS BIBLI; INFORMAÇÃO E INFORMAÇÃO; INFORMAÇÃO E SOCIEDADE; PERSPECTIVA; PONTO DE ACESSO; REVISTA DIGITAL; REVISTA IBERO AMERICANA; TRANSINFORMAÇÃO.

Ao analisar o conteúdo levantado através da pesquisa bibliométrica, os autores identificados apresentaram diferentes enfoques de estudo sobre tema teletrabalho e trabalho à distância, que serão brevemente apresentados a seguir.

Bolão e Mattos (2004) buscam compreender o papel do conhecimento e da informação na reestruturação produtiva e apontam para a ocorrência de mudanças significativas na composição do emprego, com crescente incremento na área de serviços e ainda para “a existência de novas formas de trabalho, especialmente nos setores com alta concentração de atividades intensivas em conhecimento ” (BOLÃO; MATTOS, 2004 p. 2). Destacam ainda uma importante característica na esfera do trabalho, correlacionada ao objeto do presente estudo:

...há diversos casos de profissionais que atualmente executam as mesmas tarefas que executavam há alguns anos, mas não as executam mais no espaço da planta produtiva de uma empresa do setor manufatureiro industrial, mas em escritórios ou em casa, com trabalho contratado pela mesma empresa que antes o empregava. (BOLÃO; MATTOS, 2004 p. 2).

Os autores supracitados questionam também uma visão determinista do processo de globalização e informacionalização, em que o paradigma se estabelece e são, de certa forma, excluídas as responsabilidades do empresário como também aceitas como irrevogáveis as mudanças no mercado. Estes autores criticam esse posicionamento e a ausência de regulação sobre os processos de trabalho, pontuando sobre o crescente uso de TIC, que, mesmo sendo de fundamental importância, “permitem a subsunção do trabalho intelectual e a intelectualização geral da produção e do consumo” (BOLÃO; MATTOS, 2004 p. 12).

A expansão das TIC não pode ser apontada como causa isolada para mudanças no emprego e, principalmente, das relações de trabalho. Faz-se necessária uma reflexão política e social mais ampla, onde a relação capital-trabalho reincide sob o cerne da acumulação e encontra, na chamada era informacional, outros elementos para seu objetivo.

(...) a progressiva substituição das jornadas fixas de trabalho e a terceirização de atividades, em contexto de recorrentes processos de reestruturação produtiva e de inovações organizacionais no âmbito das empresas, vão criando as condições para que ocorra uma progressiva diminuição do peso do chamado standard employment relationship no conjunto das ocupações. (BOLÃO; MATTOS, p. 8 e 9)

Herscovici (2004) corrobora a posição de Bolão e Mattos (2004) no que se refere ao entendimento do papel das TIC na configuração de um cenário de trabalho, onde permeiam aspectos políticos e sociais. As evoluções das tecnologias são viabilizadas a partir da sua

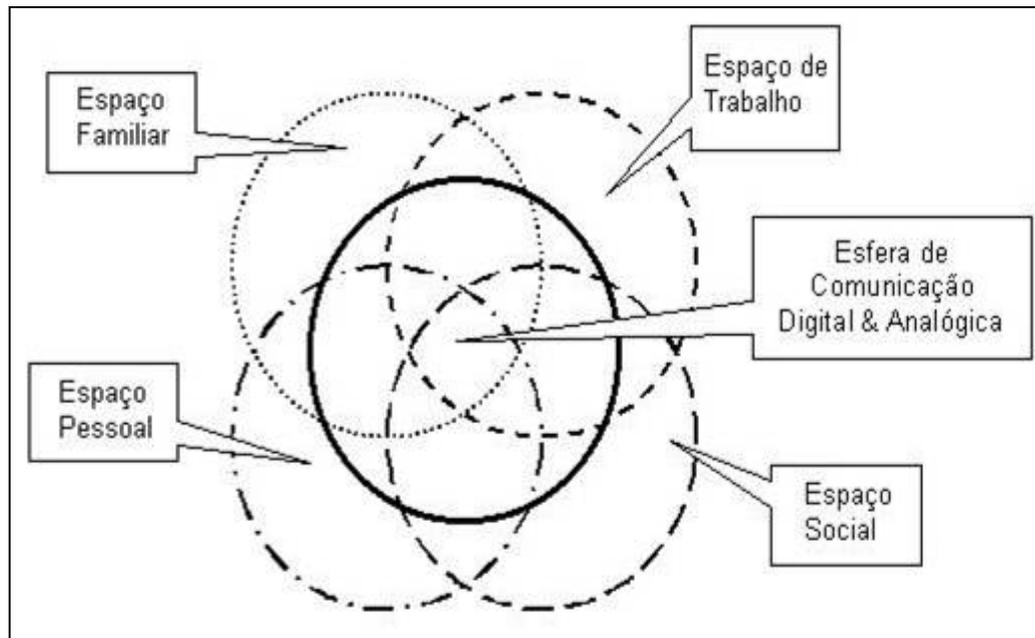
compatibilização com estruturas econômicas, sociais e políticas. Como enfatiza Herscovici, não são as tecnologias intelectuais que modificam as estruturas econômicas, sociológicas e políticas e, conseqüentemente, não é possível sustentar a tese do determinismo tecnológico” (HERSCOVICI, 2004 p. 7).

A partir de um enfoque que recupera uma análise histórica do capitalismo, onde a mercadoria atual é a informação, Alves (2004) defende que “a mercadoria-informação é a última fronteira da modernização tardia”, que surge, e se desenvolve, sob o capitalismo manipulatório que é constituída por “redes de informações linguístico-imagéticas que atingem a subjetividade complexa de homens e mulheres” , enquanto novas “formas fetichizadas de intercâmbio social”, estabelecendo comportamentos proativos, assumindo consentimentos que, dessa forma, impregnam o próprio fluxo societal. Segundo Alves (2004), a “base técnica da IV Revolução Tecnológica propicia as condições materiais para o desenvolvimento pleno (e tensionado) do turbocapitalismo. ” (ALVES, 2004, p. 3)

A globalização e informacionalização constituem um novo padrão de acumulação também na percepção de Lastres e Cassiolato (2006), que dão ênfase especial ao uso das TIC para viabilização desse paradigma técnico-econômico.

Ao propor compreender as diversas transformações que se dão a partir do desenvolvimento tecnológico e, mais precisamente, pelas tecnologias de informação e comunicação, está-se buscando identificar primeiramente quais as dimensões tais mudanças ocorrem. Mudanças, transformações, repercussões são expressões que retratam a percepção de que um dado fenômeno ou objeto sofreu alterações, que Menou (1999) bem identificou e conceituou como impacto. Menou (1999) ao tentar compreender o impacto da internet na sociedade, depara-se com a necessidade de primeiramente conceituar a que se refere o termo impacto. O referido autor observa que analisar “impactos” tornou-se, de certa forma, um modismo nas ciências, razão pela qual ele debruça-se primeiramente a esclarecer tal conceito, reconhecendo que a percepção do que seja impacto, bem como a forma de identificá-lo, tomou diversos matizes. Usando do conceito proposto por Menou (1999), entende-se impacto como “a colisão de corpos e a alteração resultante disso”. Nas palavras de Menou (1999, p. 4), “quando ocorre um impacto nenhum dos corpos permanece o mesmo”. O conceito de impacto evidencia, portanto, a existência de alteração nas partes envolvidas nessa colisão, como também de uma modificação de comportamento dos atores, no caso das TIC, do trabalhador como da sociedade em que ele está inserido e a constitui.

FIGURA 1: Universo de impacto da internet



FONTE: MENOU, 1999 p. 6

Ampliando, o mesmo autor citado propõe que: “impacto é a mudança na habilidade das pessoas em satisfazer suas necessidades que o efeito do uso da internet (ou qualquer outro recurso de informação) traz” (MENOU, 1999 p. 4). Menou (1999) se preocupa em apontar o impacto, ou, como no conceito proposto por ele, a “mudança de habilidades”, em diferentes áreas da vida do indivíduo, envolvendo vida pessoal, trabalho, governo, reconhecendo que:

É preciso ter presente que novas tecnologias podem alterar hábitos, valores, prioridades e a própria visão que o homem tem de si mesmo e do mundo, exigindo, em consequência, novas regras de convivência social e, certamente, novas práticas profissionais, nova educação para os jovens e atualização contínua para os adultos. (MENOU, 1999 p.7)

O presente estudo considerou impacto dentro da perspectiva de uma alteração mútua dos envolvidos no fenômeno, ou seja, particularmente no ambiente de trabalho, compreende-se como impacto as mudanças decorridas ou facilitadas pelas TIC, tanto no próprio trabalho, como na organização e no comportamento do trabalhador. Faz-se necessário, portanto, delimitar quais os espaços serão observados para identificar tais mudanças, considerando que, analogamente à internet, as TIC alcançam universos variados nas relações sociais e no cotidiano dos indivíduos, quer sejam os espaços: espaço individual, espaço familiar, espaço do trabalho, espaço de participação social. (MENOU, 1999 p. 5). Nesse contexto, estão imbricadas as questões do emprego, das novas atividades profissionais, da sua configuração, da capacitação de profissionais, dentre outras variáveis, como observa Menou (1999):

Graças aos meios eletrônicos de comunicações interativos, um número crescente de atividades profissionais, com ou sem garantia de tempo, podem ser realizados em casa ou a partir de casa. Basta constatar que, hoje, até complexos projetos de engenharia, por exemplo, podem ser executados coletivamente por profissionais espalhados pelo planeta, trabalhando em rede. (MENO, 1999 p. 11)

Corroborando com esse olhar, Freire (2006) também aponta para o local como uma questão central, definindo que “o local constitui-se em suporte e condição para as relações globais” e ainda que “as ações dos atores sociais que trabalham com a informação devem atuar de modo a promover os fluxos de informação em todos esses diferentes planos”. (FREIRE, 2006 p. 59).

Finquelievich (2005, p. 5), retomando conceitos propostos por Castells (1999), lembra que o novo modelo ou era informacional se sustenta em três características principais, a saber: produtividade em informação, aprovada em tecnologias da informação; tempo real; conectividade global de fluxos de capital; trabalho em rede (networking), destacando a internet como coração das redes, como algo muito mais que tecnologia. E esta autora também sinaliza algumas implicações deste paradigma na esfera do emprego:

La mayor flexibilidad laboral acarrea una nueva inseguridad laboral. Esto es particularmente significativo en los países periféricos y en las economías frágiles. Existen numerosas razones para que esto se produzca: a) Los "primeros innovadores" –en este caso, las empresas norteamericanas- son los que se más benefician; B) La infraestructura de telecomunicaciones es mucho más rentable y fácil de instalar en áreas urbanas y en zonas de alta densidad poblacional, lo que acentúa las inequidades con respecto a la provisión de servicios de Internet a las áreas rurales; C) Los empleos relacionados con las TICs requieren no sólo trabajadores especializados, sino que además están generalmente administrados a través de políticas de flexibilidad laboral, lo que deja a los trabajadores desprotegidos; D) Al contrario de los países desarrollados, en los que se encuentran diferentes grados de protección social, los países emergentes carecen en general de sistemas de seguridad social apoyados por políticas públicas adecuadas y estructuradas, o de redes de organizaciones de la sociedad civil que puedan ayudar a mitigar los efectos –desempleo, subempleo, necesidad de reciclaje laboral, etc.- de la transición de la economía de la Sociedad Industrial a la de la Sociedad Informacional (PROENZA, 2002 apud FINQUELIEVICH, 2005 p. 7)

Aquino (2004), ao estudar o fenômeno das mudanças nos formatos das bibliotecas relacionando-o à implantação de TIC, mostra as implicações quanto à estrutura organizacional, ao serviço prestado e ao próprio perfil do usuário. Este movimento de mudança não diz respeito somente às bibliotecas, mas reflete a própria dinâmica organizacional e observa ainda que “a visão tradicional do ambiente no qual a informação impressa é estocada e mantida localmente se desestabiliza à medida que a informação digital circula na rede em qualquer espaço e em tempo real”. (AQUINO, 2004 p. 9).

Silveira (2005) analisa a formação de organizações virtuais, suas configurações e aplicações e afirma que “as pessoas tendem a manter a atenção em recursos úteis e que estão fora das fronteiras de suas organizações, e, atualmente, a tecnologia oferece muitas possibilidades de incorporação desses recursos à ação organizacional”, ressaltando ainda que novas formas organizacionais são possíveis porque “a tecnologia da informação tem a capacidade de mudar a configuração tradicional de espaço-tempo”. (SILVEIRA, 2005 p. 71)

Rodrigues, Simão e Andrade (2003), discutindo sobre a sociedade da informação no Brasil e em Portugal, trazem dados sobre o processo de desenvolvimento destes países, analisando os respectivos Livros Verdes<sup>3</sup>, apontando as perspectivas de desenvolvimento informacional. Interessante observar que, no Brasil, o Livro Verde (2000) sinaliza tanto o grau de desenvolvimento, como também a regulamentação (ou não) no que se refere aos aspectos do trabalho. O que se constata, como evidenciado nas pesquisas dos autores citados acima, é ainda uma carência de regulamentações para tratar a esfera do trabalho.

Também Santos e Paim (2000) refletem sobre as mudanças organizacionais e o papel da informação neste processo. Estas autoras buscam compreender como o trabalho se estrutura a partir do desenvolvimento tecnológico. A reflexão citada percorre a estruturação de novos modelos organizacionais, a adoção do modelo japonês de qualidade (anos 1970), a reengenharia de processos e a tecnologia de informação (anos 1990), até a chamada gestão do conhecimento, dos dias atuais. Esta reflexão levou as referidas autoras a sintetizarem um retrato deste percurso, onde concluíram que “na área da administração a partir da década de 1980, a questão da informação perpassa todo o processo de discussão de reestruturação de modelos organizacionais” (SANTOS; PAIM, 2000 p. 12), enfatizando ainda que:

As novas tecnologias têm possibilitado a transformação do processo de trabalho nas organizações de forma a abranger todo o ciclo de mercadorias: área de produção, comércio, serviços, atividades administrativas, finanças, distribuição. Estão dadas as bases objetivas para grandes transformações organizacionais. As extensas atividades burocráticas de controle, expressão nuclear da estrutura organizacional típica do modelo taylorista/fordista, que conformaram as modernas organizações, podem ser substituídas, em grande medida, pela incorporação de tecnologias da informação, que permitem a estruturação sob concepção flexível. (SANTOS; PAIM, 2000 p. 10)

Estudando o trabalho dos profissionais da informação, Pena, Crivellari e Neves (2008) lançam o olhar para as repercussões das mudanças na organização do trabalho, destacando aspectos

---

<sup>3</sup> Documentos publicados por vários governos nacionais, destinados a promover uma reflexão sobre este assunto específico. Os governos do Brasil, Portugal, França e outros países da Europa, elaboraram seus “Livros Verdes”, com a finalidade de discutir questões voltadas para o desenvolvimento de políticas para a Sociedade da Informação em seus respectivos países.

de mercado de trabalho, no que tange aos setores onde os profissionais são absorvidos, efeitos sobre a distribuição por gênero, questões salariais e modalidade de vínculos empregatícios. Os autores basearam sua pesquisa nos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) comparando os anos de 1994 e 2004, para identificar as movimentações no mercado de trabalho, decorridas de reestruturação produtiva instaurada na década de 1990. Os resultados apontam, segundo os referidos autores, para uma “desestruturação do trabalho, pois apresenta elevação do desemprego, crescimento das formas precárias de inserção no mercado de trabalho - notadamente pela via do trabalho autônomo, assalariamento sem carteira assinada com destaque para o emprego doméstico” (MENDONÇA, 2003 apud PENA; CRIVELLARI; NEVES, 2008 p. 208). Os autores citados afirmam que os modelos de organização do trabalho buscam a redução de custos de produção e de menores proteções trabalhistas, como preconiza o modelo japonês. Percebem ainda que “as tecnologias da informação exercem papel essencial na estruturação e difusão destes modelos de organização do trabalho” (PENA; CRIVELLARI; NEVES 2008, p. 209).

Mostra o estudo sobre processo de virtualização e suas condições de existência, desenvolvido por Jacoski e Abreu (2001), que as organizações podem adotar dois formatos ou tipos, sendo que um formato se relaciona ao espaço virtual, ou seja, “os empregados na mesma companhia podem ser dispersos geograficamente mas ligados a uma rede, como se estivessem no mesmo edifício” e uma segunda modalidade seria o próprio negócio virtual, ou seja, quando “empregados em companhias diferentes podem efetuar negócios e ser ligados como se estivessem em uma mesma companhia” (JACOSKI e ABREU, 2001 p. 6).

No presente estudo, constatou-se que grande parte dos trabalhos publicados se refere a uma revisão teórica sobre o tema “teletrabalho” ou assuntos correlatos. Uma segunda constatação refere-se ao próprio objeto de estudo em questão, uma vez que as publicações encontradas não contemplam, especificamente, as atividades de trabalho mediadas por TIC, como aqui se pretende abordar, o que reafirma a pertinência de se conceituar e regulamentar a modalidade de trabalho que envolve mediação por TIC em suas atividades, que não se enquadra como teletrabalho, mesmo guardadas as muitas convergências. O teletrabalho, como foi apontado nesse texto, é entendido como aquele realizado exclusivamente à distância. Essa diferença marca, significativamente, a análise do fenômeno, tanto pela necessidade de regulação, como traz à tona certa conveniência e conseguinte ambiguidade nas relações de trabalho. Também

outras variáveis importam ser identificadas nas atividades mediadas por TIC que impactam a vida do trabalhador, tais como a não separação entre o trabalho e o não-trabalho.

## **2.1. Trabalho mediado por TIC: Flexibilidade, Ambiguidade e Desregulamentação**

Ampliando a pesquisa realizada no portal ANCIB e citada anteriormente, foram consultadas outras fontes para aprofundamento da pesquisa, enfocando ainda publicações brasileiras sobre o mesmo tema. Teletrabalho, trabalho remoto, trabalho à distância, virtualização do trabalho: de que conceito tratar? Para análise e diferenciação do trabalho mediado pelas TIC, foi necessário adentrar pelos conceitos e percepções acerca dessa modalidade. O objetivo inicial deste estudo foi conceituar essa modalidade de trabalho e identificar como ela é percebida no âmbito da Ciência da Informação brasileira.

Pinel (1988), em seu estudo sobre Teletrabalho ou Trabalho na Era Digital, reconhece que as conceituações são variadas e generalizadas e, muitas vezes, divergentes e adota o conceito postulado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que define o teletrabalho como “a forma de trabalho efetuada em lugar distante do escritório central e/ou do centro de produção, que permita a separação física e que implique o uso de uma nova tecnologia facilitadora da comunicação”. Vale observar que o trabalho de Pinel data de 1988, período em que já se demonstrava forte preocupação em definir e regulamentar o teletrabalho.

No Brasil, O Livro Verde da Sociedade da Informação é uma importante publicação, senão a única com caráter de regulamentação, organizada por Tadao Takahashi, que contou com a participação de mais de 150 especialistas e foi viabilizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (2000), com o objetivo de oferecer diretrizes para o desenvolvimento informacional no Brasil. Apesar de sua relevância, o Livro Verde da Sociedade da Informação não define claramente o teletrabalho. Esta obra aborda aspectos como a importância da educação e destaca a necessidade de criação de estruturas que insiram o profissional no paradigma informacional. Os autores confirmam também que a nova economia revoluciona as estruturas produtivas e transforma o mercado de trabalho e perfil do emprego e apontam para as disparidades de remuneração entre os mais qualificados e os não qualificados com uma preocupação particular no que se refere ao agravamento das diferenças sociais já existentes. Em relação ao teletrabalho, o Livro Verde aponta-o menos como uma tendência, e sim uma oportunidade de inserção no mercado, especialmente para os trabalhadores portadores de necessidades especiais ou em condições prisionais, entre outras. No entanto, não regulamenta

nem identifica condições particulares de como essa modalidade deve acontecer. Preocupa-se mais com as necessidades e estratégias de investimento em desenvolvimento, educação e inserção na economia informacional.

Uma vez que há um suposto autogerenciamento nas possibilidades advindas da flexibilização no teletrabalho, também não há a legitimação das horas excedentes do trabalho e até mesmo uma difícil legitimação do tempo efetivamente trabalhado. Ou seja, o trabalhador “pode” trabalhar a qualquer hora e por quantas horas desejar. Dito de outra forma, as tecnologias da informação “permitem” que o indivíduo trabalhe seja em sua casa, na empresa, nos intervalos de refeição (considerando aqui o uso de celulares, notebooks, etc.), férias ou mesmo licenças, sem que este tempo seja contado ou reconhecido como trabalho. Há um paradoxo entre a flexibilidade laboral e a implica na intensificação e precarização do trabalho. Essa análise é feita por Crivellari (2002), que observa que o Livro Verde, assim como também defendem as empresas que adotam o teletrabalho, aponta que o trabalhador teria vantagens com o teletrabalho (redução de custos com alimentação, transporte, vestuário, oportunidades de negócios, definição do seu horário e estilo de vida). Mas ocorre que, ao estar em casa, o trabalhador é demandado por amigos e familiares para tarefas de casa e sociais, acarretando sobretrabalho. O que denota ainda que o trabalho realizado em casa, frequentemente, não é considerado um “trabalho de verdade”. (CRIVELLARI, 2002 p. 7 e 8).

Sob o enfoque jurídico, também não há total clareza de tratamento a respeito dessa modalidade, como aponta Coutinho (2002)

A rápida difusão de formas de tele trabalho permitiu que atividades fossem desenvolvidas com manutenção da hierarquia, do poder de comando, sem a necessária proximidade física entre os atores da relação de trabalho. Contudo, é de nosso interesse mostrar com o presente estudo que não se tratam de inéditas formas de trabalho, estranhas à legislação vigente. (COUTINHO, 2002 p. 1)

Em relação à caracterização e regulamentação legal, Coutinho (2002, p. 2) entende como aplicável ao direito o conceito para teletrabalho de “trabalho exercido fisicamente fora da sede da empresa e com o uso sistemático de serviços telemáticos para a comunicação com a empresa”. O referido autor apontando ainda para suas formas de existência: "home work": atividades de trabalho executadas através de suportes eletrônicos na casa do trabalhador; "mobile work": atividades de trabalho executadas através do uso de aparelhos portáteis (o que sugere ainda maior flexibilidade quanto ao local de trabalho); “escritórios satélites”: correspondem a unidades-sedes distantes integradas em rede à sede central, por intranet ou

rede interna (sugerindo um distanciamento da empresa sede mas a possibilidade de uma conexão); “escritório virtual”: espaço único sem vínculo fixo com a empresa, compartilhado por profissionais de diferentes origens empresariais, conforme a necessidade (também reforçando a ideia de que a empresa não está condicionada a um local fixo e também pode ter custos rateados na medida em que o local de execução além de flexível pode ser compartilhado); “tele empresa”: apontando para os serviços executados por uma rede telemática (“telemarketing”, internet) que, de certa forma, soma as variáveis de terceirização de mão-de-obra, flexibilização de local de trabalho e trabalho remoto; “sistemas distribuídos”: central responsável pela distribuição de funções a empregados para trabalharem em computadores em rede (tradução, enciclopédias, dicionários).

Uma vez que o teletrabalho não é plenamente configurado (ou outras tantas vezes mascarado) e que essa modalidade favorece ganhos pela organização, através de custos operacionais mais baixos, maior controle, maior aproveitamento de tempo e da própria força de trabalho, há que se discutir a dificuldade de compreensão dessa modalidade, seus resultados e implicações para as relações de trabalho.

Outro ponto a ser discutido é que a modalidade de teletrabalho não configura sempre uma escolha por parte do trabalhador. As possibilidades de sobretrabalho a que o empregado se vê sujeito, confirmam essa afirmação. Na visão de Crivellari (2002), essa escolha acaba sendo unilateral, ou seja, patronal e tal escolha não é casuísta ou fruto de um determinismo tecnológico. A escolha se dá pelo próprio movimento do capital por aumento de produtividade e o lucro, como a citada autora argumenta:

(...) o teletrabalho não como fenômeno social “empiricamente reconhecível”, mas como um conjunto de “estratégias discursivas”, que supõem a emergência de novas práticas socioeconômicas em um contexto capitalista pleno de contradições. (LENGUITA 2000 apud CRIVELLARI 2002, p 13)

A modalidade atual envolvendo o teletrabalho se apresenta como parte de uma estratégia do capital para flexibilização da força de trabalho, movimento este que traz “um retorno ao passado, tendo como veículo as novas tecnologias do futuro, que já chegou”. Crivellari (2002, p. 3) lembra ainda que o teletrabalhador, analogamente ao artesão da Idade Média, trabalha do seu lugar, empregando esforços e recursos para entrega ao contratante a mercadoria, agora transportada eletronicamente.

A terminologia teletrabalho, apesar de guardar bastante proximidade com muitos dos aspectos identificados no objeto deste estudo, não atende por completo às necessidades do presente estudo e poderia gerar certa ambiguidade, uma vez que aqui se pretende destacar a simultaneidade de uso dessas tecnologias, tanto na empresa como fora dela, bem como suas consequências.

Em relação a essa distinção do local, o próprio Livro Verde considera que:

Condição para haver teletrabalho é a separação do trabalhador do ambiente tradicional, ou seja, do local físico do escritório, o que desestrutura também o tempo de trabalho: esses trabalhadores passam a dispor de horários flexíveis para realização de suas tarefas. (LIVRO VERDE, 2000 p. 22)

É interessante observar também que o Livro Verde aponta as vantagens do teletrabalho tanto para o trabalhador, como para empresa e governo, mas não há uma “balança” entre ganhos e perdas para casa um destes atores, e, em especial, para o trabalhador.

Quadro 1: As vantagens do Teletrabalho segundo o Livro Verde

<b>Vantagens do Teletrabalho</b>		
Trabalhador	Custos	Custos menores de alimentação, transporte e vestuário
	Oportunidades de negócio	Mais tempo para atender a clientes
		Maiores oportunidades para pessoas com restrições de tempo e locomoção
		Relacionamento mais estreito com clientes em comunidades específicas
		Maior facilidade de atender a múltiplas empresas por parte de especialistas altamente qualificados
Gestão	Maior facilidade em determinar estilo de vida e de trabalho	
Empresa	Custos	Diminuição de estrutura física da empresa
		Aumento de produtividade gerencial e profissional
	Oportunidades de negócio	Área geográfica de atuação mais ampla
		Maior proximidade com o cliente
		Fixação mais fácil de profissionais experientes
		Área geográfica de recrutamento mais ampla
	Acesso mais fácil a profissionais altamente qualificados	
Gestão	Maior agilidade	
Governo	Custos	Menor consumo de energia
	Oportunidades de negócio	Redução de veículos em circulação
		Governo mais próximo do cidadão
		Prestação de serviços de melhor qualidade
	Gestão	Maior facilidade na organização e gestão da prestação de serviços

FONTE: Livro Verde, 2000 p. 22.

Analisando o Quadro 1 apresentado acima, é importante considerar que, quanto aos custos que são reduzidos para o trabalhador como alimentação, transporte e vestuário, geralmente, há uma convenção da categoria ou mesmo previsão legal prevendo a obrigatoriedade de subsídio pelo empregador (como no caso do transporte). Dessa forma, os ganhos ou vantagens apontadas parecem mais centrados em questões de infraestrutura e aumento de produtividade, de interesse do capital, e menos para melhoria das condições de trabalho ou ganhos efetivos para o trabalhador. A vantagem apontada como ganho para o trabalhador, ou seja, a “maior facilidade em determinar estilo de vida e de trabalho”, será questionada dentro deste estudo.

Como propõe Milton Santos (1996), pensar a relação do indivíduo e do espaço, dentro de uma ótica globalizada, significa reconhecer que são os indivíduos os efetivos atores deste processo, ou seja, são as pessoas que criam a dinâmica do espaço existente em diferentes lugares. As tecnologias permitem que os espaços de trabalho acompanhem o indivíduo em praticamente todos os lugares em que se possa estar. Percebe-se, portanto, que as múltiplas possibilidades de vínculos se somam às possibilidades tecnológicas para uma rede, onde impera a fluidez cada vez maior do trabalho. O fluido nos apresenta o que escapa da rigidez de um lugar, de um acondicionamento, como bem define Milton Santos, “O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são as pessoas e os lugares” (SANTOS, 1997 p. 31)

O escritório sai das paredes de um prédio e passa a existir onde o trabalhador está. Nesse ponto, fica evidente a percepção de que quem globaliza são as pessoas. Pode-se pensar no mesmo indivíduo trabalhando em quaisquer desses locais em qualquer tempo. A rede alcança dimensões que independem do tamanho da empresa. O que se destaca é a possibilidade ou a realidade da expansão dessa rede de informação e comunicação, para além das paredes da empresa ou, melhor dizendo, para qualquer lugar onde o empregado possa estar. Em relação ao espaço que define o trabalho destacam-se dois aspectos: o primeiro, já abordado, refere-se à dimensão física em que ele ocorre e o outro, em decorrência deste, trata da noção de produtividade. Percebe-se que o espaço produtivo se amplia no espaço geográfico. Como Milton Santos definiu:

Podemos falar de produtividade espacial, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma atividade ou conjunto de atividades. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo que ao produzido. Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto

expressão dos processos técnicos e dos marcos espaciais da informação. (MILTON SANTOS, 1997 p. 52).

Milton Santos (1997) propõe ainda dois conceitos que, interligados, constituem a base para que o espaço se torne a dimensão em que o meio técnico-científico se instale: a tecnoesfera e a psicoesfera. A tecnoesfera refere-se a artificialização do ambiente, onde há a substituição da esfera natural por uma esfera técnica. A psicoesfera trata das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram e definem comportamentos e relações interpessoais (SANTOS, 1997 p. 32). É relevante considerar esse espaço que se configura na relação técnica e psicológica no qual o trabalhador, se vê inserido num espaço artificial ou tecnológico onde se dão as suas relações, suas práticas, sua linguagem, sua subordinação ao sistema produtivo e ao próprio tempo criado neste ambiente.

Como Milton Santos (1997, p. 49) observa, a possibilidade de uma informação instantânea e globalizada “aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria entre lugares e acontecimentos uma relação unitária na escala do mundo”. A criação destes lugares, portanto, se define e se hierarquiza na existência de fluxos. Fluxos que, ao mesmo tempo, definem o lugar, também marcam o que acontece, quando e quem participa. Alguns são fluxos mais rápidos e eficazes, outros mais lentos, mas igualmente definem o espaço global. (MILTON SANTOS, 1997 p. 53). O escritório se torna uma referência para centralização ou controle de informações processadas, que acontecem em diferentes lugares por diferentes indivíduos. O lugar do trabalho está, portanto, diretamente relacionado à questão da possibilidade de supressão do tempo de transferência da “mercadoria informação”, como também estão imbricadas a interconectividade entre os trabalhadores e as relações de trabalhos estabelecidas.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não se pode ignorar que está configurada uma nova modalidade de trabalho, ainda que ela repita a lógica de antigos modelos ou até mesmo os reforce. Também não é possível considerar as atividades de trabalho mediadas por TIC como teletrabalho, ainda que este seja também mediado por tecnologias de comunicação e informação. Isso restringiria a modalidade estudada às atividades feitas exclusivamente à distância, ou especificamente no domicílio, ou fora das dependências da empresa, o que não configura objeto deste estudo.

Identificou-se que a noção de “atividades de trabalho mediadas pelas TIC” acumula características mais amplas do que se nomeou como “teletrabalho” ou “trabalho à distância”, uma vez que não integra o contrato legitimado com o empregado.

Destaca-se a atual desregulamentação do trabalho remoto que se dilui e mescla as atividades cotidianas do trabalhador, de tal forma que esta modalidade de atuação, bem como o produto deste trabalho, em geral, não aparece nos contratos de trabalho, que não têm definição clara e específica da realização de trabalhos fora da empresa ou em domicílio, ocorrendo de maneira paralela à atividade ou jornada na empresa.

A observação no que se refere a uma mistura de ambientes de trabalho e os “custos” diretos e indiretos desta condição foram apontados por Crivellari (2002), em seu estudo sobre teletrabalho domiciliar:

(...) grande parte do teletrabalho não é realizado integralmente a domicílio. São inúmeras as ocupações que dedicam um reduzido número de horas ao trabalho realizado na sede da própria organização contratante e, por outro lado, dedicam muitas horas ao trabalho domiciliar, sendo muitas – mas nem todas – atividades que se realizam no computador ou com o uso da Internet. Neste caso encontram-se professores, profissionais liberais, jornalistas, profissionais do ramo do design e gráficos, entre outros. Na maioria dos casos, sejam eles empregados regulares, ou não, de uma organização, ainda assim são eles que arcam com os custos dos equipamentos, mobiliários, serviços de Internet, telefone, luz, custos do imóvel, seguros, etc. (CRIVELLARI, 2002 p. 9)

Por melhores e mais avançadas que sejam as tecnologias desenvolvidas, não são percebidas formas para se definirem limites ou controles com a finalidade de proteção ao empregado. Telefones celulares, corporativos, notebooks com acesso a redes internas e outros instrumentos, são utilizados além do limite da jornada de trabalho, por exemplo. Lembrando que, frequentemente, nas organizações tais tecnologias são de propriedade da empresa ou, pelo menos, cedidas por ela. O uso das mesmas quer seja dentro ou fora do horário de trabalho estabelecido não é controlado. Neste aspecto, a ambigüidade que traz a flexibilidade de trabalho culmina em uma mistura de espaços e suas significações: casa e escritório; lazer e trabalho. O controle parece configurar-se em dois sentidos: tanto o da apropriação da informação pela via da socialização que o próprio sistema promove e exige, como também através do fomento a uma cultura que valoriza um comportamento de invasão do privado.

Evidenciou-se a dificuldade de configuração de uma modalidade de trabalho que assuma a mediação de atividades pelas TIC, como sendo parte de um fenômeno a ser discutido de complexidade ainda maior, a saber: a relação da tecnologia e suas imbricações com o trabalho

e o mercado. Para Milton Santos (1997, p. 34), “nesses espaços da racionalidade, o mercado é tornado tirânico e o Estado tende a ser impotente. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos”, que, considerando o enfraquecimento do Estado, abre “um campo livre e desimpedido à ação soberana do mercado”.

Urge, portanto, ampliar a discussão sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação, tanto o que se refere ao processo de desterritorialização do trabalho como das suas conseqüências. Além das variáveis já expostas neste artigo, podemos elencar também: as mudanças nas relações interpessoais, o reflexo no processo de socialização que reafirma um modelo de trabalho; o processo de construção da identidade do indivíduo no trabalho; o surgimento de um novo perfil profissional; uma nova configuração de lugar do trabalho. Essas e outras temáticas que perpassam o trabalho mediado por TIC se apresentam, hoje, como elementos imprescindíveis na agenda de discussão em torno do trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Informação e trabalho: notas dialéticas. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação. v. 5, n. 3, jun. 2004

AQUINO, Mirian de Albuquerque. Metamorfoses da cultura: do impresso ao digital, criando novos formatos e papéis em ambientes de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 7-14, maio/ago. 2004.

BOLAÑO, César e MATOS, Fernando. Conhecimento e Informação na atual Reestruturação Produtiva: para uma crítica das teorias da Gestão do Conhecimento. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação. V. 5, n. 3, jun. 2004.

COUTINHO, Sérgio. A prova da relação de emprego no tele-trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 6, n. 56, abr. 2002. Disponível em:  
<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2895> em 06 de março de 2009.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. O teletrabalho domiciliar e as novas dimensões da sociabilidade. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26., 2002, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2002.

FINQUELIEVICH, Susana. La Innovación, La Sociedad Civil y La Economía del Conocimiento. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação. v. 6, n. 2, abr. 2005.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006.

HERSCOVICI, Alain, Economia da Informação, Conhecimento e modificação da natureza do trabalho: elementos de análise. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação. v. 5, n. 3, jun. 2004.

JACOSKI, Cláudio Alcides; ABREU, Aline França. Organizações virtuais: contribuição ao estado da arte. **Informação e Sociedade**, v. 11, n. 1, 2001.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José Eduardo. Inovação, Informação e Conhecimentos: a importância de distinguir o modo da moda. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 7, n. 1, fev., 2006.

MENOU, Michel J. Impacto da Internet: algumas questões conceituais e metodológicas, ou como acertar um alvo em movimento atrás da cortina de fumaça. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, n. zero, dez. 1999.

PENA, André de Souza; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; NEVES, Jorge Alexandre. O mercado de trabalho do profissional da informação: um estudo com base na RAIS comparando os anos de 1994 e 2004. ENANCIB – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília. **Anais...** Marília: ANCIB, 2006.

PINEL, Maria de Fátima de Lima. **O teletrabalho na era digital**. 1998. 166 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Finanças)– Faculdade de Administração e Finanças, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1998.

RODRIGUES, Georgete Medleg; SIMÃO, João Batista; ANDRADE, Patrícia Simas de. Sociedade da informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos livros verdes. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 89-102, set./dez. 2003

SANTOS, Alaneir de Fátima dos, PAIM, Isis. **A informação nos modelos organizacionais**. *Perspect. cienc. inf.*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 9 - 21, jan./jun. 2000.

SANTOS, MILTON. **Técnica, Espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec., 1997.

SILVEIRA, Henrique. Gestão da informação em organizações virtuais: uma nova questão para a coordenação interorganizacional no setor público. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 34, n. 2, p. 70-80, maio/ago. 2005

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO NO BRASIL. **Livro Verde**. Tadao Takahashi. (org). Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

## ICT BASED WORK: A NEW MODALITY OF WORK?

**Abstract:** *This article analyzes the presence of Information and Communication Technologies - ICT in the mediation of several work activities, as well as its implications and*

*the difficulty of configuring this work modality. The present discussion is one of the central points of a doctoral thesis, within the framework of a national program in Information Science, researching professions with intensive use of Information and Communication Technologies (ICT). The emphasis of reflection is on the extent of the work space and the consequent ambiguity present, both in terms of place and time of work. It was also pointed out that the non-regulation of this type of work is part of a phenomenon of greater complexity: the expansion of workspaces and the invasion of the private world. The interlocutions between the variables that configure this modality of work perpass social, political, and organizational aspects, that have repercussions in the labor relations as well, in the life of the worker.*

**Keywords:** *ICT mediated work. Telecommuting*

---

## SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS TERCEIRIZADOS NA PETROBRAS

**José Antonio Pereira do Nascimento**<sup>1</sup> – zetorio@petrobras.com.br  
UNIRIO, PPGARQ  
Av. Pasteur 458, subsolo CCH, sala 02  
CEP 22290-240 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

**Ana Celeste Indolfo**<sup>2</sup> – indolfo@gmail.com  
UNIRIO, PPGARQ  
Av. Pasteur 458, subsolo CCH, sala 02  
CEP 22290-240 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

**Resumo:** *O trabalho apresenta o histórico da terceirização no Brasil e sua evolução jurídica a partir do final da década 1960. Por meio de revisão de literatura, traz o significado e evolução do conceito de terceirização, explicitando o que sejam serviços terceirizados. Identifica na legislação brasileira quais as regras estabelecidas quanto à terceirização de serviços, de forma geral e, especificamente, quanto à terceirização de serviços arquivísticos. Explicita que na falta de uma norma legal que regulamentasse a terceirização, a jurisprudência trabalhista, por meio da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), resumiu a legislação esparsa existente no Brasil, sendo esta Súmula, até a data de 31 de março de 2017, a principal normatização sobre serviços terceirizados no Brasil, quando, então, foi sancionada a Lei nº 13.429 que regulamentou a matéria. Descreve a aplicação de instrumento de coleta de dados, enviado a quatro gerentes de serviços de gestão de documentos de uma empresa estatal brasileira do ramo de energia, a Petrobras, e, uma vez realizada a análise dos dados, apresentam-se resultados de comparação entre recursos humanos próprios e terceirizados alocados por meio de contratos de serviços arquivísticos celebrados com a estatal.*

**Palavras-chave:** *Serviços arquivísticos. Terceirização. Petrobras.*

---

<sup>1</sup> Advogado e Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência da Informação.

## **1. INTRODUÇÃO**

Apresenta-se o tema da terceirização de serviços de forma geral, explicitando seu conceito e indicando a legislação brasileira a respeito, expondo o histórico da terceirização no Brasil e sua evolução jurídica a partir do final da década 1960 de forma sucinta.

Este trabalho identifica na legislação brasileira quais as regras estabelecidas quanto à terceirização de serviços, de forma geral e, especificamente, quanto à terceirização de serviços arquivísticos. Por meio de revisão de literatura, traz o conceito e evolução do conceito de terceirização, explicitando o que sejam serviços terceirizados.

Verificar-se-á que na falta de uma norma legal que regulamentasse a terceirização, a jurisprudência trabalhista, por meio da Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), resumiu a legislação esparsa existente no Brasil, sendo esta Súmula, até a data de 31 de março de 2017, a principal normatização sobre serviços terceirizados no Brasil, quando, então, foi sancionada a Lei nº 13.429 que regulamentou a matéria.

Este trabalho traz, ainda, o resultado de uma pesquisa empírica sobre recursos humanos de contratos de serviços arquivísticos terceirizados, realizada em uma empresa estatal brasileira do ramo de energia, a Petrobras. Após aplicação de instrumento de coleta de dados, enviado a quatro gerentes de serviços de gestão de documentos, que após a análise dos dados realizada faz uma comparação entre recursos humanos próprios e terceirizados por meio de contratos de serviços arquivísticos celebrados.

Por fim, apresentam-se as considerações finais em relação à legislação de serviços arquivísticos terceirizados e sobre o cenário no momento atual.

## **2. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

O termo “serviços terceirizados” foi verificado preliminarmente em três dicionários técnicos de Arquivologia brasileiros: “Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística”, “Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia” e “Dicionário de terminologia arquivística”. Não foi encontrado o termo em nenhum deles, bem como, não foi encontrada uma definição no “Vocabulário Jurídico” de De Plácido e Silva.

Talvez esta ausência nos dicionários citados se dê pelo que afirma Porto (2014, p. 157), que a “terceirização não é um instituto jurídico, sendo na realidade um fenômeno pertencente a outras áreas do conhecimento, especialmente à economia e à administração de empresas”. Concorde-se com Porto e, por isso, neste trabalho, se afirma que a terceirização da qual se trata é aquela na visão administrativa empresarial e não a do Direito Trabalhista. Reforça-se, portanto a complexidade do tema, pois, ainda, se poderia adentrar na esfera social ou política do tema.

A terceirização não é um tema próprio da Arquivologia, todavia, seus impactos jurídicos, sociais ou empresariais podem afetar os profissionais da área e, quiçá, na qualidade da aplicação de conceitos teóricos da área nos arquivos empresariais. Ocorrendo isso, a terceirização se torna sim um tema de discussão de arquivistas e demais profissionais da informação no que tange à sua educação e trabalho.

Durante a maior parte do tempo dedicado a pesquisa de mestrado profissional em gestão de documentos e arquivos, do qual este trabalho é um dos frutos, não havia no Brasil um marco legal abrangente sobre terceirização de serviços. Quase todas as interpretações e resoluções de litígios se realizavam à baila da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Em 31 de março de 2017, contudo, foi sancionada a Lei nº 13.429, que mudou completamente o cenário jurídico, sem que, até o final deste trabalho, se pudessem verificar teoricamente ou empiricamente seus efeitos no Direito Trabalhista, bem como no desempenho das empresas ou nos serviços arquivísticos terceirizados.

A Lei ainda está sendo questionada por várias entidades. No dia 3 de abril de 2017, por exemplo, o partido Rede sustentabilidade protocolou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal, que foi distribuído ao Ministro Gilmar Mendes, sob o nº 5.685. No dia 5 de abril de 2017, foi a vez da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais e do Partido Comunista do Brasil protocolarem ações da mesma espécie (ADI nº 5.686 e nº 5.687 respectivamente)<sup>3</sup>.

Em 10 de abril de 2017, o Ministro Gilmar Mendes, Inicialmente, por verificar que se tratavam do mesmo tema, determinou o apensamento das ADI nº 5.686 e nº 5.687 à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.685, para que tenham tramitação simultânea e sejam julgadas conjuntamente. Em 17 de abril de 2017 a Confederação Nacional dos Trabalhadores na

---

<sup>3</sup> Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/listarProcesso.asp>>. Acesso em: 11 jun. 2017.

Indústria Química e da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados protocolaram juntas a ADI nº 5.695. Em 27 de junho de 2017 o Procurador-Geral da República também protocolou a ADI nº 5.735. Estas duas também foram apensadas à primeira ADI nº 5.685. Até a finalização deste trabalho, as ações aguardavam julgamento.

Especificamente, sobre serviços arquivísticos terceirizados há normatização para a Administração Pública por meio da Resolução nº 6, de 15 de maio de 1997, do CONARQ.

Di Pietro (2012, p. 215) afirma que na Administração Pública “pode-se dizer que a terceirização constitui uma das formas de privatização”.

O aumento da terceirização no Brasil está ligado ao momento do desenvolvimento do capitalismo global, ciclicamente em crise. Principalmente após crise do fordismo-keynesianismo na União Europeia, incapaz ampliar direitos trabalhistas. A partir de 1990, difundiu-se no mercado de trabalho formas de contratação objetivando redução de custos, chegando tal tendência também ao frágil mercado do Brasil. Mantendo ainda a tendência de precarização do trabalho, articulando, por um lado, acumulação flexível e, por outro lado, acumulação por espoliação. Se os novos elementos conseguem dar dinamismo à acumulação e superar a crise do fordismo e articular a configuração de um novo regime para esta acumulação e forma de regulação é uma questão para os regulacionistas (ARIENTI, 2002, p. 7-9, TEIXEIRA; PELATIERI, 2009, p. 19-21, ALVES, 2014, p. 102-104):

Com o neoliberalismo, a lógica autoexpansionista [sic] do capital imprimiu sua marca nas instituições jurídico-políticas da ordem burguesa, tornando-as insensíveis aos argumentos humanísticos e valores sociais. Os Sumos Sacerdotes do mercado clamam pelo princípio da iniciativa privada. Predomina no discurso das personificações do capital o pragmatismo de ocasião, que reitera, como um destino irremediável, a adaptação à nova ordem global. A palavra de ordem é flexibilizar as relações de trabalho (ARIENTI, 2002, p. 102).

A taxa de salário não é apenas o custo do trabalho, também é determinante do nível de demanda agregada e, portanto, da demanda por mão-de-obra. Enquanto um aumento salarial desencorajará o emprego aumentando o custo desse insumo, também poderá promover o emprego, apoiando um maior nível de demanda (BOWLES, S.; BOYER, R, p. 144).

A terceirização realizada por empresas privadas, segundo Di Pietro (2012, p. 216), é a contratação de serviços de terceiro para o desempenho de atividades-meio. Essa contratação

pode assumir diversas formas como empreitada de obra ou de serviço, franquia, fornecimento de mão de obra etc.

Porto (2014, p. 150-151), que faz uma linha do tempo dos meios de produção utilizados pela sociedade ao longo da história até chegar à “estratégia empresarial” da terceirização, conceitua esta como “o processo de repasse para a realização de complexo de atividades por empresa especializada, sendo que estas atividades poderiam ser desenvolvidas pela própria empresa” (CARELLI apud PORTO, 2014, p. 157).

Para Balbino e Silva (2016, p. 102), o termo *outsourcing*, de origem inglesa, começou a ser utilizado no Brasil na década de 1980, mas segundo estes mesmos autores, o termo “terceirização” foi criado no Brasil, na década de 1970. Balbino e Silva utilizam os dois vocábulos como sinônimos que significam:

(...) buscar obter mão de obra externa à empresa, ou seja, mão de obra terceirizada. O *outsourcing* é uma forma de tornar um centro de custos interno em um serviço externo, por meio da subcontratação, liberando recurso da organização e gestores para convergirem a sua atenção nas áreas de negócio de importância estratégica (BALBINO; SILVA, 2016, p. 102-103)

O termo “terceirização” é o que se utiliza neste trabalho, pois se acredita que, uma vez que há na língua vernácula um vocábulo para designar um determinado conceito, prescinde-se de utilização de estrangeirismos.

Carvalho e Corrêa (2014, p. 36), ainda, classificam a terceirização como podendo ser parcial ou integral.

A terceirização pode apresentar-se como parcial ou integral. Se parcial, os gestores da empresa tomadora dos serviços exercem o poder diretivo sobre os empregados da empresa interposta, a exemplo do que sucede no trabalho temporário regido pela Lei nº 6.019/74<sup>4</sup>. Sendo integral, o trabalho terceirizado é comandado e remunerado pelos gestores da empresa interposta, assim se verificando na terceirização de atividades-meio que se coaduna verdadeiramente com a conveniência de terceirizar serviços especializados, conforme consentido pela Súmula nº 331 do TST. A terceirização parcial tem lugar no ambiente da empresa tomadora dos serviços, enquanto a terceirização integral ocorre nesse mesmo ambiente ou naquele provido pela empresa interposta. (CARVALHO; CORRÊA, 2014, p. 36).

Tanto para Porto (2014, p. 154), quanto para Carvalho e Corrêa (2014, p. 37), o início na previsão legal da terceirização no Brasil ocorre com o Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Federal.

---

<sup>4</sup> Lei alterada pela Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017.

Para Porto (2014, p. 156-157), na falta de uma norma legal que regulamente a terceirização, a jurisprudência trabalhista, por meio da Súmula nº 331 do TST, resumiu a legislação esparsa existente no Brasil.

A Súmula nº 331 do TST, era, portanto, até então, quando foi sancionada a Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, a principal “normatização” sobre serviços terceirizados no Brasil.

A nova Lei redefiniu, inclusive, o trabalho temporário, que deixou de ser aquele prestado por pessoa física a uma empresa, para atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços, para ser:

aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços, para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços. (BRASIL, 2017)

A nova descrição traz os conceitos e “empresa de trabalho temporário”, “empresa tomadora de serviços”, regulamentando, assim, as empresas específicas de serviços temporários. Estas empresas e não somente o trabalhador individual, poderão realizar serviços “temporários” que não serão mais o extraordinário, mas também aquele considerado complementar.

Para Führer e Führer (2005, p.52) o resumo da terceirização no Brasil estava dividido em duas regras básicas:

PRIMEIRA - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo quatro exceções:

- trabalho temporário
- contratação com a Administração Pública
- contratação de serviços de vigilância, de conservação, de limpeza
- contratação de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistam pessoalidade e subordinação direta.

SEGUNDA – No caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador sempre haverá responsabilidade subsidiária do tomador, desde que ele tenha participado do processo judicial de conhecimento e conste do título executivo. (FÜHRER; FÜHRER, 2005, p.52)

Os aspectos apresentados dizem respeito à terceirização como um todo no Brasil, para as empresas privadas e para a Administração Pública. No entanto, com o advento da nova lei, a utilização de empresa interposta se tornou legalizada.

Na Administração Pública Direta e Indireta a terceirização “como contrato de fornecimento de mão de obra, [...] não tem guarida [...], porque a Constituição [da República de 1988], no art. 37<sup>5</sup>, inciso II, exige que a investidura em cargos, empregos ou funções se dê sempre por concurso público” (DI PIETRO, 2012, p. 223).

A Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, que redefiniu o que seja trabalho temporário, como explicitado neste trabalho, ainda continua sendo uma exceção. Constitucionalmente falando, a regra é prover com recursos humanos a Administração Pública, por meio de concursos públicos e não por meio de contratos de prestação de serviços terceirizados.

Tais contratos têm sido celebrados sob a fórmula de prestação de serviços técnicos especializados, de tal modo a assegurar uma aparência de legalidade. No entanto, não há, de fato, essa prestação de serviços por parte da empresa contratada, já que esta se limita, na realidade, a fornecer mão de obra para o Estado; ou seja, ela contrata pessoas sem concurso público, para que prestem serviços em órgãos da Administração direta e indireta do Estado. (DI PIETRO, 2012, p. 223)

Ressalte-se que a prestação de serviços anteriormente vetada à Administração Pública era a mesma para a iniciativa privada, ou seja, o “aluguel de pessoas” por empresas que comercializam a força de trabalho dessas pessoas. Isso era considerada uma terceirização “atípica”, pois a terceirização “clássica” (ou “externa”), tem por objeto um determinado serviço ou produto e nunca o trabalhador (PAIXÃO; LOURENÇO FILHO, 2014, p. 63).

Mesmo para a contratação de serviços por intermédio de empresa interposta nos setores de conservação, limpeza, vigilância, que já eram permitidos antes da nova lei, o trabalhador perdia a dignidade, pois deixava de ser o empregado da empresa tomadora, aquela que realmente estava mais próxima de si, para ser de outra empresa distante, mas que fato é a que assina sua carteira de trabalho.

---

<sup>5</sup> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (BRASIL, 1988).

O que se percebe, então, é a inclusão do trabalhador como mercadoria na cadeia produtiva da sociedade do trabalho. O lucro da empresa “prestadora de serviços” não estará na fabricação de um bem, no fornecimento de um serviço especializado ou na elaboração de trabalho intelectual qualificado. A empresa lucrará com a força de trabalho “alugada” a um tomador, o que implica concluir: o homem perde a perspectiva da centralidade do trabalho. Ao invés de figurar como protagonista da relação de trabalho, ocupando um dos seus polos, o homem passa a ser objeto de uma negociação de natureza comercial (PAIXÃO; LOURENÇO FILHO, 2014, p. 64).

Baseado no descrito anteriormente, prospecta-se a celeuma que a nova legislação tem potencial de causar no cenário jurídico brasileiro, haja vista, três Ações Diretas de Inconstitucionalidade protocoladas no STF logo em seguida à sanção da nova lei brasileira sobre terceirização.

No que tange a terceirização de serviços arquivísticos. A área possui regulamento próprio. Este regulamento é a Resolução nº 6, do CONARQ, de 15 de maio de 1997, que dispõe sobre diretrizes quanto à terceirização de serviços arquivísticos públicos. Essa Resolução foi proposta e aprovada na 8ª Reunião Plenária Ordinária do CONARQ, de 12 de maio de 1997.

Vieira (2012), ao fazer considerações sobre a possibilidade de terceirização de um tipo de serviço arquivístico e analisando a ata da 56ª Reunião Plenária Ordinária do CONARQ, deduz que a definição dos serviços arquivísticos que podem ser terceirizados está ainda pendente de definição, contudo conclui, por exemplo, que a guarda de documentos não poderá ser terceirizada [grifo dos autores] “por se tratar de atividade essencial à gestão de documentos”.

Oliveira (2015) realizou pesquisa utilizando-se de questionário para identificar motivos e frequência com que cada órgão, principalmente os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal, optara por contratar serviços de arquivo terceirizados. A autora afirma que foram oferecidas diversas justificativas, inclusive falta de pessoal próprio para execução das tarefas arquivísticas.

Oliveira (2015, p. 200), quanto à Resolução nº 6, de 15 de maio de 1997, do CONARQ, afirma que esta foi aprovada visando parar a enorme frequência de contratação de serviços terceirizados. Assim, é possível inferir que, quando da sua aprovação, a terceirização de serviços arquivísticos, nesse tempo, era uma realidade patente.

Para Fogerty (1997, p. 55), contudo, em artigo do mesmo ano da Resolução nº 6, de 15 de maio de 1997, do CONARQ, a terceirização dos arquivos empresariais, por qualquer pretexto empresarial, já era uma opção velha, que sempre esteve na pauta das empresas e que continuaria a estar.

Pelo visto, 20 anos depois, Fogerty estava certo. Não que se concorde que seja o melhor caminho a terceirização de todos os serviços arquivísticos, o que não está em discussão neste trabalho, mas é preciso estar atento ao que se terceiriza e como esta atividade ocorre.

Balbino e Silva (2016, p. 111), que escreveram artigo sobre serviços terceirizados de gestão de documentos, e também analisaram a Resolução nº 6, de 15 de maio de 1997, do CONARQ, concluem que:

embora a terceirização possa ser aplicável em atividades de apoio relacionadas a arquivos, devido à legislação vigente, **não é aconselhável [grifo do autor]** fazê-lo, já que, [...] a principal finalidade da terceirização pode estar associada apenas a diminuição de custo. (BALBINO; SILVA, 2016, p. 111)

Discorda-se dos autores, pois reduzir custos é também um aspecto de eficiência do Poder Público. Contudo, reduzir custos não pode vir atrelado à precarização dos serviços públicos e à perda de direitos trabalhistas dos prestadores de serviço.

Depreende-se da leitura dos artigos anteriores (VIEIRA, 2012; OLIVEIRA, 2015; BALBINO; SILVA, 2016) que a Resolução nº 6, de 15 de maio de 1997, do CONARQ, entrou em vigor depois que a terceirização de serviços arquivísticos estava consolidada no Brasil. A Resolução veta parcialmente a terceirização. Parcialmente, pois permite a terceirização de “atividades técnicas auxiliares”. Contudo, não esclarece o que são estas atividades.

Após verificação de atas de 84 reuniões do CONARQ, identificou-se que em 21 delas (25%) o tema da terceirização de serviços arquivísticos foi pauta de reunião ou, mesmo não estando na pauta do dia, foi mencionado ou discutido. Diante disso, percebeu-se que era preciso rever o texto da Resolução nº 6, de 15 de maio de 1997, do CONARQ, portanto, na 49ª Reunião Plenária Ordinária, de 10 de dezembro de 2008, fora apresentada a questão da reformulação da Resolução. Contudo, depois de 35 reuniões, até março de 2016, não foi apresentada, ainda, uma proposta concreta quanto à reformulação em questão.

### **3. SERVIÇOS ARQUIVÍSTICOS TERCEIRIZADOS NA PETROBRAS**

A realização da pesquisa pretendeu conhecer um problema da vida prática, ou seja, como se encontram empiricamente os recursos humanos de serviços arquivísticos terceirizados na Petrobras, empresa de energia, com foco em produção de óleo e gás, sediada no Rio de

Janeiro, com atuação em todo o território nacional, bem como em outros países. A pesquisa foi aplicada em uma gerência de serviços de informação e documentação, que possuía outras cinco gerências setoriais hierarquicamente inferiores, sendo uma de biblioteca e quatro de serviços arquivísticos, que atendem a diversas áreas da companhia, tanto técnicas quanto administrativas.

Os resultados seguintes sobre serviços arquivísticos terceirizados são parte de uma pesquisa maior que diagnosticou um tipo de serviço arquivístico na Petrobras. Os serviços terceirizados específicos foram os de guarda externa de documentos, sobre os quais não se abordará neste trabalho, que pretende focar nos recursos humanos terceirizados, e nos serviços executados de forma genérica.

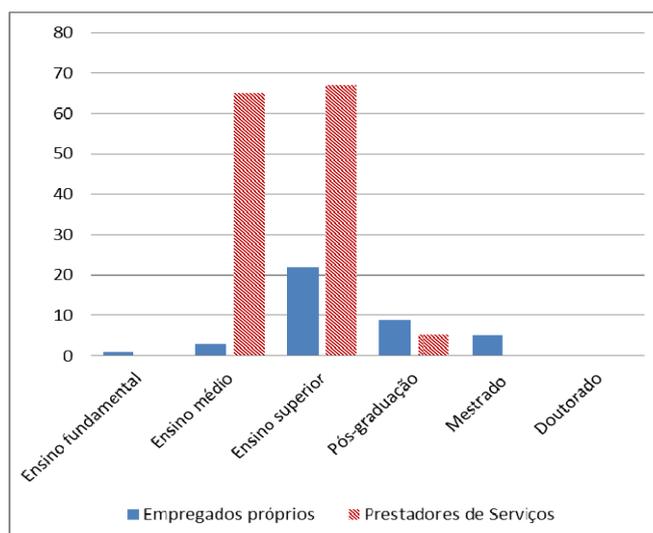
Para a realização desta pesquisa utilizou-se do seguinte método:

- Pesquisa da legislação e normas que regem as estatais brasileiras e sua gestão de documentos;
- Autorização para utilização de dados, informações e documentos da gerência de informação e documentação da Petrobras;
- Solicitação por meio do Serviço de Informação ao Cidadão de cópia de contratos de serviços arquivísticos terceirizados para acesso a seus dados;
- Confecção de planilha contendo os contratos de serviços de informação e documentação celebrados de 2006 a 2016 pela Petrobras, categorizando-os por tipo de serviço e por empresa terceirizada;
- Elaboração de instrumento de coleta de dados sobre recursos humanos em forma de planilha para preenchimento com: nome do empregado, escolaridade, formação profissional e tempo de experiência ou de serviço com gestão de documentos;
- Envio do instrumento de coleta elaborado a quatro gerentes setoriais de documentação técnica e legal da Petrobras para preenchimento;
- Identificação de empregados próprios e terceirizados atuantes com gestão de documentos.

Aplicado o instrumento de coleta de dados, procedeu-se a sua análise. Após consolidação das planilhas recebidas dos quatro gerentes, constatou-se que havia na gerência maior, que abarcava estas quatro setoriais, 40 empregados próprios (concursados) e 137 prestadores de serviços de nove contratos diversos.

A escolaridade das equipes, tanto de empregados próprios quanto dos prestadores de serviço, em sua maioria, é de nível superior. Contudo, enquanto apenas 3,6% dos prestadores de serviços possuem pós-graduação, o percentual dos empregados próprios é de 35%, percentual 10 vezes maior.

Gráfico 1 - Nível escolar das equipes de gestão de documentos



Fonte: Elaboração própria.

Isso talvez se explique, no caso da Administração Pública, por que as empresas visam o “melhor preço” para se ganhar um processo licitatório, que geralmente é aquela paga menos a seus trabalhadores. Assim, não haverá também investimento em educação continuada:

Com isso, vem à tona uma das maiores desvantagens da situação de trabalhador terceirizado. Não há investimento em formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional. Como a prestadora de serviços tem como única fonte de lucro a força de trabalho humano (ou seja, o salário do trabalhador), qualquer tipo de treinamento importará em custo para a empresa (que não dispõe de nenhuma outra fonte de recursos). O resultado será um trabalhador desqualificado, sem formação, sem perspectiva, sem futuro (PAIXÃO; LOURENÇO FILHO, 2014, p. 65).

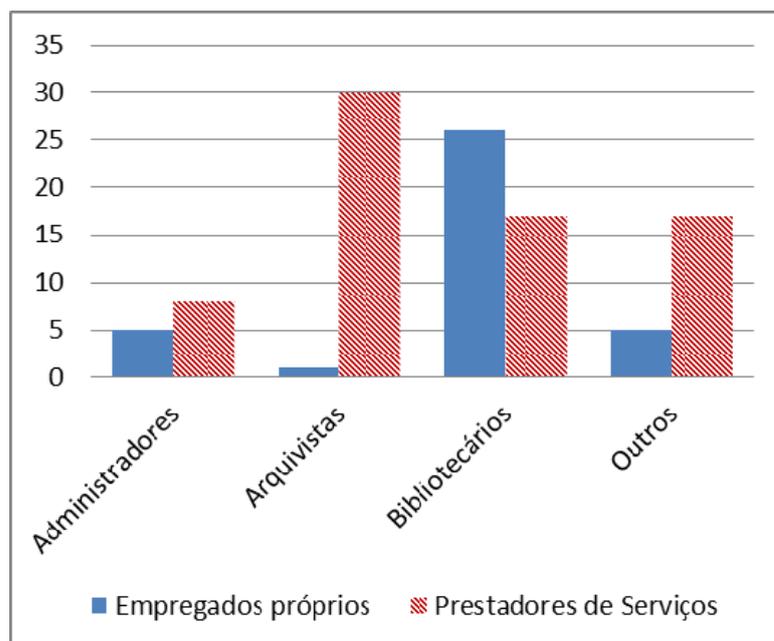
Ao analisar a formação superior das equipes, tanto dos empregados próprios quanto dos prestadores de serviços, verifica-se outra diferença entre elas. Enquanto entre os empregados próprios há somente uma empregada que é arquivista e bibliotecária, ou seja, 2,7% da equipe com formação específica em Arquivologia, o percentual dos prestadores de serviços é de 41,7%. A equipe própria que trabalha com gestão de documentos é formada por 70,3% de bibliotecários. A diferença pode ser verificada no Gráfico 2.

Este fato ocorre por que no plano de carreiras da Petrobras não há previsão de cargo para arquivistas, logo não se faz concurso público para este tipo de profissional, assim os

bibliotecários assumem as atividades de gestão de documentos.

Foi imperioso saber o porquê a quantidade de “outras” formações de nível superior ser tão alta em contratos de serviços arquivísticos, por exemplo, igual a de bibliotecários. Que outras formações têm contribuído para a gestão de documentos? Há interdisciplinaridade na execução das atividades? Ao analisar-se a questão, foi verificado que, na verdade, os profissionais de outras formações de nível superior, inclusive alguns administradores, atuam, na verdade, como técnicos de arquivo. Estes trabalhadores não exercem suas profissões. Isso talvez ocorra por falta de oportunidade em suas áreas de origem. Outra possibilidade é a dos técnicos terem se formado em outras áreas após estarem trabalhando com gestão de documentos.

Gráfico 2 - Formação superior da equipe



Fonte: Elaboração própria.

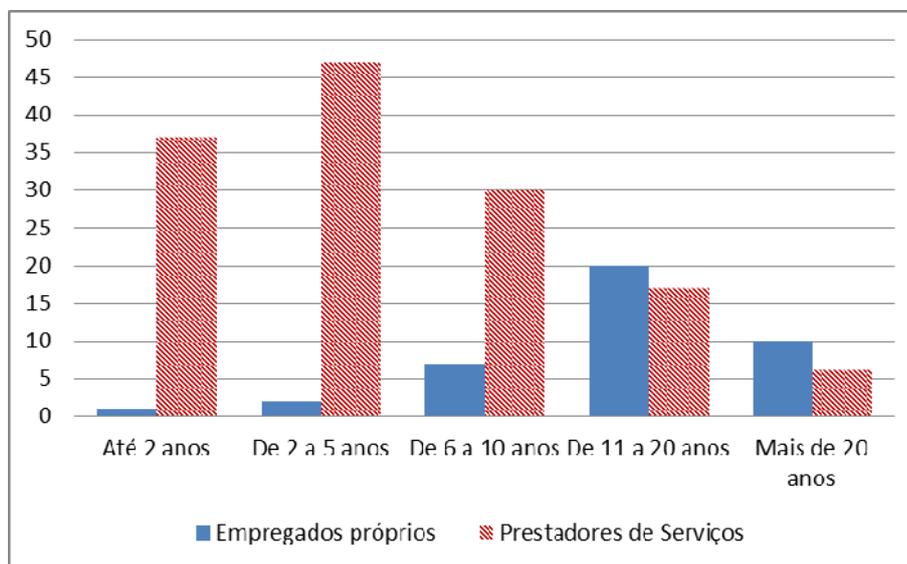
A Petrobras contrata empresas prestadoras de serviços que aloca recursos humanos terceirizados para o desenvolvimento das atividades de gestão de documentos. Não ocorre a contratação de técnicos, especialistas ou consultores. No período de 2006 a 2016, por exemplo, não houve esse tipo de contratação na gerência de informação e documentação da empresa.

Dessa forma, a empresa estatal conta com a experiência de seus próprios empregados, que em relação aos prestadores de serviço, realmente possuem maior experiência em gestão de documentos, como apresentado no Gráfico 3:

Enquanto a grande maioria dos prestadores de serviço (60,3%) possui até cinco anos de experiência, a maioria dos empregados próprios (75%) possui mais de 10 anos de experiência.

Em levantamento realizado em relatórios e sistemas da Petrobras, identificou-se, no período de 2006 a 2016, 37 contratos celebrados de serviços de informação e documentação com 13 empresas diferentes. Foi calculada uma média de 3,6 contratos por empresa e uma média de 4,3 contratos celebrados por ano.

Gráfico 3 – Experiência da equipe em gestão de documentos



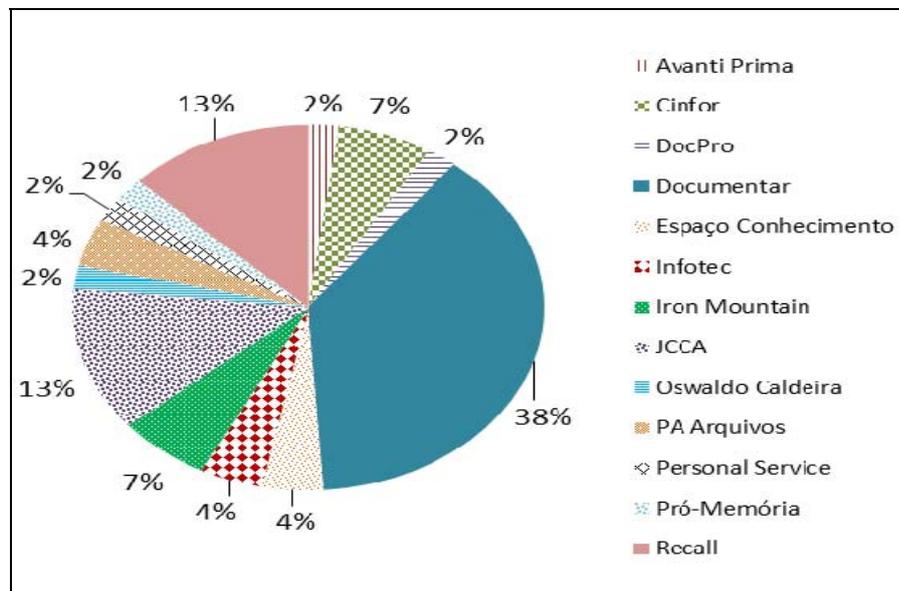
Fonte: Elaboração própria.

No final de 2016, 15 contratos de serviços de informação e documentação estavam em vigor na Petrobras, segundo levantamento realizado.

No Gráfico 4, apresenta-se o percentual de distribuição desses contratos pelas empresas contratadas, no período de 2006 a 2016. No período, 64% dos contratos ficaram concentrados em três fornecedores. Verifica-se, contudo que houve, no período pesquisado, uma diversidade de empresas fornecedoras de serviços terceirizados.

Em 2017, as três empresas fornecedoras não mais prestam serviços à Petrobras, pois a uma saiu do mercado, outra foi comprada por sua maior concorrente e a terceira não apresentou proposta de preços nas últimas licitações realizadas.

Gráfico 4 – Percentual de contratos por empresas



Fonte: Elaboração própria.

Os contratos na Petrobras, geralmente, possuem prazo de duração de dois anos. Isso para a empresa tomadora de serviços, estrategicamente e economicamente é, por vezes, bem interessante, pois se uma prestadora de serviços for ruim, em nova contratação há a possibilidade de troca de fornecedor, ou mesmo não haver fornecedor, caso haja alguma crise, ou falta de recursos, ou seja necessário economizar por quaisquer motivos. Contudo sofre o trabalhador terceirizado, pois nada garante a renovação de seu contrato:

O trabalhador terceirizado vê o futuro como algo aterrorizante. É quase certa a perda do emprego com o final do contrato. Afinal de contas, sua permanência na “prestadora” está condicionada à existência de uma “tomadora”. A “tomadora” tem liberdade para contratar a empresa que oferecer o melhor “pacote”. O futuro equivale, para o trabalhador terceirizado, ao vazio, à ausência, ao incerto (PAIXÃO; LOURENÇO FILHO, 2014, p. 66).

Ao categorizarem-se os contratos da Petrobras por tipo de serviços de informação e documentação, tem-se apresentado na Tabela 1, serviços de biblioteca, de diagnóstico, de organização de documentos, de gestão de arquivo e de guarda externa de documentos.

Verificou-se que 75,7% dos contratos do período contemplado na pesquisa realizada foram de serviços arquivísticos, quando comparada com os contratos de biblioteca, haja vista, que os empregados próprios são bibliotecários.

Tabela 1 - Contratos por tipo de serviços: 2006 a 2016

Serviços terceirizados	Contratos 2006-2016	%
Biblioteca	9	24,3
Diagnóstico	2	5,4
Organização	10	27,0
Gestão	7	18,9
Guarda Externa	9	24,3
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Ao se retirar os serviços de biblioteca para análise somente dos serviços arquivísticos, obtém-se os percentuais de contratos celebrados, no período de 2006 a 2016, para diagnóstico, organização de documentos, gestão de arquivo e guarda externa de documentos apresentados na Tabela 2.

Percebe-se que, os serviços de organização de documentos representam mais de um terço dos contratos de serviços arquivísticos celebrados no período de 2006 a 2016.

Os serviços contratados são utilizados em situações de rotina e, eventualmente, há contratação para situações extraordinárias.

Tabela 2 – Contratos por tipo de serviços arquivísticos: 2006 a 2016

Serviços arquivísticos	Contratos 2006-2016	%
Diagnóstico	2	7,1
Organização	10	35,7
Gestão	7	25,0
Guarda Externa	9	32,1
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração própria.

Após verificação dos contratos a que se teve acesso, se identificou os serviços arquivísticos terceirizados utilizados pela Petrobras. São eles a organização de arquivos, a digitalização, conservação/preservação, guarda externa de documentos (equivalente a armazenamento), movimentação e eliminação de documentos.

Não foi identificada, após a aplicação do instrumento de coleta de dados e análise dos contratos, no período de 2006 a 2016, a contratação de serviços arquivísticos de consultoria,

elaboração de instrumentos arquivísticos, classificação, avaliação, aquisição, descrição, higienização, restauração.

Verificou-se que a metodologia utilizada nas tarefas executadas por terceiros é definida, na maioria das vezes, pelas unidades responsáveis pela gestão de documentos e não pelas empresas contratadas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 31 de março de 2017, foi sancionada a Lei nº 13.429, que mudou completamente o cenário jurídico, sem que fosse possível verificar, nesta pesquisa, seus efeitos no Direito Trabalhista, bem como no desempenho das empresas ou nos serviços arquivísticos terceirizados.

É preciso monitorar a terceirização de serviços arquivísticos após o advento da Lei, visando verificar que modificações podem ocorrer no mercado para os arquivistas, além da degradação dos direitos trabalhistas, que impactos podem ocorrer na educação continuada do trabalhador e conseqüentemente na evolução da Arquivologia brasileira.

É preciso investigar com o tempo se após o advento desta lei haverá diminuição, por exemplo, de concursos públicos para o cargo de arquivistas.

É possível afirmar que a questão da terceirização de serviços arquivísticos no Brasil, embora formalmente regulamentada, nunca chegou a ser atendida, de fato, uma vez que traz em seu bojo dispositivos conflitantes e que não atendem à realidade das instituições e órgãos públicos quanto ao tratamento arquivístico necessário.

É preciso que sejam definidas o que são atividades arquivísticas técnicas auxiliares para que se possa entender se serão caracterizadas como terceirização “atípica”, o “aluguel de pessoas”, ou como terceirização “clássica” (ou “externa”), como, por exemplo, prestação de serviços de digitalização, higienização, guarda externa de documentos, que podem ser realizados fora das instalações da empresa tomadora. Acredita-se que se for utilizado esta conceituação na hora de sua definição, isso auxiliará bastante aos profissionais da informação.

Foi verificado que, de, um total de 40 empregados próprios (concursados) de uma área de serviços arquivísticos da Petrobras com 137 prestadores de serviços de nove contratos diversos, constatou-se que, proporcionalmente o nível escolar dos empregados próprios é maior que o nível dos prestadores de serviço. Com a ampliação do escopo da terceirização após o advento da Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, é possível que esta diferença se amplie, não somente onde foi aplicada a pesquisa, mas em outras instituições e órgãos públicos.

Tanto na equipe própria, quanto na equipe contratada, outros profissionais de nível superior, que não arquivistas e bibliotecários, estão trabalhando fora de suas áreas de origem, geralmente, atuando como técnicos de arquivo.

Empregados próprios também possuem mais anos de experiência em atuação na gestão de documentos que os prestadores de serviço.

Dessa forma, o que antes era uma suspeita, neste trabalho se comprova, há grande diferença entre empregados próprios e terceirizados quanto à qualificação técnica, formação e experiência.

Espera-se que esta pesquisa contribua para uma ampliação do tema que requer discussões no que tange tanto a esfera da educação quanto a do trabalho no âmbito da teoria e prática arquivísticas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. Terceirização e capitalismo no Brasil: um par perfeito. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 80, n. 3, p. 90-105, jul./set. 2014.

ARIENTI, W. L. Uma análise regulacionista das reformas do estado capitalista: rumo ao estado pós-fordista?. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 1-36, jan. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/6059/5628>>. Acesso em: 08 set. 2017.

BALBINO, G. M. S.; SILVA, W. A. Outsourcing em arquivos públicos: uma análise crítica sobre a gestão documental terceirizada. **Ágora**, Florianópolis, v. 26, n. 52, p. 91-118, jan./jun., 2016. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/599>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

BOWLES, S.; BOYER, R. Wages, aggregate demand, and employment in an open economy: an empirical investigation. In EPSTEIN, G. A.; GINTIS, H. M. **Macroeconomic policy after the conservative era**. New York: Cambridge University Press, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 05 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Edição extra. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm)>. Acesso em: 05 maio 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 jan.1991. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 29 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal Superior Eleitoral. Secretaria de Gestão da Informação. **Acervo arquivístico: diagnóstico 2008**. Brasília: TSE, 2009. (Publicações arquivísticas do TSE; 1). Disponível em: <[http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/acervo\\_arquivistico/Diagnostico\\_do\\_acervo\\_arquivistico.pdf](http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/acervo_arquivistico/Diagnostico_do_acervo_arquivistico.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2017.

CARVALHO, A. C. L.; CORRÊA, L. B. Terceirização no âmbito da empresa privada. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, vol. 80, n. 3, p. 36-57, jul/set 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução n. 6, de 15 de maio de 1997. Dispõe sobre diretrizes quanto à terceirização de serviços arquivísticos públicos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 maio 1997. Seção 1, p. 6. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/05/1997&jornal=1&pagina=6&totalArquivos=104>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. **Parcerias na administração pública**: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

EASTWOOD, T. What is Archival Theory and why is it important? **Archivaria**, Ottawa, p. 122-130, jan. 1994. Disponível em:  
<<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11991/12954>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

FOGERTY, J. Archival brinkmanship: downsizing, outsourcing, and the records of corporate America. **The American Archivist**, Vol. 60, No. 1, pp. 44-55, winter 1997.

FÜHRER, M. C. A.; FÜHRER, M. R. E. **Resumo de Direito do Trabalho**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

OLIVEIRA, M. I. de. A terceirização das atividades arquivísticas na Administração Pública Federal. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p. 192-205, jul./dez. 2015.

PAIXÃO, C.; LOURENÇO FILHO, R. Impactos da terceirização no mundo do trabalho: tempo, espaço e subjetividade. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 80, n. 3, p. 58-74, jul./set. 2014.

PORTO, L. V. Terceirização: fundamentos filosóficos, sociológicos, políticos, econômicos e jurídicos da jurisprudência do TST (Súmula nº 331). **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 80, n. 3, p. 150-170, jul./set. 2014.

TEIXEIRA, M.; PELATIERI, P. Terceirização e precarização do mercado brasileiro. In: DAU, D. M.; RODRIGUES, I. J.; CONCEIÇÃO, J. J. (org.). **Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho**. São Paulo: Annablume: CUT, 2009. p. 19-28.

VIEIRA, R. L. Considerações sobre a possibilidade de terceirização no serviço de guarda de documentos públicos. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, DF, 10 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.41063&seo=1>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

## ARCHIVAL SERVICES OUTSOURCED AT PETROBRAS

**Abstract:** *The paper presents the history of outsourcing in Brazil and its legal evolution from the end of the 1960s. Through a literature review brings the meaning and evolution of the concept of outsourcing, explaining what outsourced services. It identifies in Brazilian legislation the rules established regarding the outsourcing of services, in general, and specifically, regarding the outsourcing of archival services. It clarifies that, in the absence of a legal rule that regulates outsourcing, labor jurisprudence, through Legal Summary 331 of Brazilian Supreme Court of Labor (TST), summarized the existing sparse legislation in Brazil, this Summary being, until the date of March 31, 2017, the main standardization on outsourced services in Brazil, when, at that time, Law No. 13,429, which regulated the matter, was sanctioned. Describes the application of data collection instrument sent to four managers of records management services of a Brazilian state-owned company, the Petrobras, once the data analysis is performed, the results are compared between own and outsourced human resources through service contracts.*

**Keywords:** *Archival Service. Outsourcing. Petrobras.*

---

## A MULTIDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

**Althoff, Márcia Cristine**<sup>1</sup> – marciacristinealthoff@gmail.com  
UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina,  
PGCIN – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação,  
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil.

**Bahia, Eliana Maria dos Santos**<sup>2</sup> – eliana.maria@ufsc.br  
UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina,  
PGCIN – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação,  
Florianópolis – Santa Catarina – Brasil.

***Resumo:** O Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina é formado pelos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e também pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. O estudo apresentado neste artigo tem o objetivo de analisar a integração das áreas citadas e, assim, identificar a multidisciplinaridade existente na formação inicial dos docentes do departamento e dos discentes que se formaram mestres e doutores na pós-graduação. Para verificar como ocorre essa multidisciplinaridade no departamento em análise, foram realizados uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa e um estudo do tipo exploratório e documental. Como resultado, pode-se observar a multidisciplinaridade presente na formação inicial, ou seja, na graduação de docentes e discentes, e a presença da interdisciplinaridade nos cursos, pois, conforme a análise dos dados coletados, os docentes desenvolvem trabalhos relacionados às demais disciplinas ofertadas pelo departamento. Por fim, recomenda-se a atuação transdisciplinar através da composição de equipes multiprofissionais.*

***Palavras-chave:** Ciência da informação. Formação multidisciplinar. Formação docente. Formação discente.*

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (UniCesumar), Graduada em Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional;UFSC.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciência da Informação - CIN e pós-graduação - PGCIN da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutora em Documentación: Archiveros y Biblioteca en el entorno digital. Universidad Carlos III de Madrid, UC3M, Espanha.

## 1. INTRODUÇÃO

A informação se tornou um elemento-chave para a sociedade contemporânea, contribuindo na tomada de decisões em diferentes áreas. Os mais variados meios de comunicação e de armazenamento precisam de fluxos informacionais organizados por profissionais especializados no gerenciamento de informações.

O saber, a prática profissional e a produção do conhecimento através da informação são desafios constantes na educação e na organização do trabalho, pois “não há mais distância que seja obstáculo à velocidade, nenhuma fronteira detém a informação” (LE COADIC, 2004, p. 7).

Com o objetivo de identificar a relação interdisciplinar existente na formação dos docentes do departamento de Ciência da Informação (CIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a área de ciência da informação, buscou-se analisar os currículos dos profissionais docentes dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação e do programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), e também dos discentes que concluíram mestrado e doutorado no PGCIN. Comparou-se a formação dos docentes do CIN e do PGCIN e dos discentes que se formaram mestres e doutores, com o intuito de demonstrar a relação interdisciplinar na formação acadêmica inicial.

## 2. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Em 1895, havia a intenção de democratizar a informação com o estabelecimento de uma biblioteca universal, que agregasse registros bibliográficos de todos os documentos indexados do mundo. Assim, com base nas ideias de Paul Otlet e Henri de La Fontaine, foi criado o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB) durante a I Conferência Internacional de Bibliografia, em Bruxelas (QUEIROZ; MOURA, 2015).

Em 1931, o IIB passou a se chamar Instituto Internacional de Documentação (IID) e, em 1937, caracterizou-se como um instituto da Federação Internacional de Documentação (FID). As pesquisas teóricas realizadas por esse instituto foram as bases para o

desenvolvimento da ciência da informação. Sobre isso, o fato mais respeitável aconteceu em 1934: a publicação de uma obra de Paul Otlet, o primeiro livro do mundo dessa área.

Ainda em 1937, foi fundado o American Documentation Institute (ADI), que, em 1968, mudou o nome para American Society for Information Science (ASIS), conforme aponta Robredo (2003). E foi esse fato histórico de 1968 que marcou o nascimento da ciência da informação. Outros documentos, como artigos de Taylor (1966), Borko (1968) e Wersig e Neveling (1975), apontam essa mesma origem.

A “explosão da informação” que aconteceu com o desenvolvimento da documentação no período do pós-guerra, quando o cientista Bush, criador do Memex, identificou o problema nessa área, relaciona-se com a expansão informacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, a ciência da informação foi se desenvolvendo para organizar um acervo que tornasse mais acessível o conhecimento, com a necessidade de registro e transmissão de informação e conhecimento (SARACEVIC, 1996).

Alguns eventos também contribuíram para o surgimento da ciência da informação. Segundo Queiroz e Moura (2015), é possível citar como acontecimentos relevantes: Conferência de Informação Científica, da Royal Society, em Londres (1948); Conferência da International Union on Pure and Applied Chemistry (IUPAC), também em Londres (1955); Conferência Internacional de Informação Científica, da Academia Nacional de Ciências, em Washington (1958).

Portanto, são vários fatos e interpretações que apontam para o surgimento da ciência da informação. No entanto, foi na conferência do Georgia Institute of Technology, realizada em outubro de 1961 e em abril de 1962, que se discutiu e formulou, pela primeira vez, um conceito de ciência da informação, as atribuições do profissional da área e os cursos e disciplinas que dariam origem ao campo dessa nova ciência (PINHEIRO, 2005).

Taylor (1966) traz o seguinte conceito em seu artigo “*Professional aspects of information science and technology*”: “Ciência da Informação é a ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação, e os meios de processamento da informação para um acesso e uso ótimos”. Essa definição é muito parecida com aquela dada pela conferência do Georgia Institute of

Technology, por isso, muitos pesquisadores deduzem ser de autoria de Taylor o conceito de ciência da informação destacado anteriormente.

O conceito apresentado na conferência também serviu de base para a definição dada por Borko, em 1968, a qual é considerada uma das primeiras definições de ciência da informação e a mais clássica de todas. No artigo “*Information science: what is it?*”, Borko fala sobre a mudança de nome do American Documentation Institute para American Society for Information Science e sobre a tentativa de explicar o que é a ciência da informação, qual é o trabalho do cientista e a sua relação com a biblioteconomia e a documentação. Nesse artigo, o conceito apresentado pelo autor considera a ciência da informação como a “ciência interdisciplinar que estuda as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso” (BORKO, 1968, p. 3).

De acordo com a contextualização apresentada e os argumentos de Saracevic (1996), a ciência da informação possui três características gerais, que são: a relação interdisciplinar por natureza, a informação conectada com a tecnologia e uma forte dimensão social e humana. Ainda segundo Saracevic (1995, p. 36), “para entender os aspectos interdisciplinares da ciência da informação é necessário, ainda que de forma breve, voltar as suas origens”.

## **2.1. Abordagem disciplinar**

Considere-se que o entendimento de mundo passou por um processo de desfragmentação, assim como as disciplinas e o saber, pois o homem não pode ser visto como um compartimento. Segundo Japiassú (1976), **disciplinaridade** é:

[...] o conjunto sistemático e organizado de conhecimentos que apresentam características próprias nos planos de ensino, da formação, dos métodos e das matérias: esta exploração consiste em fazer surgir novos conhecimentos que se substituem aos antigos. (Japiassú, 1976)

O autor declara que a **interdisciplinaridade** é um sintoma da fragmentação do saber humano; é preciso reconstruir os saberes e não se pode fragmentar um saber científico. Para Coimbra (2000), a interdisciplinaridade diz respeito à interação entre duas ou mais disciplinas no formato de cooperação, para alcançar um entendimento em comum, um conhecimento mais abrangente, diversificado e unificado.

Segundo Santomé (1998), **multidisciplinaridade** é a primeira fase da constituição de equipes de trabalho interdisciplinares. Ela ocorre quando há uma busca por informação entre as especialidades das disciplinas, sem que aconteça uma interação maior para modificação ou enriquecimento, de forma unidisciplinar, sem a devida preocupação com o outro.

Para Le Coadic (2004, p. 155), **ciência da informação** tem “seu conteúdo marcado pelo selo da interdisciplinaridade, é uma sábia dosagem de ciências matemáticas e físicas, bem como ciências sociais e humanas”.

A fim de ampliar a discussão, apresenta-se, neste estudo, uma relação entre os conceitos de disciplinaridade, interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade.

O professor TORRES SANTOMÉ (1998) estabelece uma hierarquia entre esses processos, uma graduação nos seus procedimentos e resultados. Para ele, a MULTIdisciplinaridade é o nível inferior de integração; a INTERdisciplinaridade é o segundo nível de associação entre disciplinas; e a TRANSdisciplinaridade é a etapa superior da integração (COIMBRA, 2000, p. 59).

O mercado de trabalho exige flexibilidade e multifuncionalidade dos profissionais, o que exerce forte influência na divisão de tarefas e na organização do trabalho, as quais, por sua vez, influenciam a organização curricular das instituições de ensino. Segundo Raphael et al. (2016), necessidades e interesses emergiram exponencialmente a partir do crescimento da industrialização e do surgimento da sociedade capitalista, e a docência começou a ser valorizada com a inclusão do aluno em práticas e métodos de ensino.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa apresentada neste artigo tem uma abordagem quali-quantitativa, com estudo do tipo exploratório.

A finalidade qualitativa é representada por uma revisão na literatura que aprofunda os estudos sobre a área da ciência da informação, com foco na sua natureza interdisciplinar.

A abordagem quali-quantitativa, Gonzáles-Teruel e Cerrejón (2012, p. 31) afirmam que, de forma qualitativa, “este recurso marcará aspectos que serão definidos como o papel da

teoria, da lógica da pesquisa, o papel assumido pelo investigador e os procedimentos usados na busca e análise de dados investigados”.

A pesquisa utilizou como fonte de informações os dados referentes à formação em nível de graduação dos docentes dos cursos de graduação em Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação presentes no site do departamento de CIN da UFSC e os dados relativos à formação em nível de graduação dos professores do PGCIN, além dos dados dos discentes mestres e doutores que tiveram dissertações e teses aprovadas pelo PGCIN. Através de uma pesquisa documental, por meio de consulta à plataforma Lattes do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), foram extraídas as informações individuais da graduação dos 39 docentes do departamento em análise, dos 20 docentes do PGCIN e dos discentes desse programa de pós-graduação, um grupo composto por 144 mestres e três doutores. O objetivo foi detectar qual a origem da formação acadêmica dos envolvidos e a relação interdisciplinar da ciência da informação.

Para tanto, foram analisados os currículos dos profissionais docentes, sua formação e relação com cada graduação do departamento de CIN; foi avaliada a formação dos mestres e doutores formados pelo PGCIN; comparou-se a formação dos docentes do departamento de CIN e do PGCIN com a dos discentes mestres e doutores. Logo, o intuito foi demonstrar a relação entre a formação inicial e a escolha da graduação dos envolvidos.

#### **4. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS**

A análise dos dados e os resultados estão relacionados ao primeiro semestre de 2017, quando os dados foram coletados. A coleta ocorreu entre 3 de abril e 15 de maio de 2017, nos sites <<http://pgcin.paginas.ufsc.br/>> e <<http://cin.ced.ufsc.br/>>. Os dados, como já foi citado, são relativos ao corpo docente do departamento de CIN (que é composto pelos cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação) e ao corpo docente e discente do PGCIN da UFSC.

##### **4.1. Graduação dos docentes do Departamento de CIN**

Do total de 39 docentes que compõem o departamento de CIN, observa-se que 28 lecionam em mais de um curso:

- Quatorze docentes lecionam nos três cursos que compõem o departamento;
- Seis professores dão aulas em Arquivologia e Ciência da Informação;
- Cinco docentes ministram aulas em Arquivologia e Biblioteconomia;
- Três professores lecionam em Biblioteconomia e Ciência da Informação;
- Cinco docentes ministram aulas somente em Arquivologia;
- Seis professores lecionam apenas em Biblioteconomia.

A atuação dos docentes conforme a graduação está representada na Figura 1.

Figura 1 – Docentes e graduações em que lecionam no departamento de CIN



Fonte: Elaborada pelas autoras (2017).

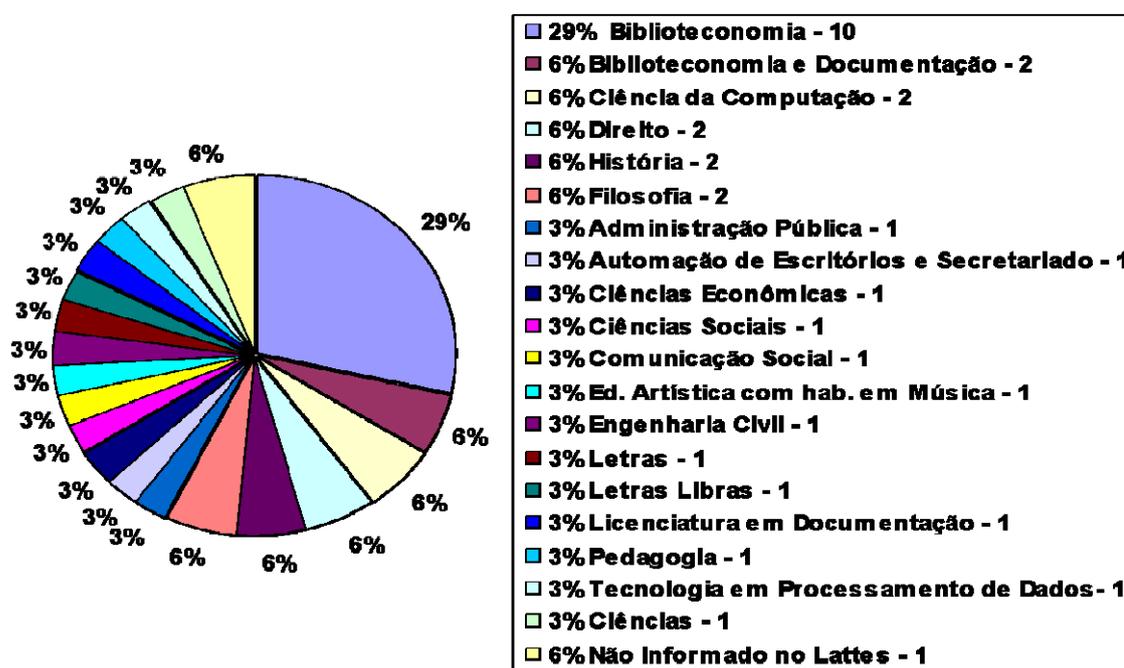
Segundo os dados coletados, percebe-se um perfil profissional de grande multidisciplinaridade. A maioria dos docentes ministra aulas em mais de um curso de graduação, o que demonstra a possibilidade de atuação de forma a integrar os diferentes cursos do departamento em análise, realizando atividades em conjunto.

Ainda de acordo com a figura anterior, observa-se que, do total de 39 docentes, 30 lecionam no curso de Arquivologia; 28, no curso de Biblioteconomia; 23, no curso de Ciência da Informação. Todos os professores que trabalham no curso de Ciência da Informação ministram aulas nos demais cursos.

#### 4.1.1 Graduação dos docentes de Arquivologia

Expressa o quadro de docentes de Arquivologia um total de 30 professores. No Gráfico 1, encontram-se 35 titulações em nível de graduação, pois cinco docentes têm duas graduações diferentes concluídas.

Gráfico 1 – Graduação dos docentes de Arquivologia



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

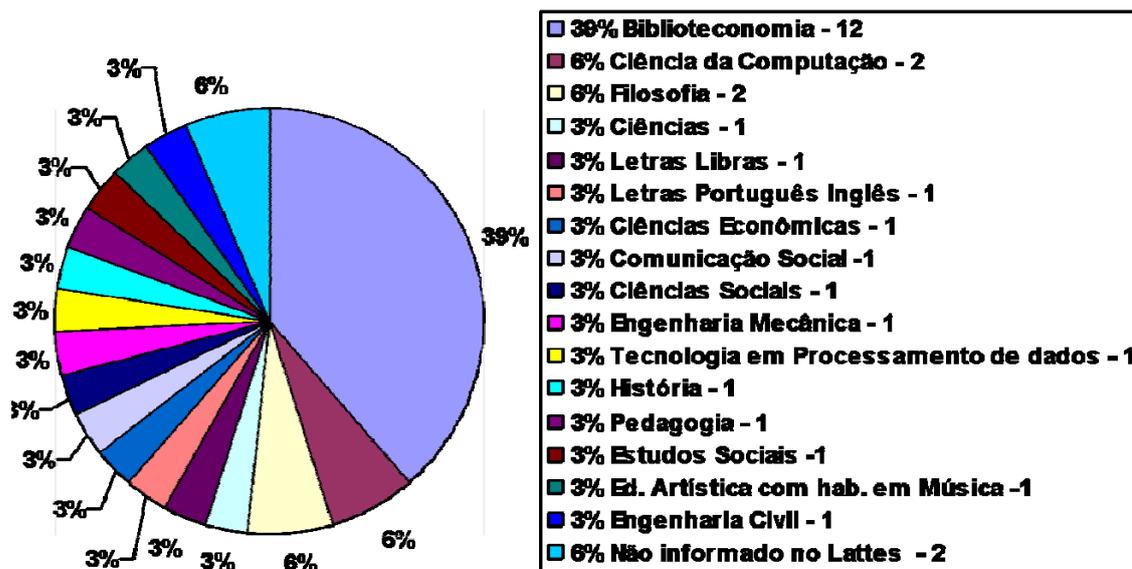
De acordo com a formação dos docentes de Arquivologia, observa-se que não há professor graduado em sua área específica, a Arquivologia, mas, sim, que há 19 áreas de formação diferentes, correlacionadas com as graduações de Biblioteconomia e Ciência da Informação, nas quais esses docentes também ministram aulas.

No departamento de CIN, o curso de Biblioteconomia existe há mais tempo que os demais. Por isso, infere-se a influência muito grande de tal curso na graduação dos docentes de Arquivologia. Conforme mostra a Figura 1, 19 docentes ministram aulas em Arquivologia e Biblioteconomia.

#### 4.1.2 Graduação dos docentes de Biblioteconomia

No Gráfico 2, pode-se observar a formação dos professores do curso de Biblioteconomia. Para o total de 28 docentes, há 31 titulações em nível de graduação, já que três professores possuem duas graduações diferentes.

Gráfico 2 – Graduação dos docentes de Biblioteconomia



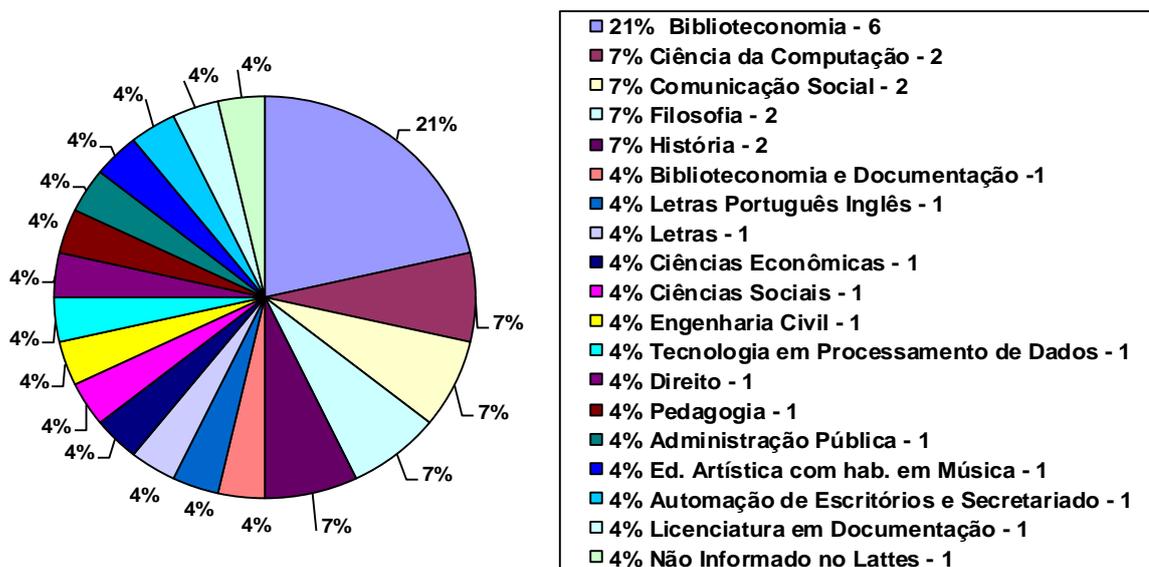
Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Na análise dos dados apresentados, nota-se que 39% dos docentes têm graduação em Biblioteconomia, diferentemente do que ocorre no curso de Arquivologia, apresentado anteriormente.

#### 4.1.3 Graduação dos docentes de Ciência da Informação

O corpo docente do curso de Ciência da Informação é composto por um total de 23 docentes. Pode-se observar 28 titulações, pois cinco professores possuem duas graduações diferentes, como apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Graduação dos docentes de Ciência da Informação



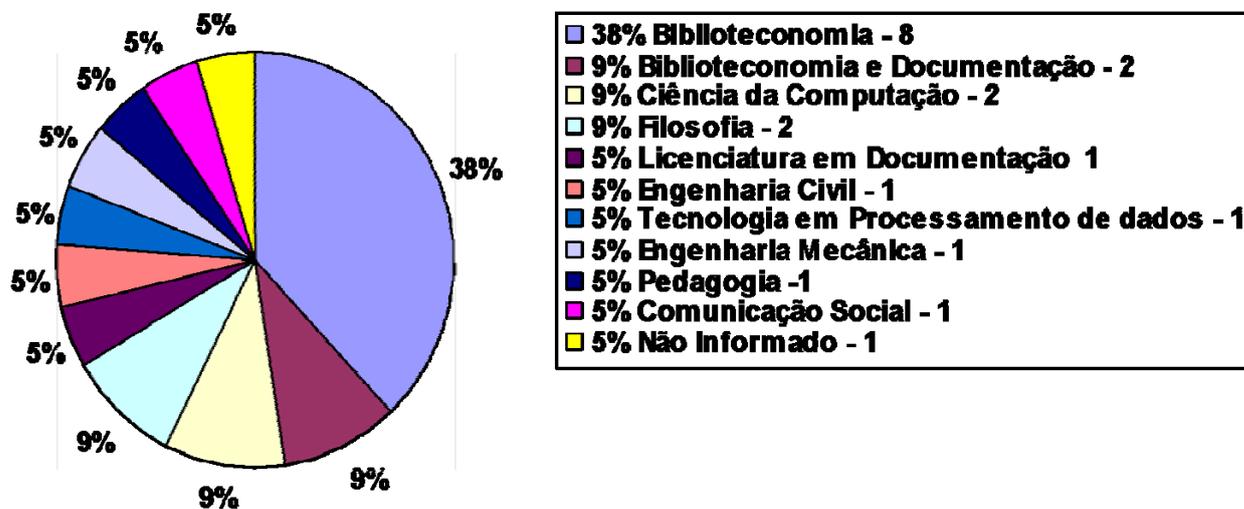
Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

A influência de professores que compõem o quadro docente de outras graduações, como Biblioteconomia e Arquivologia, é muito relevante e, por isso, as titulações são diversificadas.

#### 4.2. Graduação dos docentes do PGCIN

No PGCIN, há 20 professores: 17 permanentes e três colaboradores. Desse total, 15 docentes atuam nos cursos de graduação e pós-graduação e um possui duas graduações diferentes.

Gráfico 4 – Graduação dos docentes do PGCIN



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

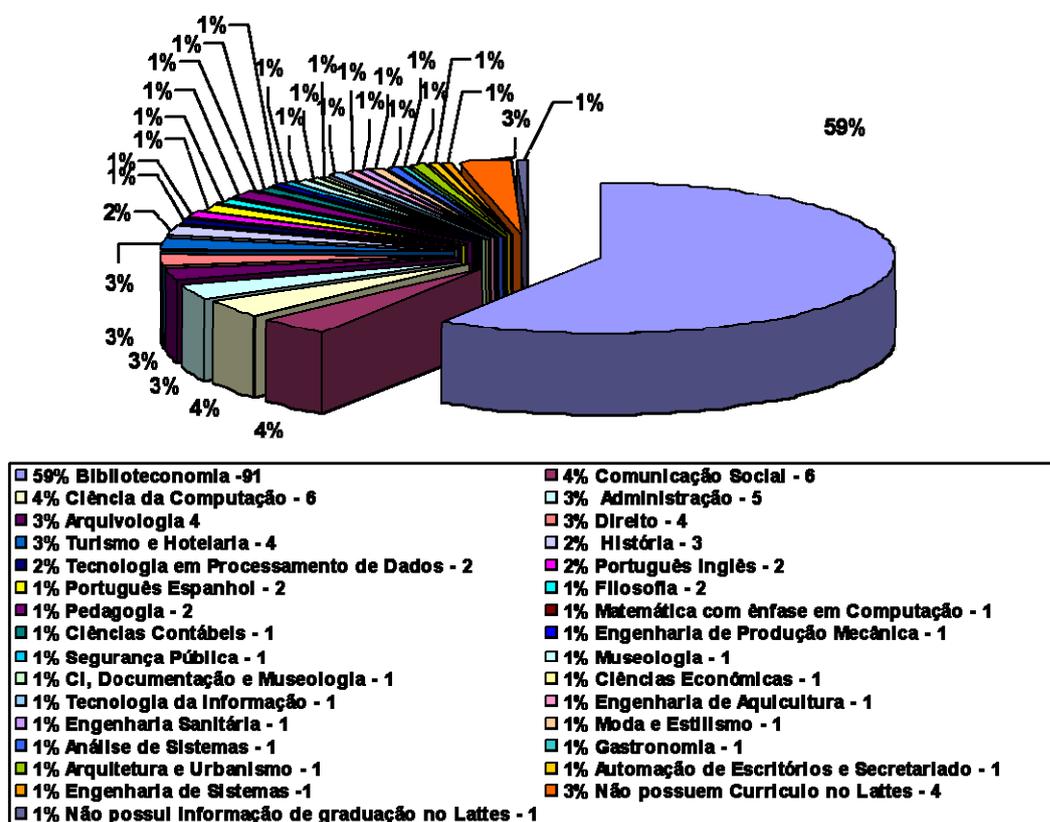
### 4.3. Graduação dos discentes do PGCIN

O universo da população discente do PGCIN é constituído por 144 mestres e três doutores formados pelo programa no período de 2003 (ano de início das aulas da primeira turma, que concluiu os estudos em 2005) até os 15 dias do mês de março de 2017. Os dados sobre os estudantes foram coletados no site do PGCIN.

Quanto à titulação em nível de graduação e mestrado dos três doutores formados pelo PGCIN, ressalta-se que duas pessoas tiveram sua graduação em Biblioteconomia concluída na UFSC e uma na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e que as três pessoas tiveram o mestrado em Ciência da Informação concluído na UFSC.

Cinco mestres têm mais uma graduação em andamento (um em Engenharia Mecânica, dois em Arquivologia, um em Serviço Social e um em Letras - Alemão) e dez mestres apresentam duas graduações, que foram somadas ao universo total da pesquisa. O Gráfico 5 demonstra a variedade de formações em nível de graduação dos mestres em Ciência da Informação do PGCIN da UFSC.

Gráfico 5 – Graduação dos discentes do PGCIN



Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

Ao analisar os mestres e doutores já formados pelo PGCIN, ressalta-se uma grande diversidade de formações, composta de mais de 30 áreas diferentes de graduação. Conforme os gráficos 4 e 5, como destaque tem-se o curso de Biblioteconomia, que apresenta maior número de graduados entre docentes e discentes, seguido do curso de Ciência da Computação, o que expõe a influência da tecnologia na área da ciência da informação no PGCIN.

A interdisciplinaridade na formação inicial dos docentes do departamento de CIN assume lugar comum. Observa-se uma evolução e, nessa análise transversal sobre a área de graduação de docentes e discentes, os saberes são perpassados de forma transdisciplinar, partindo da multidisciplinaridade e da análise interdisciplinar no contexto de disciplinas que estão em um mesmo campo social.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A ciência da informação é uma área interdisciplinar, que contempla direta e indiretamente profissionais da sua área, que é a sociologia aplicada, além de outras áreas afins do conhecimento.

Nesta pesquisa, identificaram-se a origem e a relação interdisciplinar da ciência da informação ao se comparar a formação/titulação dos docentes do departamento de CIN através de uma pesquisa documental. Essa análise permitiu observar, ao longo dos 43 anos de existência do departamento, a importância da ciência da informação e a diversidade na graduação dos docentes e discentes.

Desse modo, as graduações em Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, nas quais os docentes analisados ministram aulas, somadas ao mestrado e doutorado oferecido pelo PGCIN, podem formar futuros professores que atuarão no mercado de trabalho e em Instituições de Ensino Superior (IES) e também vão formar novos cientistas da informação, de forma a transcender a multidisciplinaridade. Nesse sentido, percebe-se que, no departamento de CIN e no PGCIN, os docentes trabalham com uma formação multidisciplinar.

O trabalho interdisciplinar é possível pela diversidade de graduações que os docentes e discentes apresentam em sua formação inicial. Destaca-se que iniciativas presentes na área da

saúde, como a formação de equipes multiprofissionais, podem contribuir e superar a interdisciplinaridade encontrada na ciência da informação, pois, independentemente da formação inicial dos profissionais docentes atuantes e dos discentes formados, é possível inter-relacionar-se com as demais formações iniciais, a fim de se constituir um processo ainda maior em busca da transdisciplinaridade.

## REFERÊNCIAS

BORKO, H. Information science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968. Disponível em:

<<https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EdbertoFerneda/k---artigo-01.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, n. 42, p. 351-360, 1991. Disponível em:

<<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/thing.html>>. Acesso em: 8 abr. 2017.

COIMBRA, J. A. A. Considerações sobre a interdisciplinaridade. In: **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signos, 2000. p. 52-70. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/us000001.pdf>> Acesso em: 6 maio 2017.

GONZÁLES-TERUEL, A.; CERREJÓN, M. B. **Métodos y técnicas para la investigación del comportamiento informacional**: fundamentos y nuevos desarrollos. Gijón: Trea, 2012. 311 p.

JAPIASSÚ, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

PINHEIRO, L. V. R. Evolução e tendências da ciência da informação, no exterior e Brasil: quadro comparativo a partir de pesquisas históricas e empíricas. In: **VI ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. GT 1 - Estudos Históricos e Epistemológicos. Florianópolis, 2005. Disponível em:

<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/paper/viewFile/1687/824>>. Acesso em: 4 maio 2017.

QUEIROZ, D. G. C.; MOURA, A. M. M. Ciência da informação: história, conceitos e características. **Em Questão**, v. 21, p. 26-42, 2015. Disponível em:

<<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/57516>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

RAPHAEL, J. K. D. et al. A perspectiva de docentes do bacharelado interdisciplinar em saúde da Universidade Federal da Bahia acerca da relação professor-aluno. In: COELHO, M. T. A. D.; TEIXEIRA, C. F. S. (Org.) **Interdisciplinaridade na educação superior**: o bacharelado em saúde. Salvador: EDUFBA, 2016.

ROBREDO, J. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos da informação**. Brasília: Thesaurus, 2003.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995. Disponível em:  
<[http://www.brapci.ufpr.br/brapci/\\_repositorio/2010/03/pdf\\_dd085d2c4b\\_0008887.pdf](http://www.brapci.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/03/pdf_dd085d2c4b_0008887.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em:  
<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

TAYLOR, R. S. Professional aspects of information science and technology. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 1, p. 15-40, 1966.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **Information Scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975. Disponível em:  
<<http://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

## MULTIDISCIPLINARY APPROACH IN THE EDUCATION OF INFORMATION PROFESSIONALS

***Abstract:** The Science of Information Department of the Universidade Federal de Santa Catarina (Federal University of Santa Catarina), in the southern Brazil, is formed by Archival Science, Librarianship and Science of Information courses and also by the postgraduation program in Science of Information. The research presented in this paper aims to analyze the integration of the mentioned areas and, thus, to identify the multidisciplinary approach in the initial education of the professors of the department and of the students who have achieved master and doctoral degrees in the postgraduation program. To verify how this multidisciplinary approach occurs in the department under analysis, a qualitative and quantitative research and an exploratory and documentary study were conducted. As a result, one can observe the multidisciplinary approach in the initial education, that is, in the graduation of professors and postgraduation students, and the presence of interdisciplinary approach in the mentioned courses, because the professors develop school works related to the other subjects offered by the department, according to the collected data. Finally, it is*



*recommended to perform transdisciplinary work with the composition of multiprofessional teams.*

***Keywords:*** *Science of Information. Multidisciplinary approach in education. Professor education. Student education.*

---

## **ATUAÇÃO DO REVISOR DE TEXTOS: UMA EXPERIÊNCIA NO SESC DE MINAS GERAIS**

**ROMANO, Márcia Regina** - marciaromano2006@gmail.com<sup>1</sup>  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - PPGEL  
Avenida Amazonas, 5253, Nova Suíça  
CEP 30421-169, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

**RIBEIRO, Ana Elisa** - anadigitalpro@gmail.com<sup>2</sup>  
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - PPGEL  
Avenida Amazonas, 5253, Nova Suíça  
CEP 30421-169, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

***Resumo:** Neste trabalho, à luz da análise do discurso de Dominique Maingueneau e de uma proposta de Luciana Salazar Salgado que considera a revisão de textos como coenunciação, além de aspectos da ergologia, apresentamos a experiência institucional de produção editorial, em especial com peças publicitárias, no Serviço Social do Comércio (Sesc) de Minas Gerais. Composta a partir de 2012, a equipe responsável pelas peças gráficas e digitais institucionais conta com uma revisora contratada, entre outros profissionais. Mostramos como a equipe se constituiu e quais os seus processos de trabalho, especialmente o da revisora. A fim de dar mais foco às questões aqui tratadas, analisamos brevemente uma peça institucional em seu processo de produção e revisão textual. Concluímos que os processos de revisão foram se aperfeiçoando à medida que o trabalho foi sendo vivenciado e experimentado, além de explicitarmos as questões coenunciativas que emergem da interação entre revisora e outros profissionais.*

***Palavras-chave:** Revisão de texto. Ritos genéticos editoriais. Coenunciação. Sesc.*

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG. Bacharel em Comunicação Social (habilitação Jornalismo) pela UFMG e especialista em Revisão de Textos pela PUC Minas.

<sup>2</sup> Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG. Doutora em Linguística Aplicada pela UFMG. Bacharel e licenciada em Letras pela UFMG.

## 1. INTRODUÇÃO<sup>3</sup>

“O texto está pronto, já pode passar pra revisão e depois envia pra gráfica”. Quantas vezes, em um ambiente de trabalho dedicado à produção editorial – uma editora ou uma agência de comunicação, entre outros –, essa frase discutível foi enunciada, como se a revisão fosse sempre a última etapa do processo de produção de um texto que se destina à publicação? A visão de que o trabalho de revisão se restringe a “corrigir erros de ortografia”, como algo que não afeta o texto, em sentido amplo, é, além de limitante, errônea.

Na prática, o texto, quando chega às mãos do profissional de revisão, está apenas iniciando um novo processo, que é o da leitura, ou melhor, de novas leituras, pois o revisor é um leitor “autorizado”, é aquele que se coloca como um *outro* do autor, que enseja possíveis futuras leituras e faz com que o autor tenha um outro olhar sobre sua produção, colocando-se como leitor de seu próprio texto. Esse movimento sobre o texto, mais uma vez, desnuda os fios ideológicos dessa complexa trama e mostra que a enunciação é sempre coenunciação, pois há sempre a presença do outro. E é assim que o texto volta da revisão repleto de marcações, alterações, questionamentos e dúvidas.

Em geral, o autor não tem outra opção senão responder a essas dúvidas, ou seja, estabelecer o pacto de dialogar com o revisor para pensar novas formas de dizer o que deu margem a dúvida, polêmica ou mesmo o que não estava em conformidade com o público leitor ou com o gênero da publicação. Esse pacto, quando firmado de parte a parte, só tem a acrescentar ao trabalho. Afinal, quanto mais bem elaborado um texto, melhor – é o que presumimos. O diálogo pode ocorrer de fato, por meio de trocas de mensagens e conversas, ou em silêncio, quando o autor revê o próprio texto, depois da atuação do revisor.

Nota-se que a revisão é um trabalho de sujeitos que envolve inúmeras decisões. De que forma aplicar as regras gramaticais? Qual é o tom exato para esse público? São decisões que envolvem os saberes acumulados de quem se detém sobre um texto, além de valores e normas concernentes à instituição que o publica. Neste trabalho, assumindo que um revisor seja sempre, ainda que apagado ou invisibilizado, um coenunciador, nos deteremos no processo editorial e de revisão textual que ocorre dentro de uma instituição brasileira relevante, o Serviço Social do Comércio (Sesc) – unidade regional Minas Gerais. Uma das

---

<sup>3</sup> Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado empreendida pelas autoras, na qualidade de orientanda e orientadora, no PPG em Estudos de Linguagens do CEFET-MG, na linha IV - Edição, Linguagem e Tecnologia.

autoras deste trabalho é revisora de textos no Sesc desde julho de 2012, o que suscitou o interesse pelo tema. Por meio de um relato de experiência, pretende-se analisar de que forma a participação do revisor na elaboração dos textos foi se transformando ao longo do tempo, indicando a vitalidade das relações laborais cotidianas no trabalho com a língua.

Nossa hipótese é que este trabalho contribua para a compreensão dessas relações como um processo de construção de sujeitos que produzem em conjunto e assim se constituem na e pela língua. Busca-se, por conseguinte, apresentar a natureza da atuação do revisor de textos na organização Sesc, analisando a evolução dessa atuação ao longo do tempo; trazer como *corpus* de análise um texto publicitário: comparar o texto original com a versão final, apontando os movimentos de sentido empreendidos durante a revisão de textos e os diálogos entre autor e revisor de textos, a fim de compreender como os caminhos do texto vão sendo delineados; analisar, sob o prisma dessa evolução da atuação do ofício de revisão no Sesc, um trabalho desenvolvido sob uma nova perspectiva.

## **2. REVISÃO, PEÇAS PUBLICITÁRIAS E AFINS NO SESC DE MINAS GERAIS: UMA FUNDAMENTAÇÃO PARA O ESTUDO**

Quando se trata da revisão de textos publicitários, há todo um universo de sentido a ser compreendido, além de um sistema de coerções a ser obedecido. Esse tipo de texto faz parte da cultura das sociedades contemporâneas, na medida em que todas as pessoas que o consomem se relacionam com organizações privadas e, assim, são alvo da comunicação destas ou leitores dessa produção textual. Todos leem, em alguma medida, tal tipo de texto. Assim, os discursos produzidos pelas organizações estão inscritos na circulação da energia social, já que são influenciados pela sociedade e, ao mesmo tempo, a influenciam, num movimento de troca constante, o que contribui para que se configure a forma como nos vemos e como nos relacionamos com o mundo. Portanto, analisar a produção editorial de textos publicitários ajuda a compreender as formas de organização social contemporâneas no que tange à circulação de discursos. E, mais especificamente, entender os movimentos realizados pelo revisor de textos nesses ambientes de trabalho – as organizações – contribui para a percepção das práticas languageiras e dos processos de construção de sentido nesse universo.

Para fundamentar teoricamente este estudo, são importantes a análise do discurso de matriz francesa, sobretudo em Dominique Maingueneau (2008a, 2008b), a noção de ritos genéticos editoriais desenvolvida por Luciana Salazar Salgado (2013; 2016), a ergologia (SCHWARTZ, 1998; 2014) e as discussões realizadas por José Muniz Júnior (2010) sobre a relação entre os estudos do trabalho e os estudos do discurso e da revisão de textos.

O primeiro conceito importante aqui é o de *discurso*. Para Salgado (2016, p. 46), discursos “são sistemas de restrições semânticas (de condicionamento dos sentidos dos dizeres) indissociáveis das práticas sócio-históricas (condicionantes dos lugares e dos modos de dizer)”. Maingueneau, em quem Salgado também se fundamenta, afirma que o discurso

pode designar tanto o sistema que permite produzir um conjunto de textos, quanto o próprio conjunto de textos produzidos: “o discurso comunista” é tanto o conjunto de textos produzidos por comunistas, quanto o sistema que permite produzir esses textos e outros ainda, igualmente qualificados como textos comunistas (2008b, p. 51).

Importa-nos aqui relacionar o discurso com as práticas humanas de significação, de produção da existência humana. Conforme Muniz Júnior,

o discurso deve ser entendido como “forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90). Sobre essas bases a linguagem será pensada como produção da humanidade – e, por isso, marcada por suas contradições. A perspectiva discursiva é, pois, aquela que “trata da *determinação histórica dos processos de significação*” (ORLANDI, 1987, p. 12). Suas contribuições têm sido incorporadas a diversas ciências humanas: reconhece-se o papel do discurso em constituir relações sociais e de poder, e vice-versa (MUNIZ JÚNIOR, 2010, p. 253-254).

Tais “relações sociais e de poder” são caras ao texto publicitário, pois é por meio de seu discurso que uma organização se afirma perante as outras e conquista seu público. Essa noção é importante para o revisor de textos, que aplica em sua prática cotidiana os conceitos de *ethos* e fiador do discurso, já que, ao revisar textos publicitários, é preciso pensar que há uma voz que fala, um “sujeito” que se coloca, que transmite a mensagem da empresa/instituição em questão, engendrando um tom ao discurso.

O próprio “tom” se apoia sobre uma dupla figura do enunciador, a de um *caráter* e a de uma *corporalidade*, estreitamente associadas. Com efeito, o rosto que suporta o tom deve ser caracterizado “psicologicamente”, ver-se dotado por disposições mentais que sejam o correlato dos afetos que o modo de enunciação engendra (MAINGUENEAU, 2008a, p. 92).

Trata-se do conceito de *ethos*: por meio da enunciação, a personalidade do enunciador é revelada. As empresas, em campanhas publicitárias veiculadas nos meios de comunicação,

escolhem como vão se mostrar. Se é uma empresa que valoriza a mulher, a diversidade, a quebra de preconceitos, enfim, o que estiver em pauta nas discussões entre as pessoas em uma dada comunidade e sendo visto como valor. “Roland Barthes salientou a característica essencial desse *ethos*: ‘São os traços de caráter que o orador deve *mostrar* ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são os *ares* que assume ao se apresentar [...]’” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 97-98).

O conceito de *ethos* faz emergir “uma instância subjetiva que desempenha o papel de *fiador* do que é dito” (p. 98). Para que a persuasão se efetive, fiador e público precisam partilhar do mesmo *ethos*, para que o público se identifique com o que é dito e lhe confira legitimidade.

Em última instância, a questão do *ethos* está ligada à da construção da identidade. Cada tomada da palavra implica, ao mesmo tempo, levar em conta representações que os parceiros fazem um do outro e a estratégia de fala de um locutor que orienta o discurso de forma a sugerir através dele certa identidade (MAINGUENEAU, 2008b, p. 59-60).

Essa construção da identidade é feita no momento da produção do discurso, mas também no da revisão. Grosso modo, o que se espera de um revisor de textos é que ele “corrija” um texto, do ponto de vista das normas gramaticais vigentes. Porém, o que norteia a escolha do revisor quanto aos dicionários e às gramáticas adotados? Ou, ainda: o mais adequado seria seguir um manual de normas de alguma casa editora ou jornal, ou vamos criar o nosso próprio? Quando aplicar a norma culta e quando não aplicar?

De acordo com Muniz Júnior, “a *norma* é um *dispositivo de prescrição organizado discursivamente*” (2010, p. 256), já que está presente de forma explícita (gramáticas e manuais de redação) ou tácita (regras do gênero, rituais e costumes específicos de cada órgão publicador). Segundo o autor, as normas

só podem ser pensadas a partir das condições históricas em que foram engendradas e nas quais continuam produzindo sentido. Elas fornecem diretrizes para a atividade e revelam o caráter coletivo do trabalho por meio das vozes normativas de outros eus que deixaram seu registro de ação e coerção no decorrer do tempo (MUNIZ JÚNIOR, 2010, p. 256).

## **2.1 Olhares sobre a atividade de revisão de textos: breve revisão da literatura**

Revisor de textos, revisor ortográfico, copidesque, preparador de textos, editor... São denominações que designam as diferentes etapas do trabalho de intervenção textual e que

fazem parte do processo de produção editorial. A obra *Em busca do texto perfeito* (RIBEIRO, 2016) discute o significado específico de cada termo, além de trazer discussões sobre as normas e práticas de revisão textual. Os limites e as contiguidades entre as atuações de profissionais chamados amplamente de “revisores” sempre foram controversos e sempre suscitaram dúvidas. Em razão disso, alguns trabalhos foram feitos a fim de contribuir para a discussão sobre a formação, a atuação e o perfil dos revisores.

O perfil do profissional de revisão de textos que atua em Minas Gerais foi a preocupação principal da dissertação *Revisor de textos: concepções e formação do profissional em Minas Gerais* (NASCIMENTO, 2014). A partir do aporte teórico da Linguística Textual, foram analisados aspectos relativos à formação do profissional e as concepções de texto e de revisão que subjazem à atividade dos profissionais. Especificamente em relação ao revisor de textos atuante em agências de publicidade, a dissertação “*Quem mexeu no meu texto?: Língua, poder e autoria nos dizeres sobre o revisor de textos da publicidade* (NOBLE, 2016) oferece uma análise dos dizeres em relação ao revisor de textos nesses ambientes, a partir de entrevistas com profissionais, utilizando-se da análise do discurso pêcheuxtiana.

A atividade de intervenção textual como ato dialógico é objeto de análise no artigo “A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos” (MUNIZ JÚNIOR, 2009). Contribuem para a pesquisa os estudos sobre os discursos, com os debates sobre regimes de genericidade e de normatividade, sob a perspectiva do trabalho. Nessa mesma linha, o artigo “A atividade de trabalho do revisor de textos acadêmicos em análise dialógica e ergológica” (BARBOSA, 2016) coloca em diálogo a ergologia e os estudos do discurso, advindos dos pressupostos bakhtinianos da linguagem, a fim de discutir a revisão de textos acadêmicos.

Neste ponto, estabelecemos uma relação dos estudos sobre o discurso com a perspectiva ergológica, a qual se preocupa com o cotidiano do trabalhador a fim de renovar as maneiras de ver o trabalho. De acordo com essa perspectiva, o trabalho tem a função de preencher a lacuna existente entre o prescrito e o real. Assim é que, nas situações cotidianas, o trabalhador confronta as normas precedentes com a necessidade de dar respostas em cada atividade que realiza.

[...] toda sequência de atividades industriais envolve arbitragens, debates, imersos num mundo social em que a comunidade de destino é sempre eminentemente problemática, em permanente reconstrução. Advêm dessas arbitragens decisões sempre parcialmente não antecipáveis, “renormalizações”; mesmo num nível infinitamente pequeno, os resultados dessas arbitragens – as “renormalizações” – recriam sem cessar uma história: “ocorre continuamente algo novo” que, obrigando-nos a escolher, forçam-nos a *nos escolher*, na qualidade de seres às voltas com um mundo de valores. Daí vem a ideia de que esse *uso de si* é uma imposição contínua dessas microescolhas permanentes e disso surge a expressão do trabalho como *dramática* do uso de si (SCHWARTZ, 2014, p. 261).

Em nosso trabalho, temos de fazer escolhas o tempo todo. Temos diante de nós as normas que nos são impostas, mas também as normas tradicionais de cada tipo de trabalho e a “memória da atividade”, ou seja, um conjunto de expectativas decorrente da construção histórica coletiva de cada atividade. Entre esse conjunto de normas e a prática, existe um hiato, que é preenchido pela atividade laboral do sujeito. Para realizar essa atividade que preenche lacunas, o trabalhador tem diante de si a “dramática do uso de si”, ou seja, tem sempre de colocar em jogo a sua subjetividade a fim de fazer escolhas para criar e recriar de forma incessante, pois cada situação de trabalho é nova. No caso do trabalho de revisão de textos, tem-se, conforme Muniz Júnior, “a intersecção entre textos e normas” (2010, p. 256).

Quando faz uma emenda, o profissional está (i) retomando dizeres das prescrições (dicionários, gramáticas, manuais da editora, da coleção ou do coletivo, regras do gênero etc.); (ii) dirigindo-se a interlocutores que terão acesso direto a suas emendas: chefias, autores, colegas, diagramadores etc.; (iii) dirigindo-se, ao habitar a própria autoria, aos leitores/consumidores finais do livro em questão (MUNIZ JÚNIOR, 2010, p. 256).

A dramática do revisor se realiza discursivamente, no plano da textualização. Ele coloca em diálogo três instâncias: as normas de escrita, seus interlocutores e seus leitores. Pensar nesses “leitores/consumidores finais” é de fundamental importância para o trabalho de revisão de textos. No caso dos textos publicitários, ter em mente a informação a respeito do público-alvo (e do suporte) de cada texto direciona o olhar. “Toda enunciação contempla manobras interlocutivas que procuram controlar a interpretação do que se diz com base em expectativas construídas entre os interlocutores – sobre si mesmos, sobre o outro, sobre o outro desse outro de si” (SALGADO, 2016, p. 131-132). Mais do que isso, a enunciação não tem sentido se não for significativa para todos os enunciadores. Maingueneau propõe as seguintes instâncias:

[...] *leitor invocado*, um interlocutor que é explicitado nos vocativos do texto; outra, a que chama *leitor instituído*, instância que a própria enunciação implica; e as noções de *público genérico*, caracterizado socialmente conforme o gênero da publicação, e de *público atestado*, aquele que efetivamente entra em contato com a publicação. Com base nessas distinções, fala em *leitor cooperativo*, aproximando-o

do Leitor Modelo de Umberto Eco, para pôr em relevo a organização textual, de modo que se entenda que a leitura cooperativa não é uma atividade que responde “às intenções do escritor, mas às indicações oferecidas pelo texto por sua conformação e suas prescrições virtuais de decifração” (MAINGUENEAU, 1996, p. 38 *apud* SALGADO, 2016, p. 132).

## 2.2 A revisão de textos como coenunciação

A fim de tratar da interlocução existente na produção textual, é posta em cena a noção de *coenunciador*: “correlativo de enunciador, para acentuar que a enunciação é, de fato, uma coenunciação, na qual dois participantes desempenham um papel ativo (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 155 *apud* SALGADO, 2016, p. 131). No processo de tratamento editorial de textos, Salgado denomina o revisor de textos de *coenunciador editorial*.

Nessa dinâmica, diversos lugares discursivos se põem como pontos nodais de uma rede. O lugar de autor é um deles, é um móbil de certas trocas. O lugar de coenunciador editorial é outro, conexo ao de autor. Dele, um leitor profissional oferece ao autor a explicitação da interlocução que todo texto supõe (e, no caso das publicações, pretende), e o autor pode tomar distância de seu texto, voltando a ele para produzir uma versão pública consistente. [...] O ofício de escrever supõe sempre que haverá trabalho de um outro, isto é, que um outro correrá umas linhas, tardará noutras e é provável que tropece lá e cá, pois o encontro entre sujeitos é sempre no caminho, caminantes que são os sujeitos ao se porem nas cenas de enunciação (e as leituras, como as escrituras, são modos de pôr-se nessas cenas) [...]. (SALGADO, 2013, p. 275-276).

A autora se debruça sobre o processo de produção editorial e, desdobrando o conceito de ritos genéticos, de Maingueneau (2008a), estabelece a noção de *ritos genéticos editoriais* para o tratamento editorial dos textos que se destinam à publicação e, mais especificamente, a revisão de textos.

Para entender melhor esse ofício, que, no limite, opera na “vitalidade dos textos”, proponho que seja entendido como parte do que chamarei *ritos genéticos editoriais*: no processo editorial, os originais do autor passam por diversas etapas de constituição do texto que vai a público; em certa medida, esse texto ainda está sendo escrito, e essa etapa autoral inclui a leitura de um outro autorizado a fazer intervenções (difíceis de discriminar previamente) em diversos âmbitos do texto (difícil prever até que ponto) (SALGADO, 2016, p. 162, grifos da autora).

Conforme os ritos genéticos editoriais, o coenunciador editorial é aquele que oferece ao autor a sua leitura, aponta caminhos de interpretação e direções para possíveis releituras e reescritas, sempre considerando os âmbitos extralinguísticos que constituem a produção de sentido, numa atividade de textualização que abre uma vez mais o texto antes da publicação, propondo-se a uma interlocução marcada. Marcada fisicamente, em cada sugestão de alteração que o coenunciador propõe ao autor e recebe dele uma réplica, que dá origem a uma tréplica, até que o texto se configure como final.

Assim, entendemos que a perspectiva dos ritos genéticos editoriais seja uma das formas pelas quais “as dramáticas do uso de si” (SCHWARTZ, 2014, p. 261) se realizam, na prática, no cotidiano do trabalho de revisão de textos. As renormalizações, as arbitragens, os debates, todos estreitamente relacionados a um universo de valores, estão presentes na interlocução que se firma entre enunciador e coenunciador editorial. São escolhas, negociações, entre dois sujeitos sociais, que imprimem em cada trabalho sua energia, sua concentração, seus conhecimentos e valores, enfim, algo de si.

*Dramatique*: situação em que o indivíduo tem de fazer escolhas, ou seja, arbitrar entre valores diferentes, e, às vezes, contraditórios. Uma *dramatique* é portanto, o lugar de uma verdadeira micro-história, essencialmente inaparente, na qual cada um se vê na obrigação de se escolher, ao escolher orientar sua atividade de tal ou tal modo. Afirmar que a atividade de trabalho não é senão uma *dramatique* do uso de si significa ir de encontro à ideia de que o trabalho é, para a maioria dos trabalhadores, uma atividade simples de "execução", que não envolve realmente sua pessoa. (N. do autor) (SCHWARTZ, 1998, p. 58).

Partimos do princípio que é justamente esse “envolver sua pessoa” que faz diferença no caso do trabalho com o texto, nosso objeto de estudo, já que não se trata de uma simples atividade de “execução”. A interlocução estabelecida entre determinado revisor com determinado autor em cada casa editora é única e é o que vai determinar o texto final. Cada experiência de trabalho – no nosso caso, cada texto revisado – é única. Cada texto publicado teve, assim, seu rito genético editorial.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA**

Para a realização deste trabalho, foi escolhida a instituição Serviço Social do Comércio (Sesc) de Minas Gerais. Uma das autoras, como já dito, é revisora de textos na instituição desde julho de 2012, o que lhe permitiu observar na prática os preceitos dos ritos genéticos editoriais no cotidiano de trabalho e acompanhar algumas etapas do processo de produção dos textos, bem como ter acesso ao contexto de produção de cada discurso.

A primeira parte da análise apresentada neste artigo é um relato da experiência com a revisão de textos realizada na Assessoria de Comunicação do Sesc entre os anos de 2012 e 2017. Será apresentada a evolução dessa atuação ao longo do tempo, da perspectiva da ergologia, em diálogo com a noção de ritos genéticos editoriais.

Em seguida, será analisado um texto publicitário sob o viés da análise do discurso de matriz francesa, comparando o texto original com a versão final, apontando os movimentos de sentido empreendidos durante a revisão de textos e os diálogos entre autor e revisor de textos para compreender como os caminhos do texto vão sendo delineados.

Por fim, será analisado, sob o prisma dessa evolução da atuação do ofício de revisão no Sesc anteriormente descrita, um trabalho desenvolvido sob uma nova perspectiva.

### **3.1 Formação de equipe no Sesc de Minas Gerais**

Normalmente, as organizações terceirizam o trabalho de produção editorial de suas publicações: os materiais de divulgação (campanhas publicitárias nos vários meios (TV, rádio, internet e mídia impressa), páginas na internet, participações nas redes sociais, e-mail marketing, cartazes, folhetos, livretos) são produzidos externamente, por agências de comunicação, e apenas supervisionados por profissionais da equipe de Comunicação da organização, como jornalistas e relações públicas. Mas o Sesc é uma das instituições em que o trabalho é todo elaborado internamente. Assim, em julho de 2012, uma revisora de textos foi selecionada para integrar a equipe da Assessoria de Comunicação do Sesc.

Inicialmente, foi preciso conhecer a organização, seu funcionamento e o conjunto dos materiais de divulgação com que o Sesc lidava na época. Não havia manual de normas e estilo, nem um padrão para as publicações, pois não havia revisor antes. Aos poucos, os padrões foram sendo definidos, de acordo com o que funcionava e com as necessidades das publicações. A identidade da organização foi sendo construída e seu *ethos* foi sendo definido, em consonância com o contexto social do qual fazemos parte.

Em ambientes onde trabalham profissionais de diferentes formações, mas dentro da mesma área de atuação, é natural que os conhecimentos adquiram caráter de fronteira, pois são sempre postos em diálogo, em intercâmbio entre os sujeitos, porque estão a serviço do trabalho a ser entregue. Ainda que não se trate de autores escrevendo para si, como no caso dos trabalhos autorais, não se pode desconsiderar as características pessoais de cada sujeito e, sobretudo, como isso impacta sua forma particular de compreender a instituição, ou seja, os “usos de si” (SCHWARTZ, 2014). E assim, de dramática em dramática, os ritos genéticos editoriais foram se desenrolando à medida que os diversos profissionais da Comunicação

(revisor, jornalista, relações públicas, designer, coordenações) foram estabelecendo um fluxo de trabalho e, em consequência, um relacionamento profissional e pessoal.

Como no início não havia a figura do redator publicitário – o que é vital para a elaboração de textos publicitários, por ironia –, os textos eram construídos em parceria entre todos os profissionais mencionados. Essa ausência foi corrigida em 2016, mas até então contribuiu para que se estabelecesse a dinâmica do trabalho coletivo, distante da exacerbação de ego que se verifica em agências de publicidade, em que o redator ocupa um lugar intocável. Assim, quando a função da redatora foi instituída, a dinâmica do trabalho colaborativo se manteve, mas os demais profissionais foram “liberados” da árdua tarefa de produção de textos, e apenas a revisora passou a colaborar com a redatora. Assim, enunciativa (redatora) e coenunciadora (revisora) transformaram-se em dupla de criação.

Sobre as normas, foi elaborado o *Manual de escrita corporativa*, publicação de circulação interna, a partir dos melhores usos de padrões verificados no uso de outras organizações. Cada padrão (grafia de horas, preços, localidades, usos de pontuação) era testado em cada peça publicitária para, enfim, compor a norma, sempre de forma a fazer sentido, sobretudo para os designers, afinal, a leiturabilidade<sup>4</sup> e o aproveitamento do espaço são aspectos cruciais para peças de divulgação que se destinam a persuadir o público, tendo como foco principalmente as instâncias de leitor instituído e público atestado.

Também constam neste *Manual* as nomenclaturas da organização, definidas em âmbito nacional, as formas de se apresentar (como instituição e não como empresa), a compreensão de sua estrutura física (unidades operacionais, unidades de hospedagem, centro cultural, etc.), o entendimento de sua estrutura de funcionamento (divisão em áreas de atuação), as normas para a comunicação com os públicos (por exemplo, a forma de se dirigir aos idosos, às pessoas com deficiência), entre outros aspectos. Normalizações e renormalizações foram sendo operadas até se chegar a um ponto ideal, que funcionasse para as necessidades diárias. Esse *Manual* transformou-se em um curso de capacitação, denominado *Sesc em palavras*, que é ministrado para todos os funcionários, inclusive a diretoria, juntamente com o *Media training*, que trata do relacionamento com a imprensa. A

---

<sup>4</sup> Conforme Gruszynski (2007, p. 152), esse termo “refere-se ao agrupamento de tipos em palavras, frases, parágrafos, de modo que a informação verbal seja o mais facilmente apreendida. Este fator não é determinado apenas pela composição tipográfica, mas também em função do texto em si, seu vocabulário, estrutura frasal, etc.”

perspectiva é que a capacitação assuma o formato de videoaulas para os funcionários do interior do estado.

No início, a estação de trabalho da revisora se localizava no final da sala, num cantinho silencioso, mas isolado do resto da equipe, já que seu trabalho era visto como solitário e que só acontecia no final do processo de produção, ou seja, “antes do envio pra gráfica”. Mas, era constante a interação com os colegas, pois, no momento da entrega das demandas, sempre era necessário dialogar com os profissionais das demais etapas do processo, para explicar as alterações, sugerir outras mais substanciais, tirar dúvidas.

Num segundo momento, a revisora passou a ser consultada antes da elaboração das publicações, para que o trabalho fosse otimizado. Os debates eram cada vez mais frutíferos, e as produções, cada vez mais coletivas. O trabalho desenvolvido pela Assessoria passou a ser citado nos encontros nacionais da organização, e os profissionais do Sesc muitas vezes eram designados para contribuir nas organizações irmãs, o Senac e a Fecomércio.

Num terceiro momento, a revisora passou a assumir uma função mais estratégica, participando de reuniões para definição dos direcionamentos no que tange à construção do discurso. Um novo desafio, já que as tarefas de revisão propriamente não foram destinadas a outra pessoa.

Verifica-se que o cuidado com a língua para os dirigentes do Sesc é um valor, pois há um entendimento de sua importância para a construção da imagem da organização. Em um mercado de trabalho em que as Assessorias de Comunicação são enxutas, vistas como desnecessárias e as primeiras a sofrerem cortes em momentos de crise, é um sinal desse valor que a equipe de Comunicação do Sesc, que é a maior da organização, tenha se mantido intacta em época de contenção de despesas.

Quanto à experiência da profissional de revisão de textos no Sesc, pode-se dizer que é a língua, inerente a todo ser humano, o fio condutor dessa “dramática do uso de si” a que são submetidos em seu cotidiano os profissionais de uma empresa, sobretudo no setor de Comunicação. É importante ressaltar que a revisora não se transformou em editora, o que seria outra função, mas a sua atuação como a profissional *referência em texto* se configurou como a profissional *referência em discurso*, como correlato de *referência em usos da língua*, por assim dizer, de acordo com o desenvolvimento dos ritos genéticos editoriais e com o



Sobre o texto, as alterações mostram os movimentos de sentido realizados no momento da revisão. O primeiro deles foi a sugestão da exclusão da palavra *mais* (linha 4), para fugir do entendimento de que as novas sedes, conceito expresso em “belos horizontes” seriam mais belas que a casinha da década de 1950. Isso daria a ideia de que o Sesc não valoriza a tradição, o antigo. Ao mesmo tempo, manteve-se “novos e belos horizontes” para remeter à evolução da organização e ao nome da cidade. O trabalho de revisão de textos busca sempre manter o conceito criativo do autor, mas mostrando os caminhos de interpretação que sua escrita direciona e propondo outras soluções. Ainda nessa primeira leitura e na mesma linha de raciocínio, sugeriu-se a substituição da palavra *ainda* por *sempre*, pois o advérbio usado anteriormente reforçava essa ideia de desvalorização da tradição. O advérbio *sempre* intencionou mostrar uma postura de reverência diante desse “primeiro lar”, mesmo “depois de alcançar 23 cidades”.

Essa leitura fez com que a redatora se colocasse na posição de leitora do jornal, o público genérico, e reavaliasse os dêiticos espaciais *casinha simples* e *varanda*. Este último foi substituído por *quintal*, para que o leitor não perdesse energia se perguntando algo do tipo “Mas o pé de goiaba não está na varanda...” e imaginando que o pessoal do Sesc não toma cuidado com as palavras. Já *casinha simples* causava incômodo para a redatora, pois, ainda que o intuito fosse apelar para o afetivo, poderia dar margem a interpretações reducionistas, de casa pequena e pobre. Nessa discussão, participou outra profissional, uma relações públicas, que a fez entender o motivo do incômodo, explicando: “minha avó tem uma casa desse jeitinho num bairro de BH, e, se ela lesse esse anúncio, sentiria raiva do Sesc por chamar a casa dela de ‘casinha simples’, pois, em seu entendimento, sua casa é ótima”. Assim, a expressão *casa aconchegante* deu uma ideia mais exata do que se queria transmitir, valorizando o imóvel da fotografia e, por consequência, a instituição que ali se posicionava. Enfim, são manobras textuais, realizadas conforme os ritos genéticos editoriais, que visam a contribuir para a melhor construção da imagem da organização, mediante o entendimento das noções de *ethos* e fiador.

### **3.3. Uma nova perspectiva de trabalho**

Conforme mencionado, a revisora de textos, que passou a participar das reuniões para tomada de decisões quanto ao discurso, foi chamada a participar de uma reunião a respeito da aplicação das novas normas para habilitação advindas do órgão nacional do Sesc. Trata-se das normas para o recebimento de novos associados. Há uma série de diretrizes quanto ao uso dos

termos desse universo, como a distinção entre *matrícula* e *habilitação* para esse processo, a forma como devemos nos referir ao público-alvo, entre outros. São prescrições que devemos seguir, mas que, na prática, demandam debates para se chegar a um ponto interessante do ponto de vista da comunicação.

Era preciso aplicar as novas nomenclaturas às peças de divulgação destinadas aos clientes novos e antigos, mas surgiu a dúvida sobre a necessidade de comunicar ao público essas mudanças: apenas trocamos os termos ou precisamos elaborar uma espécie de dicionário do Sesc? A participação da revisora contribuiu para que todos se colocassem no lugar do público e compreendessem a importância de explicar, de forma clara, as mudanças realizadas, a fim de deixar o público à vontade com o universo da instituição, mas também de contribuir para a construção permanente da identidade do Sesc. Além disso, cada termo alterado pelo novo normativo foi discutido do ponto de vista da clareza, de forma alinhada ao ethos do Sesc, e dos usos que são feitos nas peças gráficas. Alguns termos foram adaptados para melhor compreensão do público, e as dúvidas quanto à aplicação das normas foram levantadas de início, já que transformar as diretrizes de documentos normativos oficiais em comunicação é um trabalho que demanda leitura, interpretação e diálogo. É um trabalho de renormalização constante, que exige negociação entre os pares e com a diretoria.

Dessa forma, toda a campanha de divulgação foi direcionada a partir dessas discussões. Os retornos foram positivos por parte do público interno, que se mostrou mais confiante para lidar com as novas nomenclaturas para receber os clientes. Os dilemas em que são colocados os profissionais de Comunicação em situações como essa (nos momentos de decisão) puderam, a partir da nova visão do trabalho de revisão de texto, contar com um parceiro importante, o profissional *referência em usos da língua*.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que o relato de uma experiência pode dizer sobre um campo de trabalho? Sabemos que não se pode generalizar, com base em uma experiência tão local e específica, mas é importante compreender o processo de transformação pelo qual passou o setor de produção editorial da instituição focalizada, neste caso, o Sesc MG. Talvez esta experiência seja típica de um tempo em que os setores que lidam com a produção de textos ainda não se

consolidaram ou configuraram suas operações, a despeito de esta ser uma área antiga entre as atividades profissionais no mundo.

Com base na análise do discurso e na proposta de Salgado (2016), resultado de sua tese de doutorado, afinadamente com aspectos da ergologia, intentamos mostrar o processo de formação de uma equipe dedicada à produção editorial e publicitária de relevante instituição mineira, sendo relativamente raro que tal equipe incorpore o profissional de revisão de textos, da forma como tem sido eficientemente feito pelo Sesc. Ao operar com as noções de ritos genéticos – editoriais –, ethos, discurso, entre outras, podemos descrever um cenário importante para a revisão de textos e os estudos do campo editorial, além de registrar o movimento do Sesc e, ampliadamente, do contexto de trabalho do revisor em Minas Gerais. A breve análise da produção de uma peça gráfica – de ampla circulação social, como quase tudo que o Sesc produz – é um ponto exemplar de algo maior, isto é, as mudanças de percepção das relações profissionais no campo da edição, dentro de uma instituição, mas também das relações entre esta atuação profissional e a circulação social dos textos e dos discursos.

### *Agradecimento*

Agradecemos a ajuda de Sérgio Karam com Resumo e *Abstract*.

### **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, Vanessa Fonseca. A atividade de trabalho do revisor de textos acadêmicos em análise dialógica e ergológica. In: Colóquio de Linguística, Literatura e Escrita Criativa [Des]Limiaries da Linguagem, 9., 2016, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2016.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia. **A imagem da palavra**: retórica tipográfica na pós-modernidade. Teresópolis: Novas Ideias, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

\_\_\_\_\_. (1998) **Análise de textos de comunicação**. Trad. de Cecília Pérez de Souza-e-Silva. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008b.

MUNIZ JÚNIOR, José de Souza. A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de

textos. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UP, 2009.

\_\_\_\_\_. Uma perspectiva ergodológica sobre a atividade de editores, preparadores e revisores na produção de livros. In: Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2010.

NASCIMENTO, Lourdes da Silva do. **Revisor de textos: concepções e formação do profissional em Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2014.

NOBLE, Debbie Mello. **“Quem mexeu no meu texto?”: língua, poder e autoria nos dizeres sobre o revisor de textos da publicidade.** Porto Alegre, 2016. 123 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Em busca do texto perfeito: questões contemporâneas de edição, preparação e revisão textual.** Divinópolis: Artigo A, 2016.

SALGADO, Luciana Salazar. Ritos genéticos editoriais: uma abordagem discursiva da edição de textos. **Rev. Inst. Estud. Bras.** São Paulo, n. 57, p. 253-276, dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **Ritos genéticos editoriais: autoria e textualização.** Bragança Paulista: Editora Urutau, 2016.

SCHWARTZ, Yves. Os ingredientes da competência: um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educ. Soc.** [online]. v. 19, n. 65, p.101-140, 1998.

\_\_\_\_\_. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. **Letras de Hoje.** Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, jul.-set. 2014.

## **PROOFREADER’S ACTIVITIES: AN INSTITUTIONAL EXPERIENCE AT SESC MINAS GERAIS**

***Abstract:** In this work, based in Dominique Maingueneau's discourse analysis and in Brazilian researcher Luciana Salazar Salgado's proposal that considers proofreading as co-enunciation, besides some ergologic aspects, we present an institutional experience of editorial production, especially of advertising texts, at Serviço Social do Comércio (Sesc) from Minas Gerais. Created in 2012, the team responsible for the graphic and digital institutional texts has a proof-reader under contract, among other professionals. We show*

*how the team was constituted and what are its work processes, especially the proof-reader's. In order to give more focus to the issues discussed here, we briefly analysed an institutional piece in its textual production and correction processes. We conclude that the proofreading processes were improved as the work was being experienced, and we also try to make clear the co-enunciative issues that emerge from the interaction between the proof-reader and the other professionals*

**Keywords:** *Proofreading. Genetic Editorial Rits. Coenuntiation. Sesc.*

---

## **CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES PARA A ANÁLISE DAS PROFISSÕES DE ARQUIVISTA E MUSEÓLOGO NO BRASIL**

**ALVES, Thiara dos Santos**<sup>1</sup> – thiara.alves@cefet-rj.br

Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Campus Itaguaí, Setor Arquivo

Rodovia Mário Covas, lote J2, quadra J – Distrito Industrial de Itaguaí

23812-101 – Itaguaí – Rio de Janeiro – Brasil

**Resumo:** *Este artigo consiste em uma reflexão teórica, realizada a partir de levantamento bibliográfico, sobre a contribuição da Sociologia das Profissões para a análise das profissões de Arquivista e Museólogo no Brasil. Buscou-se desenvolver, sempre que possível convergindo para a realidade dos Arquivistas e dos Museólogos, os conteúdos da Sociologia das Profissões sobre a centralidade do conhecimento científico e o papel do Estado nas determinações profissionais e também sobre as profissões na sociedade democrática e a organização profissional. Este trabalho demonstrou que o controle completo e legal, exercido por Arquivistas e Museólogos sobre certas atividades exclusivas, mantém esses grupos profissionais protegidos da incursão de outros grupos ao seu campo de atividades, o que, no entanto, não os exime da investida de alguns grupos. Destacou-se também que as organizações profissionais exercem um importante papel na coletividade, sendo os Museólogos melhores representados pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Museologia; ao passo que as associações estaduais é o tipo de organização profissional que luta pelos direitos dos Arquivistas brasileiros.*

**Palavras-chave:** *Sociologia das Profissões. Arquivista. Museólogo.*

### **1. INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em História e em Arquivologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Arquivista do Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ).

Este trabalho é parte do referencial teórico da dissertação de mestrado *A família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”*: posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego (ALVES, 2016), defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Tal dissertação apresentou o posicionamento dos Arquivistas e dos Museólogos na Classificação Brasileira de Ocupações; explicou o motivo pelo qual estes profissionais formam uma única Família ocupacional; e caracterizou o perfil de emprego formal dos “Arquivistas e Museólogos”, a partir dos dados estatísticos da Relação Anual de Informações Sociais.

O artigo aqui apresentado consiste em uma reflexão teórica, realizada a partir de levantamento bibliográfico, sobre a contribuição da Sociologia das Profissões para a análise das profissões de Arquivista e Museólogo no Brasil. Os subsídios das Ciências Humanas e Sociais são importantes para a área da informação e do trabalho e neste artigo buscou-se desenvolver, sempre que possível convergindo para a realidade dos Arquivistas e dos Museólogos, os conteúdos da Sociologia das profissões sobre a centralidade do conhecimento científico e o papel do Estado nas determinações profissionais e também sobre as profissões na sociedade democrática e a organização profissional.

Cabe destacar que a contribuição da Sociologia das Profissões, da Sociologia do Trabalho e áreas afins para os campos de estudo sobre informação, educação e trabalho aumentou nos últimos anos. Tal situação pode ser verificada na análise de Crivellari e Cunha (2009), a partir dos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no período de 2003 a 2008.

## **2. A CENTRALIDADE DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E O PAPEL DO ESTADO NAS DETERMINAÇÕES PROFISSIONAIS**

Na Sociologia das Profissões, as diversas abordagens teórico-metodológicas, tanto as funcionalistas quanto as fenomenológicas ou marxistas, consideram que o conhecimento formal, abstrato de nível superior, é pré-requisito para classificar o que é uma profissão. Crivellari e Cunha (2004) usam este mesmo critério para distinguir os conceitos de profissão e ocupação, destacando que a profissão é formada por um corpo de saberes científicos, que o

diploma é o principal fundamento do direito à autoridade e que as organizações profissionais e o Estado desempenham um importante papel normalizador das profissões.

A abordagem sistêmica da Sociologia das Profissões tem como marco os estudos de Abbott (1988), o qual define profissões como “grupos ocupacionais exclusivos que aplicam conhecimentos mais ou menos abstratos a casos particulares, com o objetivo de resolver problemas para uma clientela” (ABBOTT, 1988, p. 8). Rodrigues (2002) apresenta os pressupostos da formulação de Abbott, resultantes de estudo crítico sobre os conceitos da tradição disciplinar da Sociologia das Profissões:

- 1) O estudo das profissões deve centrar-se nas áreas de actividade sobre as quais detêm o direito de controlar a prestação de serviços – *jurisdições* –, isto é, no tipo de trabalho que desenvolvem e nas condições de exercício da actividade, e não apenas nas suas características culturais e organizativas;
- 2) as *disputas, os conflitos e a competição* em áreas jurisdicionais constituem a dinâmica de desenvolvimento profissional, pelo que a história das profissões é a história das condições e consequências da apresentação de reclamação de jurisdição, por parte dos grupos ocupacionais, sobre áreas de actividade que já existem, são criadas ou estão sob o domínio de qualquer grupo;
- 3) as profissões existem no conjunto do sistema ocupacional e não como entidades isoladas, pelo que sua abordagem deve considerar o *sistema de interdependência* que caracteriza as relações entre os grupos profissionais;
- 4) o principal recurso na disputa jurisdicional, e a característica que melhor define profissão, é o *conhecimento abstracto* controlado pelos grupos ocupacionais: a abstração confere capacidade de sobrevivência no competitivo sistema de profissões, defendendo de intrusos, uma vez que só um sistema de conhecimento governado por abstracção permite redefinir e dimensionar novos problemas e tarefas;
- 5) os processos de desenvolvimento profissional são *multidireccionais*, não se podem sustentar as teses de tendência (profissionalização ou desprofissionalização) (RODRIGUES, 2002, p. 94-95).

Diante das competições entre grupos profissionais, Abbott (1988) aponta que a vulnerabilidade das jurisdições das tarefas profissionais é determinada pela própria natureza do trabalho profissional. Este trabalho incide sobre problemas humanos que serão resolvidos pelos peritos/*experts*. A diversidade dos problemas a serem solucionados pode ser vista em extremos variados, entre os quais se destaca o contraponto dos problemas objetivos (propostos por imperativos tecnológicos ou naturais) e dos subjetivos (dados culturalmente), que se distinguem pela possibilidade da resolução ocorrer por meio do trabalho cultural (RODRIGUES, 2002). A manutenção da jurisdição profissional depende da importância de seu sistema de conhecimento, assim “quanto maior o poder de abstracção teórica de uma

profissão, mais sólida ela será no espaço social e no sistema profissional” (CRIVELLARI; CUNHA, 2009, p. 140). Esta solidez revela-se na garantia de monopólio do espaço profissional, pois a sistematização do conhecimento permite a oferta de serviços com maior segurança, qualidade e eficácia.

“O fenômeno central da vida profissional é a ligação entre a profissão e o trabalho – o que Abbott denomina de jurisdição” (CUNHA; CRIVELLARI, 2004, p. 42). Dentro desta lógica, o conhecimento acadêmico é o diferencial que formaliza o saber-fazer da profissão, a partir do critério da lógica e da racionalidade em detrimento da prática e da eficácia. “Jurisdição seria o laço que se estabelece entre o grupo profissional e a área de conhecimento sob seu controle” (BARBOSA, 1993, p. 7); portanto, é preciso também “reconhecimento social da estrutura cognitiva, através de direitos exclusivos, os quais podem incluir o monopólio da prática profissional, o pagamento público dos serviços, o direito de autodisciplina, o controle da formação, do recrutamento e das licenças” (RODRIGUES, 2002, p. 97).

Outro fator importante na definição da jurisdição profissional é a ação dos diferentes tipos de organização social das profissões (associações, sindicatos, conselhos profissionais, etc), pois eles influenciam na escolha das reclamações jurisdicionais e no êxito de se efetivarem estas pretensões (RODRIGUES, 2002). Os diferentes saberes produzidos resultam nas diferentes profissões e o Estado elimina os concorrentes através de mecanismos legais, como, por exemplo, através da regulamentação das profissões e da delegação de autoridade aos conselhos de classe profissional para autorizar e fiscalizar o exercício profissional. Além disso, o Estado também pode incentivar o crescimento de um grupo profissional através de estímulos para a criação de cursos em instituições públicas.

No Brasil, as profissões de Arquivista e Museólogo são regulamentadas, respectivamente, pela Lei nº. 6.546/78 (BRASIL, 1978) e pela Lei nº. 7.287/84 (BRASIL, 1984). De acordo com a legislação, Arquivista é o diplomado em curso superior de Arquivologia<sup>2</sup>, já o título de Museólogo é atribuído tanto ao graduado em curso superior de Museologia quanto ao pós-graduado, em nível de Mestrado e Doutorado, em Museologia<sup>3</sup>. Os cursos mais recentes de Arquivologia e Museologia, por exemplo, foram impulsionados, a partir de 2007, pelo

---

<sup>2</sup> A legislação permitiu que se tornasse Arquivista também o profissional que, na data de início da vigência da Lei nº. 6.546/78, contava com experiência no campo profissional da Arquivologia de, no mínimo, cinco anos ininterruptos de atividade ou dez intercalados.

<sup>3</sup> A legislação também permitiu que se tornasse Museólogo o profissional com outro curso de nível superior que, no prazo de três anos contados a partir da vigência da Lei nº. 7.287/84, comprovou experiência em atividades técnicas de Museologia e tal experiência foi validada pelos Conselhos Regionais de Museologia.

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), regulado pelo Decreto n.º. 6.096/2007. O REUNI, como parte do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação, foi responsável pela criação de seis cursos de Arquivologia e nove de Museologia (TANUS, 2013).

Rodrigues (2002) aponta que a origem do poder profissional, de acordo com as ideias de Abbott (1988), é diversa e indica algumas fontes deste poder: a jurisdição subjetiva (imposta culturalmente); a proteção do Estado, “muitas vezes requerida sob a retórica do afastamento de perigos e da criação de disciplina profissional” (RODRIGUES, 2002, p. 102); a aliança com classes sociais. O poder profissional, segundo Abbott (1988), pode ser exercido nos campos de jurisdição legal (o Estado estabelecendo monopólios de prestação de serviços e designando entidades licenciadoras das profissões e de controle legal dos profissionais), do público (estratégias de comunicação social) e de situação de trabalho (mecanismos de reforço da jurisdição legal, controle da linguagem profissional e da subordinação direta e simbólica).

No âmbito da situação de trabalho, o êxito da jurisdição está relacionado à evidenciação da competência do grupo profissional; no âmbito legislativo, está relacionado ao envolvimento político. Assim, no estudo de nível público e legal da fixação de jurisdição profissional, “os atributos possuídos pelas profissões [...] podem ou não ser um facto; o que é importante é que a elite social, bem como os legisladores, esteja convencida da realidade de tais atributos” (RODRIGUES, 2002, p. 105).

Embora sejam múltiplas as origens do poder profissional, “o saber, os saberes, as competências e o conhecimento científico são um elemento essencial em qualquer das abordagens das profissões” (RODRIGUES, 2002, p. 111). O conhecimento é fundamental para a construção do poder profissional e para manter e ampliar este poder é essencial a articulação com projetos políticos (RODRIGUES, 2002). Vale ressaltar que o conhecimento científico não é condição suficiente para os processos de profissionalização, mas é condição necessária e indispensável.

O Estado tem um papel ativo nas práticas profissionais que pode se dar, por exemplo, pelo emprego de profissionais, pela sua formação, pela regulamentação de profissões, ou pelas políticas públicas com consequências para estas. A regulamentação profissional é uma importante ação estatal, pois “as profissões regulamentadas há mais tempo têm uma condição mais favorável à prevenção do desemprego estrutural, à manutenção da mão de obra

qualificada, à possibilidade de mobilidade ascendente e à estabilidade” (OLIVEIRA; CRIVELLARI, 2013).

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, institui, entre os direitos e garantias fundamentais, o “livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (CF, art. 5, I XIII). Assim, é lícito exercer qualquer tipo de trabalho, ofício ou profissão, exceto em casos especiais, quando o interesse público prevalecer sobre os direitos individuais, devido aos riscos inerentes à execução da atividade e para proteger a coletividade (COSTA; VALENTE, 2008). Nestas situações, as profissões, com conhecimentos técnicos e científicos desenvolvidos, passam a ser regulamentadas através de lei que limita o livre exercício da atividade profissional ao fixar as competências profissionais e os requisitos de qualificação para exercê-la.

Todas as profissões relacionam-se com o Estado em alguma medida, mas esta relação é bem evidente no caso das profissões burocráticas. Os objetivos, os valores basilares e os ideais das profissões burocráticas estão de acordo com os interesses ideológicos do Estado. O Estado assegura à estes tipos de profissões as licenças, a clientela pública e o seu pagamento. As profissões burocráticas, por sua vez, retribuem o Estado por meio de serviços eficientes e aceitando limites à sua autonomia profissional, principalmente limitações sobre a definição e escolha dos clientes e sobre a possibilidade de ter clientes privados (RODRIGUES, 2002).

Na origem da Arquivologia, observam-se os “aspectos pragmáticos vinculados às práticas burocráticas visando [sic] eficácia e eficiência na guarda e preservação de arquivos, notadamente os públicos” (FONSECA, 2005, p. 55). Na gestão racional do Estado burocrático, “os documentos e os arquivos são, [...], a expressão material mais clara e o mais firme sustentáculo da natureza institucional da administração pública” (AMPUDIA MELO, 1998, p.38 *apud* FONSECA, 2005, p. 38).

O sucesso e a força profissional têm estrita relação com as alianças políticas, que podem ser construídas pelas associações, sindicatos e conselhos profissionais. O espaço ocupado por uma profissão e os espaços do campo jurisdicional podem ser divididos em *heartland* – que é o núcleo central de uma profissão, com seu controle completo e legal – *hinterland* – periferia do *heartland*, onde surgem os novos espaços profissionais, por ser nesta periferia onde reside as confluências entre profissões próximas e onde os profissionais são mais valorizados por

sua *expertise* do que por seu diploma, originando as lutas de poder pelas jurisdições – e *horizon* – margens do *hinterland* (CRONIN; STIFFLER; DAY, 1983 *apud* CUNHA; CRIVELLARI, 2004).

No Brasil, entre as profissões de nível Superior, apenas Direito e Medicina são profissões fortes, com instrumentos de controle de mercado; nem mesmo as Engenharias, que são profissões tradicionais, são tão fortes quanto as outras duas anteriormente citadas (BONELLI, 1993). Portanto, a Arquivologia e a Museologia são fracas profissionalmente, mas isto não é uma característica intrínseca apenas a elas. “O fato de a força ser uma característica de pouquíssimas profissões significa que há, para as demais, oportunidades de interagir no sistema profissional, conquistando e perdendo espaços nas competições que o movimentam” (BONELLI, 1993, p. 53). Outro fator que interfere no baixo poder da organização social interna da profissão de Arquivista é o local de trabalho, uma vez que esta profissão está vinculada, geralmente, a instituições detentoras de arquivos, desempenhando uma atividade-meio nestes espaços.

Há locais que tendem a beneficiar certas profissões com domínio exclusivo. Hospitais, por exemplo, oferecem aos médicos o controle das decisões sobre o todo o trabalho que é realizado nas suas dependências, por eles próprios e pelas demais profissões e ocupações envolvidas no trabalho hospitalar. [...].

Em outros casos, o local de trabalho tem papel diferente. É o caso de profissões que nasceram ligadas a certas instituições e têm sido fortemente influenciadas por esse fato, como a biblioteconomia e o magistério de escola básica. Nessas, os objetivos do trabalho são em geral ditados por outros grupos, que detém [sic] controle sobre a instituição, e não a profissão que nela trabalha. São, de certa forma, profissões às quais faltam certos aspectos do poder (MUELLER, 2004, p. 40).

Abbott (1988) estuda as profissões “como sistema de inter-relações ou uma ecologia: cada uma delas influencia e é influenciada pelas outras” (CRIVELLARI; CUNHA, 2009, p. 140). Se os limites de uma profissão não estão bem definidos, pode ocorrer uma disputa por espaço com profissionais de outras áreas que “invadem” o campo (CUNHA; CRIVELLARI, 2004). No âmbito desta competição interprofissional, por exemplo, os Museólogos e os Arquivistas disputam com os Historiadores o desempenho das atividades especializadas da área da cultura. A Arquivologia e a Museologia surgiram e, inicialmente, se desenvolveram a partir de aproximações científicas e positivistas com a História, “adquirindo, de início, a condição subsidiária de ‘ciências auxiliares’ que, mais tarde, foi posta em causa e substituída por uma infrene (e, em nossa opinião, indefensável) estratégia autonomista” (SILVA, 2002, p. 576).

No século XX, a distinção entre os documentos de guarda permanente e os documentos de guarda corrente e intermediária criaram condições para um lento, mas progressivo, afastamento entre Historiadores e Arquivistas (MIRANDA, 2011). Inclusive, a importância dos arquivos correntes nas instituições promoveu uma aliança entre a Arquivologia e a Biblioteconomia/Documentação (MARQUES, 2011). Os bacharéis e docentes de Biblioteconomia e de História contribuíram destacadamente para a formulação dos cursos de Arquivologia no Brasil (DUARTE, 2006-2007).

O movimento para a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo foi conduzido pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (SANTOS, 2008). No Brasil, é por meio da regulamentação profissional que o Estado define e circunscreve a jurisdição de uma profissão que, geralmente, está atrelada aos diplomas de graduação (MARQUES, 2011). Em 28 de março de 1978, foi publicado, no Diário do Congresso Nacional, o Projeto de Lei 4.767/78, que foi transformado na Lei Ordinária nº 6.546/78, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Arquivista e de Técnico em Arquivo. Vale destacar que esta lei vigora há quase 40 anos e nunca passou por alterações. Isto faz com que haja uma evidente defasagem nas atribuições dos Arquivistas, necessitando, portanto, de revisão (SOUZA, 2011).

A competição interprofissional entre Arquivistas e Historiadores pode ser observada nas investidas dos Historiadores de terem sua profissão regulamentada. “Richardson (1987) [...] enfatiza que a competição interprofissional consiste em importante fator no processo de profissionalização, por meio da definição dos padrões de formação, da apropriação dos atributos simbólicos do profissionalismo e do licenciamento das atividades (CRIVELLARI; CUNHA, 2009, p. 141).

Em 2014, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados, aprovou o Projeto de Lei nº 4.699/12, que regulamenta a profissão do Historiador. Atualmente, este Projeto de Lei está aguardando apreciação pelo Senado Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2012). Entre as atribuições do Historiador, esta proposta prevê: “assessoramento, organização, implantação e direção de serviços de documentação e informação histórica” (BRASIL, 2012) e “assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação” (BRASIL, 2012). Estas duas atribuições que seriam competências exclusivas do Historiador conflitam com as seguintes atribuições do Arquivista estabelecidas por lei: “planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e

informativo” (BRASIL, 1978) e “orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação” (BRASIL, 1978).

Para ratificar a importância dos Historiadores nos arquivos, a Associação Nacional de História (ANPUH) organizou, em 2012, o evento *O perfil profissional dos Historiadores atuantes em arquivos*. A plenária final deste acontecimento resultou em um documento que levou o mesmo título do evento. Foram cinco grupos de trabalho – “Formação do historiador para atuar em arquivos”; “Os historiadores e a difusão cultural em arquivos”; “Os historiadores e a gestão documental”; “A pesquisa feita por historiadores que trabalham em arquivos”; “Os historiadores e o atendimento aos usuários” – que refletiram sobre as atividades desenvolvidas em entidades que custodiam acervos arquivísticos (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2012). Sobre estas atividades, foram consideradas as seguintes situações: “aquelas que **devem** contar com a presença de historiadores profissionais, aquelas nas quais a participação de historiadores é **fortemente recomendável** e aquelas cuja atuação destes profissionais agrega significativo valor” (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2012). Nesta ocasião, conclui-se que:

[...] a presença de historiadores é imprescindível ao bom funcionamento dessas entidades custodiadoras, devendo esses profissionais atuarem nas diversas áreas e processos executados por essas instituições, compondo as equipes multidisciplinares responsáveis pelo seu funcionamento, em colaboração com profissionais de outras áreas, especialmente com os arquivistas. Também foi destacada a importância da inclusão de disciplinas e atividades voltadas ao tema nos currículos dos cursos de História a fim de que esses possam qualificar e aprofundar a formação de profissionais capazes de atuar em arquivos e entidades congêneres (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2012).

Na história das profissões, as “fronteiras jurisdicionais das profissões estão sempre em disputa” (CRIVELLARI; CUNHA, 2009, p. 141). É a definição destes limites jurisdicionais entre as profissões que estabelece e controla a divisão do trabalho entre elas (CRIVELLARI; CUNHA, 2009). A Arquivologia é um campo interdisciplinar, no qual é importante que Arquivistas e Historiadores trabalhem em colaboração, uma vez que ambos são construtores de memória social.

De certa forma, os desafios contemporâneos impostos pela Arquivologia e pela História, assim como as questões relacionadas à memória, ao patrimônio documental e à pesquisa histórica, colocam em destaque a necessidade do resgate de uma parceria há muito perdida. Desde o final do século XIX, quando ambas as disciplinas passaram a trilhar caminhos separados e divergentes, o crescente desconhecimento entre a História e a Arquivologia trouxe grandes perdas a ambas. Não se trata de capacitar o profissional de História a exercer as funções de um arquivista, mas de salientar a importância de aprofundar a formação dos historiadores para capacitá-los a atuar como pesquisadores e como profissionais nas

instituições de custódia documental ao lado dos arquivistas (MIRANDA, 2012, p. 909).

Posterior à regulamentação da profissão do Arquivista, a Lei nº 7.287/84 regulamentou a profissão de Museólogo no Brasil. Esta Lei também autorizou a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia, o que não ocorreu na lei que regulamentou a profissão de Arquivista. Bruno (1997) considera fundamental a revisão desta Lei, uma vez que “ela está totalmente distante do que a teoria museológica considera como básico, para o exercício profissional, como também não corresponde às necessidades da atual realidade brasileira” (BRUNO, 1997, p. 20-21).

O mercado de trabalho do Museólogo ultrapassa os espaços dos museus, mas nem sempre isto foi compreendido. Deste modo, “definiam-se o *campo de ação e mercado de trabalho do museólogo exclusivamente como o Museu; e, simultaneamente, o Museu não constituía o campo de trabalho exclusivo, ou mesmo preferencial (privilegiado) do museólogo*” (GUARNIERI, 2010, p. 218). A falta de profissionais formados em Museologia e o caráter interdisciplinar da área resultaram em um pretexto para “alijar [o Museólogo] de seu campo de trabalho profissional, mesmo onde ele existia” (GUARNIERI, 2010, p. 218). Assim, embora a profissão de Museólogo seja regulamentada, a prática museal ainda não está reconhecida na sociedade, uma vez que o reconhecimento social não é automático:

Ocorreu o reconhecimento em plano legal pela aprovação das Leis que a regulamentam. Torna-se necessário, como em qualquer campo do conhecimento de formação recente, que se realize a consolidação das idéias do plano teórico e prático da Museologia para ser identificado o seu papel cultural e disseminá-lo junto a sociedade, a fim de que o Museólogo possa ser amplamente reconhecido pelo tecido social composto pelos profissionais dos demais campos do conhecimento e por outros grupos que usufruem dos seus serviços.

O contexto acadêmico e de investigação nas universidades e institutos de pesquisa, o ambiente das práticas em museus e seu efetivo alcance junto aos mais variados atores sociais, a ação das entidades de representação profissional (conselhos e associações) junto com normas e leis que regulamentam o exercício da profissão é o conjunto que favorece o reconhecimento social da ação profissional (COSTA; LIMA, 2013).

O mercado de trabalho do Museólogo foi alvo de reflexões de Guarniere (2010) e abaixo se apresenta apenas o primeiro tópico das conclusões:

1. Julgo que a regulamentação da profissão, embora condição necessária para a salvaguarda dos direitos do museólogo, *não é suficiente* para a plena conquista do mercado de trabalho.

1.1 Além de regulamentar a profissão é necessário lutar pela criação do *lugar, do espaço profissional*, através da criação de cargos e função, inclusive de chefia e direção.

1.2 Há que se cogitar da *valorização* do museólogo em termos de estabelecimento de *salário compatível, sistemas de promoções* etc.

1.3 Há que se cogitar de uma *hierarquia de cargos e funções museológicas, contemplando não apenas as direções e chefias*, mas lembrando a *multiplicidade dos tempos sociológicos brasileiros e as profundas diferenças regionais, para que não se perca o patrimônio cultural e a herança do povo brasileiro* onde apenas for possível o aproveitamento a curto e médio prazo de profissionais de nível médio e, mesmo, apenas pessoas treinadas ou que tenham recebido a “capacitação profissional” supletiva da formação adequada e ideal (GUARNIERE, 2010, p. 222-223).

A profissão é decorrência da influência mútua que ocorre no mercado de trabalho e “dos espaços que se disputam, se conquistam e se perdem. É na dimensão da história da profissão que podemos detectar como ela vem se desenvolvendo, para diagnosticar suas vitórias e suas derrotas” (BONELLI, 1993, p. 44).

### **3. AS PROFISSÕES NA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA E A ORGANIZAÇÃO PROFISSIONAL**

Rodrigues (2006) utiliza as ideias de Freidson (2000; 2001) para refletir como a instituição profissão articula-se em defesa dos regimes democráticos e do interesse público. Neste sentido, Rodrigues (2006) discorre sobre a forte desconfiança social em relação às profissões no Brasil e levanta a hipótese de que tal situação pode ser justificada pelo fato de que “o fenômeno das profissões regulamentadas esteve muito associado à construção dos regimes autoritários e corporativos, num passado ainda recente” (RODRIGUES, 2006, p. 270).

As regulamentações das profissões de Arquivista e Museólogo ocorreram durante o regime militar brasileiro, sendo a lei que regulamentou a primeira profissão publicada em 1978, no Governo do presidente Ernesto Geisel, e a segunda profissão em 1984, no Governo do presidente João Figueiredo. Ástrea de Moraes e Castro, Arquivista da Câmara dos Deputados, ressaltou sua participação no movimento associativo de Arquivistas, sua articulação junto ao diretor de ensino superior do Conselho Federal de Educação, Vicente Sobrião Porto, para a aprovação da graduação em Arquivologia e assegurou que “acionou as influências de Amália

Lucy Geisel, filha do militar presidente da república Ernesto Geisel, para que a regulamentação da profissão acontecesse em 1978” (SILVA; ORRICO, 2012, p. 107).

Há um aumento dos grupos ocupacionais, dos membros dos grupos, das profissões regulamentadas e dos grupos ocupacionais que desejam o estatuto de profissão, segundo Rodrigues (2006). A autora destaca que o crescimento das profissões está associado ao crescimento do ensino Superior, ocorrido a partir dos anos 70 (RODRIGUES, 2006). Desde o surgimento das primeiras profissões de nível Superior no país, observa-se a regulamentação das profissões que estão na área ou na fronteira do novo curso criado (BONELLI, 1993). Segundo Oliveira e Crivellari (2013), “a regulamentação profissional favorece o reconhecimento e a estabilidade do grupo social”.

O aumento de profissionais no interior de cada grupo ocupacional implica consequências sobre a composição interna dos grupos (o recrutamento dos profissionais passa a abarcar, por exemplo, mulheres, indivíduos de diversas origens étnicas e sociais), proporcionando novas segmentações internas, e sobre as condições de exercício profissional (natureza dos trabalhos executados, condições de remuneração, inserção e percurso profissional e das carreiras, por exemplo), o modo como as profissões se relacionam e se integram no mercado de trabalho (RODRIGUES, 2006). Essas duas alterações nas profissões e no mercado de trabalho suscitaram algumas teses que indicam para a degradação do fenômeno das profissões e do estatuto profissional e para a tendência à desprofissionalização. Frente a estas teses, Rodrigues (2006) faz duas ressalvas:

Primeira nota: as análises sobre as condições de exercício, de remuneração e de acesso às profissões ganharão se forem articuladas com a análise dos efeitos de dimensão, de crescimento e de heterogeneidade interna nas situações dos profissionais no mercado de trabalho. Em todos os grupos profissionais coexistem profissionais muito bem remunerados e com posições de poder e prestígio, com profissionais com baixas remunerações e ocupados em funções menos prestigiadas. Por outro lado, a relação entre o estatuto profissional e a situação de exercício profissional, em particular com a integração em organizações públicas ou privadas, requer uma atenção sistemática. Sendo os grupos profissionais internamente segmentados e hierarquizados, não podemos, nunca, tomar a parte pelo todo, sob risco de cairmos em generalizações abusivas.

Segunda nota: só a análise diacrônica ou temporal permite avaliar em que medida os mecanismos ditos de desprofissionalização funcionam, para o conjunto da profissão, como mecanismos de reforço do poder profissional, de alargamento da base de recrutamento e do campo de acção dos profissionais. Revela-se, assim, essencial, no estudo das profissões, a comparação no tempo ou no espaço dos fenómenos que se pretendem analisar (RODRIGUES, 2006, p. 273).

Feitas estas ressalvas, Rodrigues (2006) conclui que as alterações dentro de uma profissão, reforçadas por mudanças tecnológicas, mercadológicas e por mudanças realizadas pelo Estado, tais como as políticas públicas, desdobram-se em consequências geográficas e setoriais diversas. Há casos em que ocorre a criação de espaços de afirmação do profissionalismo, com a criação de postos ou funções que aumentam a autonomia e a responsabilização dos agentes. E, por outro lado, há também casos de criação de espaços de desprofissionalização, com a criação de postos de trabalho que dispersam e desvalorizam as capacidades e competências do trabalhador.

Os críticos contrários às profissões e aos profissionalismos baseiam-se em estudos que apontam uma função social negativa como característica das profissões, uma vez que “por detrás da ideologia do profissionalismo, desenvolver-se-iam mecanismos de fechamento social e de exclusão, originando e reproduzindo situações de dominação de privilégio e de desigualdade social e económica” (RODRIGUES, 2006, p. 274). Em perspectiva oposta, os defensores da função social positiva das profissões, a favor das profissões e dos profissionalismos, utilizam os seguintes argumentos:

Em primeiro lugar, destaca-se que as profissões assentam num sistema de regras e de valores modernos, como os da racionalidade e do conhecimento, da meritocracia, da igualdade de oportunidades, do bem-estar social e da justiça, os quais se articulam de forma coerente com os sistemas de regras dominantes nas sociedades modernas e democráticas. Em segundo lugar, que no sistema de regras e de valores em que as profissões assentam estão inscritos a motivação altruística e a orientação da acção pelo desenvolvimento do conhecimento, da realização competente, da melhoria da qualidade dos serviços prestados e pela defesa do interesse público, e que estas motivações não são sempre, nem forçosamente, incompatíveis com o auto-interesse do profissional. Em terceiro lugar, considera-se que as profissões constituem uma forma alternativa de organização do trabalho e de autoridade baseada no conhecimento, e não em características individuais (como a raça, o sexo ou a idade), ou em recursos herdados (como a propriedade de capital ou a origem social). Finalmente, em quarto lugar, defende-se que o monopólio e o credencialismo, são elementos-chave dos privilégios económicos dos profissionais, mas são também elementos-chave na realização de trabalho competente, no desenvolvimento do conhecimento e dos saberes profissionais. O controlo da formação, da certificação e da prática profissional está na base também dos elevados padrões de qualidade alcançados em muitas áreas de conhecimento (RODRIGUES, 2006, p. 274-275).

Rodrigues (2006) aponta que o debate em torno dessas duas perspectivas sobre a função social das profissões tem sido utilizado na análise de privatizações de sistemas públicos e na avaliação de seus resultados. Grandes grupos profissionais com interesses nas ondas de privatizações advogam que a ineficiência e a improdutividade devem-se à defesa dos interesses próprios do corporativismo profissional e que tal situação seria revertida se

submetida à lógica do mercado e da economia privada e que se for necessário adotar o modelo burocrático administrativo, este deve ser chefiado por gestores, e não por profissionais.

Os resultados das ondas de privatizações foram submetidos à avaliação e, de modo geral, conclui-se que as privatizações desorganizaram o serviço público e diminuíram a sua qualidade (RODRIGUES, 2006). O estudo desta avaliação revelou que os grupos profissionais podem ser vistos como defensores do interesse público, uma vez que valorizam e prezam: pela qualidade e universalidade dos serviços profissionais; pelos critérios de competência para o desenvolvimento dos conhecimentos, da independência de julgamento e da ação na prestação dos serviços profissionais (RODRIGUES, 2006). Assim, marca-se a oposição e resistência dos grupos profissionais às “lógicas de mercado, aos argumentos da eficiência e da redução dos custos quando estes se revelaram incompatíveis com a qualidade e a realização competente, com a autonomia e, portanto, com o interesse público” (RODRIGUES, 2006, p. 276).

Contudo, a autora afirma que essa conclusão não tem sido suficiente para reestabelecer a confiança, uma vez que há várias ambivalências, tensões no universo das profissões, dentre elas a autora cita as seguintes:

- a tensão entre abertura e fechamento social, ou seja, a tensão resultante da aplicação de normas que visam garantir o princípio democrático da igualdade de oportunidades especificada, por exemplo, no acesso ao ensino e às profissões, em conflito com os movimentos de proteção de interesses, de fechamento dos mercados de serviços profissionais, minimizando os processos de perda de privilégios e a degradação das condições de trabalho;
- a tensão entre massificação e especificação meritocrática, ou seja, a tensão entre os processos de massificação que resultam da extensão de direitos e garantias individuais básicos e a diferenciação resultante do mérito e/ou da desigual distribuição de outros recursos;
- a tensão entre autonomia e controle, ou seja, a tensão entre o poder de decisão dos profissionais na resolução de problemas (poder assente na autoridade dos saberes e competências técnicos) e a necessidade de institucionalização de mecanismos de responsabilização individual e de controle social dos processos e dos resultados;
- a tensão entre interesse público e interesse privado, ou seja, a tensão resultante da sobreposição (ou da ausência de clarificação) dos interesses, muitas vezes antagônicos, do bem público, do Estado, dos cidadãos, de grupos econômicos organizados, de membros do grupo profissional, da associação que os representa ou do seu líder (RODRIGUES, 2006, p. 276-277).

A autora ressalta que se deve almejar não simplesmente as superações das tensões apontadas acima. O que se deve buscar é “a construção de equilíbrios que sejam compatíveis com o funcionamento das sociedades democráticas” (RODRIGUES, 2006, p. 277). A extensão do credencialismo e das situações de monopólio indicam tendências para “generalizar não apenas a exigência de diplomas e de formação formal como condição de acesso a determinadas áreas

de actividade, mas também a aspiração à criação de situações de monopólio ou de protecção de mercado” (RODRIGUES, 2006, p. 277). Os excessos das tendências do credencialismo podem resultar na rejeição do reconhecimento da experiência, como meio de adquirir competências, produzindo uma uniformização social, que sujeita a formação (nas instituições de ensino) apenas ao mercado profissional. Já os excessos cometidos na protecção de mercados (monopólios) colocam em risco a participação ampla da sociedade no mercado de trabalho. Para garantir a democracia, destaca-se a importância do equilíbrio no que concerne tanto ao credencialismo quanto ao monopólio (RODRIGUES, 2006).

A busca por estes equilíbrios e pela confiança pública nas profissões pode ser conduzida pelas instituições de representação profissional (conselhos, sindicatos, ordens, etc). Estas instituições devem elaborar instrumentos que garantam a defesa do interesse público e a confiança nelas mesmas, tais como código de ética profissional e mecanismos de controle profissional. A organização dos profissionais em grupos, como, associações, sindicatos e conselhos, reflete em envolvimento comunitário e em laços de reciprocidade e confiança. As práticas colaborativas e a participação de indivíduos que acreditam no trabalho coletivo e no civismo resultante desta ação são o reflexo da organização profissional. As ações colaborativas desenvolvidas pelos grupos profissionais organizados são fundamentais para a afirmação da identidade profissional.

“As associações, de carácter civil, são independentes do Estado, enquanto os sindicatos e os conselhos regionais e federal estão vinculados ao Ministério do Trabalho, constituindo-se em veículo de controle estatal” (OLIVEIRA, 2012, p. 26). Os Conselhos profissionais são criados para fiscalizar o exercício profissional para garantir o interesse da sociedade. Assim, “se o Estado entende que uma atividade profissional deva ser regulamentada, urge, mesmo que num posterior momento, a necessidade da criação de Conselhos Federal e Regionais para fiscalizar esse exercício profissional” (COSTA; VALENTE, 2008, p. 5). Deste modo, a ação dos conselhos deve ser guiada pela protecção da coletividade e não pelos interesses da categoria profissional organizada. Criados por lei, os conselhos profissionais são caracterizados juridicamente como autarquias, da administração pública indireta, dotadas de personalidade de direito público, que exercem poder de polícia sobre as respectivas profissões regulamentadas. “Com efeito, as entidades de fiscalização profissional, no exercício do poder de polícia, devem zelar pela preservação de dois aspectos essenciais, **que são a ética e a**

**habilitação técnica adequada para o exercício profissional”** (COSTA; VALENTE, 2008, p. 8).

Os Museólogos dispõem do Conselho Federal de Museologia, e vinculam-se a este, seis Conselhos Regionais de Museologia, sendo a representação através do conselho a forma mais significativa para os Museólogos. Os Arquivistas, entretanto, não possuem esta entidade e o exercício da profissão depende de registro na Delegacia Regional do Trabalho (BRASIL, 1978). É importante esclarecer que o Conselho Nacional de Arquivos é um órgão vinculado ao Arquivo Nacional, o qual define a política nacional de arquivos; não correspondendo, portanto, a uma instituição de representação profissional.

O sindicato, no Brasil, é regulado pelo Decreto-Lei nº 1.402/1939, sendo uma forma de associação profissional para representar o empregado. Não há um sindicato para os Museólogos, no entanto, em São Paulo, existe o Sindicato dos Bibliotecários, Cientistas da Informação, Historiadores, Museólogos, Documentalistas, Arquivistas, Auxiliares de Biblioteca e de Centros de Documentação do Estado de São Paulo (SINBIESP). Para representação dos Arquivistas, em 2008, foi criado o Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivo (SINARQUIVO).

A Associação Brasileira de Museologistas – depois o nome foi modificado para Associação Brasileira de Museologia (COSTA; LIMA, 2013) – foi criada em 1963, com o intuito de “dignificar e proteger os profissionais de museus no país” (MORAES; SOUZA, 2013, p. 16), que enfrentavam carência de ações governamentais para a área cultural. A classe arquivística brasileira certamente é mais bem representada pelas associações estaduais de Arquivistas, que lutam pelos interesses corporativistas de seus associados. De acordo com o Código Civil (BRASIL, 2002), as associações são pessoas jurídicas de direito privado, sem fins econômicos. Todas as associações estaduais arquivísticas estão congregadas, desde 2014, no Fórum Nacional das Associações de Arquivistas do Brasil (FNArq), que é um colegiado que reúne, coordena e representa os interesses das associações.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho demonstrou que cada grupo profissional possui um campo de atividade exclusivo e também possui uma área suplementar de atividade, sendo este um campo residual

de atuação profissional, na qual as profissões concorrem pelo mercado de trabalho (GUARNIERI, 2010). O controle completo e legal, exercido por Arquivistas e Museólogos sobre certas atividades exclusivas, mantém esses grupos profissionais protegidos da incursão de outros grupos ao seu campo de atividades. O que, no entanto, não os exime da investida de alguns grupos, pois a disputa é uma característica estrutural da configuração do campo das profissões.

Destacou-se também que as organizações profissionais exercem um importante papel na coletividade. Os Museólogos estão melhores representados pelo Conselho Federal de Museologia e pelos Conselhos Regionais de Museologia. Ao passo que as associações estaduais é o tipo de organização profissional que luta pelos direitos dos Arquivistas brasileiros. Assim, observou-se que a organização profissional desempenha destacada atuação na busca do exercício de uma cidadania mais ampla.

## REFERÊNCIAS

ABBOTT, A. **The System of Profession: An Essay on the Division of Expert Labor.** Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ALVES, T. S. **A Família ocupacional “Arquivistas e Museólogos”:** posicionamento na Classificação Brasileira de Ocupações e perfil de emprego. Belo Horizonte, 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. **O perfil profissional dos Historiadores atuantes em arquivos.** São Paulo: ANPUH, 2012. Não paginado.

BARBOSA, M. L. O. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 3-30, 2.sem., 1993.

BONELLI, M. G. As ciências sociais no sistema profissional brasileiro. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 31-61, 2.sem., 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Presidência da República; Casa Civil, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939. Regula a associação em sindicato. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jul. 1939.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 jul. 1978.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.287, de 18 de novembro de 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 1984.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jan. 2002.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei nº 4.699, de 09 de novembro de 2012. Regulamenta a profissão de historiador e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRUNO, M. C. O. Teoria Museológica: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 10, p.13-21, 1997.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projetos de Lei e outras proposições. PL 4699/2012**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

COSTA, B. R. M.; VALENTE, M. A. L. **Responsabilidade social dos Conselhos Profissionais**. Brasília: Câmara dos Deputados; Consultoria Legislativa, 2008.

COSTA, L. L. M.; LIMA, D. F. C. O termo museólogo e seu conceito: análise da atividade profissional em coleções de artistas plásticos contemporâneos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013. Não paginado.

CRIVELLARI, H. M. T.; CUNHA, M. V. da. Os bibliotecários como profissionais da informação: estratégias e paradoxos de um grupo profissional. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 28, 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2004. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o grupo de trabalho (GT-6) do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) – Informação, educação e trabalho: um olhar a partir da sociologia das profissões e da sociologia do trabalho. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 135-154, jan./dez. 2009.

CUNHA, M.V.; CRIVELLARI, H. M. T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões da informação. In: VALENTIM, M. L. (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 39-54.

DUARTE, Z. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**, Porto, v. V-VI, série I, p.141-151, 2006-2007.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FREIDSON, E. **O Renascimento do Profissionalismo**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Professionalism, the Third Logic**. Cambridge: Polity Press, 2001.

GUARNIERI, W. R. C. O mercado de trabalho do museólogo na área da Museologia. In: BRUNO, M. C. O. (Coord.); ARAÚJO, M. M. (Col.); COUTINHO, M. I. L. (Col.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, v. 1. p. 215-223.

MARQUES, A. A. da C. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011.339 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MIRANDA, M. E. Historiadores Arquivistas e Arquivos. In: Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História, 26., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

\_\_\_\_\_. Os Arquivos e o ofício do Historiador In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 11, 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FURG, 2012.

MORAES, N. A.; SOUZA, L. C. C. Museu e patrimônio: políticas e conhecimento. **Museologia e Patrimônio**, v. 6, n. 2, 2013.

MUELLER, S. P. M. Uma profissão em evolução: profissionais da informação sob a ótica de Abbott - proposta de estudo. In: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. (Org.). **Profissional da informação: espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 23-54.

OLIVEIRA, J. L. R. **Estudo comparado entre bibliotecários, contadores e analistas de tecnologia da informação: processo de profissionalização e seus efeitos na formação, atuação e reconhecimento profissional**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA, J. L. R.; CRIVELLARI, H. M. T. Reconhecimento e estabilidade profissional: estudo comparado entre bibliotecários, contadores e analistas de Tecnologia da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013, Florianópolis. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, M. L. As profissões e a democracia. **Pro-posições**, Campinas, v. 17, n. 1, jan./abr. 2006.

\_\_\_\_\_. **Sociologia das profissões**. Oeiras (Portugal): Celta, 2002.

SANTOS, P. R. E. **A arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

SILVA, A. B. M. Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. In: INTEGRAR – Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, 1., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 573-607.

SILVA, E. P.; ORRICO, E. G. Estado da arte na institucionalização do campo arquivístico no Brasil. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A. (Org.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile; Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 99-113.

SOUZA, K. I. M. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

TANUS, G. F. S. C. **Cenário acadêmico institucional dos cursos de arquivologia, biblioteconomia e museologia do Brasil**. 2013. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

## **CONTRIBUTIONS OF SOCIOLOGY OF THE PROFESSIONS FOR THE ANALYSIS OF ARCHIVIST AND MUSEOLOGIST PROFESSIONS IN BRAZIL**

***Abstract:** This article consists of a theoretical reflection, made from a bibliographical survey, on the contribution of the Sociology of Professions to the analysis of the professions of Archivist and Museologist in Brazil. Sought to developed, whenever possible converging to the reality of Archivists and Museologists , the contents of the Sociology of Professions on the centrality of scientific knowledge and the role of the State in professional determinations, as well as on the professions in democratic society and professional organization. This work has demonstrated that the complete and legal control, exercised by Archivists and Museologists on certain exclusive activities, keeps these professional groups protected from the incursion of other groups into their field of activities, which, however, does not exempt them from the investion of some groups. It was also emphasized that professional organizations play an important role in the collectivity, with Museologists being better represented by the Federal Council and by the Regional Councils of Museology; while regional associations are the kind of professional organization that fights for the rights of Brazilian Archivists.*

***Keywords:** Sociology of the Professions. Archivist. Museologist.*

---